



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 16

I Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 20 de março de 2013

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos
(substituído na Mesa pelo Deputado Cláudio Almeida, no decorrer da sessão)*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.

Após a chamada, deu-se início à sessão com a análise dos seguintes diplomas:

- [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 5/X - “Orientações de Médio Prazo 2013/2016”.](#)

- [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 4/X - “Plano Anual Regional para 2013”.](#)

- [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 3/X - “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2013”.](#)

Participaram no debate as Sras. Deputadas Aida Amaral (*PSD*) e Arlinda Nunes (*PS*), os Srs. Deputados Cláudio Almeida (*PSD*), Manuel Pereira (*PS*), Luís Maurício (*PSD*), Ricardo Cabral (*PS*) e Cláudio Lopes (*PSD*), a Sra. Deputada

Renata Correia Botelho (*PS*), o Sr. Deputado João Bruto da Costa (*PSD*), a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS-PP*), Bruno Belo (*PSD*), Lizuarte Machado (*PS*), António Pedroso (*PSD*), José Ávila (*PS*), Jorge Macedo (*PSD*), José San-Bento (*PS*), Ricardo Cabral (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Domingos Cunha (*PS*), André Rodrigues (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*) e Costa Pereira (*PSD*), as Sras. Deputadas Catarina Moniz Furtado (*PS*) e Marta Couto (*PS*), o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues (*PS*), a Sra. Deputada Judite Parreira (*PSD*), os Srs. Deputados Carlos Mendonça (*PS*), Paulo Borges (*PS*), José Andrade (*PSD*) e Berto Messias (*PS*), bem como a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social (*Piedade Lalanda*), o Sr. Secretário Regional da Saúde (*Luís Viveiros Cabral*), o Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*) e o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes (*Vitor Fraga*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 30 minutos.

Presidente: Bom dia a todos.

Tem a palavra o Sr. Secretário para a chamada.

(Eram 10 horas e 10 minutos)

Procedeu-se à chamada, à qual responderam o/as seguintes Deputado/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Carlos Alberto Medeiros **Mendonça**
Catarina Paula Moniz **Furtado**
Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa
Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**
Duarte Manuel Braga **Moreira**
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Iasalde Fraga **Nunes**
Isabel Maria Duarte de **Almeida Rodrigues**
José Manuel Gregório de **Ávila**
José António Vieira da Silva **Contente**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
Lara Fernandes **Martinho**
Lizuarte Manuel **Machado**
Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**
Luís Carlos Martins **Maciel**
Manuel Alberto da Silva **Pereira**
Maria da **Graça** Oliveira **Silva**
Marta Cristina Moniz do **Couto**
Miguel António Moniz **Costa**
Paulo Alexandre Vieira **Borges**
Pedro Miguel Medeiros de **Moura**
Renata Correia **Botelho**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo **Amaral** Reis
António Augusto Batista Soares **Marinho**
António Lima Cardoso **Ventura**
António Oldemiro das Neves **Pedroso**

Berta Maria Correia de Almeida de Melo **Cabral**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

João Luís **Bruto** da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José Maria de Medeiros de **Andrade**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**

Nuno Alberto Lopes **Melo Alves**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição **Pires**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 55 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

Eram 10 horas e 10 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos continuar com a Agenda de trabalho.

Estava inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão, que não está, portanto, tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Prescindo.

Presidente: Prescinde.

Sr. Deputado Artur Lima, também estava inscrito.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Prescindo.

Presidente: Prescinde.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

Deputada Zuraida Soares (BE): Prescindo.

Presidente: Também estava inscrita a Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social (Piedade Lalanda):** Sra.

Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para esclarecimento das dúvidas levantadas no final do debate de ontem, gostaria de esclarecer o Sr. Deputado Artur Lima de que o Orçamento da Segurança Social para os Açores é uma obrigação do Estado...

(Aguardo só que o Sr. Deputado Artur Lima possa terminar a conversa para poder ouvir a resposta).

... e decorre das contribuições das empresas e dos trabalhadores açorianos.

O corte de 2,6 milhões de euros no montante para os acordos de cooperação, que foi decidido pela República, faz recuar o Orçamento para acordos de cooperação a 2010 e dá bem nota da importância que o CDS-PP dá ao trabalho das IPSS e ao trabalho de terreno, que é feito pelos técnicos nas várias instituições da rede de equipamentos sociais.

E, para terminar, quero também esclarecer o Sr. Deputado que o Orçamento que está em apreço nesta Assembleia, para 2013, prevê uma redução de quase 50%

nos montantes destinados ao Gabinete da Secretaria Regional da Solidariedade Social, comparativamente a 2012.

Todas as despesas do Governo são despesas públicas, são despesas que estão ao escrutínio desta Assembleia, a quem compete fiscalizar a atuação do Governo.

Reafirmo, sob compromisso de honra, como fiz há uns meses, que estou aqui exatamente para cumprir os deveres que me foram incumbidos, ou seja, de respeitar e estar ao serviço dos açorianos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nessa parte estamos de acordo!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Inscrições para o debate.

Sr. Deputado Nuno Melo Alves, estava inscrito para o debate.

Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP): Prescindo.

Presidente: Sendo assim, e não havendo mais inscrições para esta fase do debate, tem a palavra a Sra. Deputada Aida Amaral para uma intervenção.

Deputada Aida Amaral (PSD): Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Como é reconhecido, vivemos a maior crise social, económica e financeira da história da Autonomia.

Temos o maior desemprego em trinta anos. Milhares de famílias conhecem imensas dificuldades. Vivemos tempos de verdadeira emergência social.

Como é do conhecimento público, as medidas nacionais de austeridade resultantes da bancarrota Sócrates contribuíram...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... para uma redução das verbas destinadas à Segurança Social.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Apoiado!

A Oradora: Esse é mais um problema a juntar a outros problemas, alguns dos quais resultado também de opções erradas do Partido Socialista.

As responsabilidades que milhares de açorianos exigem aos partidos políticos carecem de grandes responsabilidades.

Desde logo na procura de soluções que possam de alguma forma ajudar os açorianos em situação mais fragilizada.

Os idosos, os desempregados, as famílias em situação de insolvência, as empresas em dificuldades precisam que a Autonomia lhes dê respostas para os seus problemas. Cabe aos partidos encontrar essas respostas.

O PSD/Açores está, por isso, totalmente disponível para procurar essas soluções. Para indicar alternativas. Para complementar algumas das boas medidas que o governo tem desenvolvido na área do apoio social.

É isso que temos feito, e é isso que vamos continuar a fazer.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Esperamos do Governo Regional que a disponibilidade tantas vezes apregoada se materialize em atos, mais do que palavras como até aqui.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente,

Senhora e Senhores Membros do Governo:

Os tempos que vivemos exigem grande responsabilidade no investimento público.

Se é certo que o apoio social nunca poderá ser visto de um prisma economicista, não é menos verdade que as dificuldades financeiras aconselham a que se invista com especial cuidado.

Devem ser evitados investimentos sobredimensionados, bem como todos aqueles que fazem disparar custos de funcionamento.

De pouco serve ajudar uma qualquer associação a melhorar as suas instalações se ao mesmo tempo isso representar um acréscimo significativo de custos no seu orçamento.

Minhas Senhoras, Meus Senhores:

Nestes tempos de uma profunda crise social, é urgente chegar aos mais frágeis, desde logo aos idosos e em especial aos que vivem com pensões reduzidas.

É por isso necessário acautelar a manutenção...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... e até o reforço dos complementos existentes na nossa Região, bem como a manutenção de medidas de apoio à aquisição de medicamentos e outras do género.

Nesta altura de grande crise, não podemos falhar. Os açorianos olham para os seus representantes políticos e esperam respostas.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Dar essas respostas é uma obrigação de todos nós aqui.

O PSD/Açores vai fazer esse trabalho!

Muito Obrigada!

Deputados Duarte Freitas e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

(Neste momento, o Deputado Cláudio Almeida substitui o Deputado Valdemiro Vasconcelos na Mesa)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, para uma intervenção, tem a palavra a Sra. Deputada Arlinda Nunes.

Deputada Arlinda Nunes (PS): Senhora Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Debater o Plano e Orçamento para o ano de 2013, neste que é o primeiro ano do XI Governo da Região Autónoma dos Açores, é dar início à concretização de um novo ciclo de planeamento e de programação para a presente legislatura. Um percurso de quatro anos de trabalho: de inovação, de fomento da economia regional e de consolidação de projetos e equipamentos, reorganizando os meios técnicos já existentes, na senda de um futuro económico e socialmente mais sólido e mais próspero no seu todo!

Não se demitindo das suas funções sociais, pelo contrário, o atual Governo do Partido Socialista dá continuidade à política económica, financeira e social sustentada de ir também ao encontro das necessidades das famílias, dos diversos grupos que mais necessitam de apoio eficiente, visando a realização do bem-estar social, promovendo uma sociedade mais justa, mais paritária e inclusiva.

Neste sentido, e no contexto económico-financeiro que o país atravessa e que se reflete numa linha de grave condicionamento na nossa Região, impõe-se que quanto às políticas sociais seja cada vez mais necessário mediar, cooperar e criar acordos, com vista à defesa das causas coletivas. É na capacidade de conciliar a individualidade de cada área de ação e ao mesmo tempo promover a interação entre elas de modo a construir um plano de execução eficaz e abrangente, que assim permite que tenhamos a ambição real de promover um futuro equilibrado e com garantia de progressão, segura e fiável!

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente e Senhora e Senhores Membros do Governo:

Debruçando-nos na área da solidariedade social, com toda a importância que tem para sustentar as dificuldades existentes em qualquer sociedade, com a agravante das que vivemos atualmente por força das restrições aplicadas pelo Governo da República, verificamos que este Governo do Partido Socialista reconhece a necessidade de continuar a promover o desenvolvimento da nossa sociedade desde o berço. O estímulo ao aumento da natalidade não deve ser feito apenas na ótica dos apoios financeiros, mas também e sobretudo na criação de condições para que os pais encontrem respostas às suas preocupações e às suas limitações sociais - a garantia da cobertura de creches em todos os concelhos da Região será uma realidade até ao final do corrente ano, inclusive em algumas áreas populacionais em crescimento e com baixa cobertura ao nível dos equipamentos, com o objetivo final de dotar todas as ilhas com esta ferramenta imprescindível quer a pais ativos profissionalmente, quer às famílias que do ponto de vista económico ou social, esta resposta seja uma mais-valia educacional. Ainda atendendo à coesão sociofamiliar, o Governo do Partido

Socialista pretende manter a suspensão da nova tabela de comparticipações nas creches, ATL's e Jardins de Infância. Conscientes do desafio financeiro que é, atualmente, educar mais do que um filho, o Governo pretende reforçar o apoio às famílias açorianas nestas situações, aumentando a comparticipação regional nas mensalidades para segundos e terceiros filhos nas creches e jardins-de-infância. Alargar a rede de amas, particularmente em comunidades pequenas, distantes de creches e sendo uma alternativa a agregados de dupla profissão é mais um prova do esforço financeiro que o Governo se propõe nesta legislatura. E porque é um privilégio vivermos numa sociedade onde existem famílias que podem manter dentro do seu seio familiar as suas crianças até aos três anos de idade, o Governo do Partido Socialista não poderia deixar de valorizar esta capacidade, pelo que será criado um programa de incentivo financeiro a essas famílias. Melhorar as metodologias de intervenção no âmbito da prevenção, promoção e proteção das crianças e jovens é uma realidade para o corrente ano. Porque a área social é felizmente cada vez mais abrangente, e digo felizmente, porque é com muita responsabilidade e compromisso que o Partido Socialista tem sido desde sempre um Partido que respeita todas as faixas etárias da sociedade, que identifica todos os grupos existentes, com a versatilidade inerente a cada um, que reconhece as necessidades específicas de cada grupo, mas não só, tem também a capacidade de diferenciar as situações tendo em conta a especificidade limitadora geograficamente em que se encontram, e o meio sociocultural em que estão inseridos. Este é um mérito do Partido Socialista e a doutrina que acompanha o seu programa governamental!

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Chegados a um ponto do nosso percurso político onde a criação e instalação de redes de equipamentos para idosos foi uma realidade, não necessitando agora de um investimento tão significativo, o Governo avança no sentido de dinamizar os recursos existentes e a capacidade instalada de forma a rentabilizar os resultados, satisfazendo da melhor forma as necessidades atuais. Promover parcerias entre o Executivo Regional e as diversas Instituições existentes é uma forma de reorganizar os meios e serviços disponibilizados,

aumentando a sua funcionalidade e eficiência, como é o exemplo da criação de uma rede integrada de transportes que se encontra em estudo.

Se por um lado é visível a redução do investimento na área social, contingência inevitavelmente ligada à diminuição das transferências do Governo da República, como é exemplo a diminuição no corrente ano, de doze milhões de euros do Orçamento de Estado para a segurança social, também não é menos justo e merecedor reconhecer, que dentro da sua capacidade financeira, para o atual Governo Regional afetar, em 2013, oito milhões de euros ao Fundo de Compensação Social e aumentar em três pontos percentuais o Complemento Regional de pensão é UM GRANDE ESFORÇO, que não sendo o valor ideal, é muito SIGNIFICATIVO e apresenta-se como uma RESPOSTA CLARA E OBJETIVA às ações tomadas a nível nacional.

Com estas medidas, o Governo pretende promover o envelhecimento ativo e digno.

Alargar a rede de centros de dia e centros de noite, aumentar a qualidade do serviço de apoio ao Domicílio, alargando-o para sete dias por semana e apostar mais alto na implementação da teleassistência para Idosos, são programas que vem responder às necessidades duma sociedade moderna e que se pretende seja cada vez mais ativa e independente.

Ainda na vertente de apoio ao Idoso, evoluir, agir e avançar rumo ao futuro, compreende um aumento na formação aos prestadores de cuidados, quer das IPSS, das empresas, quer das próprias famílias.

Compreende também a promoção da solidariedade intergeracional, a fomentação da cidadania ativa, para que todos, dos mais próximos aos mais afastados; Eu; cada uma das senhoras e senhores, e todos os Açorianos adquiramos a consciência do dever de cidadania e saibamos educar os nossos filhos socialmente para esta recompensa pessoal que é sentir que de pequenos gestos se criam grandes feitos! É neste sentido que se dá o fomento ao Voluntariado, quer através da sensibilização, quer pela criação do Estatuto do Voluntário e da criação de uma plataforma informática para gestão dos projetos de voluntariado disponíveis e da implementação de uma Bolsa de Voluntários.

Ainda neste contexto de apoio ao próximo, a implementação do gabinete de Apoio aos Cuidadores Informais, bem como o reforço da cobertura do “Descanso do Cuidador” para famílias e pessoas com deficiências, são medidas dinâmicas e que demonstram bem a intenção do Governo Socialista de valorizar e melhorar o bem estar dos idosos, das pessoas com necessidades especiais, bem como dos familiares que lhes prestam cuidados.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente e Senhora e Senhores Membros do Governo:

A evolução da sociedade e da economia levam a uma dinâmica social muito volátil, onde fatores como o fenómeno da globalização e a recente estrangulação da classe média têm acentuado as diferenças sociais, aumentando as desigualdades na distribuição da riqueza, criando grupos que por força dessa mesma sociedade, são diferenciados e colocados à margem da convivência na comunidade e com graves problemas de inclusão social.

Temos a consciência que vivemos uma das mais acentuadas crises financeiras desde sempre? Sim, temos! A solução? Agir!

Temos cidadãos que por via das circunstâncias se sentem afastados da comunidade? Sim, temos, aliás como em todas as sociedades. Mas também temos o orgulho...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Prestem atenção à senhora!

A Oradora: ... de ter um Governo que apresenta respostas a estas situações! O programa FIOS é disso exemplo, tais como o Programa de Desenvolvimento e Suporte Social em Rede e o Programa de Reabilitação e Reintegração.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Oh, Lúcio, presta atenção à senhora!

A Oradora: Temos um Governo Regional fechado em si próprio?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Verdade!

A Oradora: Senhoras e Senhores, não temos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Verdade! Fechado em si próprio!

A Oradora: Temos um Governo Regional que se apresenta com a ambição de fazer o melhor, com a convicção de que não é, nem será fácil o caminho que se

avizinha, e com a abertura para dialogar e aceitar melhores propostas para o fim a que se justifica:...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: ... melhorar as condições de vida económica e social dos nossos Açorianos.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Valdemiro Vasconcelos.

Deputado Valdemiro Vasconcelos (PSD): Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhora e Senhores Membros do Governo:

As opções políticas nunca podem perder de vista o seu carácter inter-geracional. As políticas de família devem ser coerentes e integradas. **É na família, e não no Estado, que se joga o futuro de qualquer sociedade.**

Nos Açores, entre 1991 e 2011, a evolução demográfica caracterizou-se por um crescimento moderado da população residente, tendo aumentado uns meros 1.8%. Mas as ilhas de Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Pico e Flores viram a sua população diminuir.

Hoje, nas nossas ilhas, morre mais gente do que nasce.

Em algumas ilhas, este esboroar da pirâmide demográfica assume aspetos deveras preocupantes.

Um dos grandes embates que os Açores enfrentam hoje é a luta contra a desertificação populacional de cinco das nossas nove ilhas.

A Autonomia que conquistamos não pode ser o coveiro da expansão demográfica da maioria das nossas ilhas.

Se alguém pensa que o triunfo da Autonomia advirá da concentração populacional em uma ou duas ilhas, pode-se dar por derrotado. Porque o dia em que isto acontecer,...

Deputados Duarte Freitas e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... é porque a Autonomia que hoje disfrutamos converteu-se em mais uma forma de aparentar a democracia, em mais uma forma de exercer o poder de uns quantos em prol de muitos.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

A estabilidade demográfica das nossas ilhas menos populosas deve ser um objetivo permanente a ter em conta na governação do dia a dia.

Não pode haver justificações de carácter economicista, para que se deixe ao deus dar a fortuna ou infortuna das populações das ilhas Graciosa, Santa Maria, São Jorge, Pico e Flores.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: As políticas de carácter social, as políticas de apoio à família devem ser o alicerce de toda a governação de boa parte das nossas nove ilhas.

O dia em que os nossos governantes conseguirem construir, em cooperação com as instituições da sociedade civil açoriana, uma política de apoio à família de forma permanente e incentivadora do trabalho, da criação de riqueza, e da estabilidade social, daremos por bem entregue os milhões e milhões de euros que os açorianos depositam nas mãos dos governantes, anualmente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Os mil milhões de euros que o Governo Regional tem ao seu dispor durante o ano de 2013 têm que dar os seus frutos. Têm que se transformar em oportunidades para os jovens que querem trabalhar, para os idosos que anseiam por estabilidade e carinho, para as famílias se fortalecerem e criarem as raízes profundas de que a nossa sociedade necessita.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Não vale a pena arranjar desculpas para tudo e para nada.

Quem se apresenta sempre como onnipotente não pode, na hora de prestar contas, lavar as mãos com a maior desfaçatez deste mundo!

As famílias açorianas anseiam por resultados.

As famílias açorianas querem, amanhã, saber como o Governo Regional aplicou os mais de mil milhões de euros que tem ao seus dispor neste ano de 2013.

Nós estamos aqui para colaborar no encontro de soluções.

Deputado Berto Messias (PS): Venham daí essas propostas!

O Orador: Mas também estamos aqui para fiscalizar a ação governativa de quem os açorianos elegeram para governá-los.

É isso que os açorianos exigem de nós. E é o que vamos continuar a fazer.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

(O Deputado Valdemiro Vasconcelos reocupa o seu lugar na Mesa)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Não havendo, damos por encerrada esta parte do debate e dou a palavra ao Sr. Secretário Regional da Saúde para uma intervenção.

Secretário Regional da Saúde (Luís Viveiros Cabral): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este debate sobre o Plano e Orçamento para 2013 ocorre num momento muito especial no setor da saúde, um momento em que está em curso um processo de reestruturação que pretende introduzir práticas que vão trazer maiores níveis de eficiência e, sobretudo, vão permitir definir o Serviço Regional de Saúde que queremos para as próximas décadas.

É um desafio que se coloca hoje aos responsáveis pelo setor da saúde, em particular nos países desenvolvidos, como consequência do aumento da esperança média de vida, da vertiginosa evolução tecnológica, dos novos

conhecimentos científicos na área médica e de novos medicamentos, o que tem tido custos exponenciais para os sistemas de saúde.

Temos, obviamente, que nos congratular com esta evolução da ciência enquanto humanidade, mas também temos de criar condições para que esta evolução contribua para uma melhor qualidade de vida, de forma sustentada e para todos. Estamos confiantes que, ao longo deste mandato, quer através do plano de reestruturação que está em curso -...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A austeridade!

O Orador: ... que tem contado com a participação de quase todos os partidos e parceiros sociais, quer através da participação responsável de todos os profissionais do sistema, será possível encontrar o equilíbrio entre o investimento e uma prestação de cuidados de saúde de qualidade.

Deve ser pedra angular da nossa intervenção a prestação de cuidados de saúde de qualidade aos Açorianos. É importante estarmos focados no nosso principal objetivo: apoiar quem está doente e precisa de recorrer às nossas unidades de saúde e também dar a resposta adequada a quem conta com o sistema para a promoção da sua própria saúde.

Ao longo deste percurso temos duas preocupações que, apesar de estarem bem identificadas, insistem em aumentar a dificuldade da nossa caminhada: o indefinido enquadramento económico nacional e a natural resistência aos processos de mudança.

Até agora, o debate tem-se centrado nas questões financeiras, discutidas até à exaustão, de tal modo que se sobrepõem ao discurso das ideias e levam inclusivamente a que pessoas que têm obrigação de ter conceções mais atualizadas sobre estas questões acabem por seguir pela via mais mediática, naturalmente mais fácil e populista.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olha! Já aprendeu a lição!

O Orador: Todos temos consciência de que é preciso reforçar este setor.

Como puderam constatar da análise do documento que foi por nós elaborado, é exatamente isso que está previsto, como, de resto, foi já anunciado e tem sido frequentemente repetido.

No orçamento que está aqui em discussão há um reforço de 30 milhões de euros para o Serviço Regional de Saúde.

E, como parece que há dificuldade em perceber esta parte, eu repito. Há um reforço efetivo de 30 milhões de euros para o Serviço Regional de Saúde!

Num orçamento de contenção é um valor muito significativo e vai constituir um contributo importante, como adiante veremos, para equilibrar os orçamentos das unidades de saúde.

Mas também tem sido referido com a mesma pertinência, vai ser necessário um esforço de contenção de custos que será conseguido com as medidas de reestruturação que estão a ser preparadas e que, a seu tempo, serão tornadas públicas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Austeridade!

O Orador: É, no entanto, bizarro que a oposição reconheça a necessidade de racionalizar o sistema e aponte algumas áreas onde é possível poupar, mas, ao mesmo tempo, apregoe junto dos órgãos de comunicação social que este esforço afinal são cortes, num setor onde já não é possível cortar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: Este esforço é por nós encarado muito seriamente pois abre a possibilidade de o Serviço Regional de Saúde ter, em 2013, um orçamento correspondente aos seus gastos, ao contrário do que se verifica no continente em que o setor da saúde, segundo os dados oficiais mais recentes, que são de 2011, apresentavam um défice orçamental de 45%.

Estamos convictos e muito motivados para conseguir estes nossos objetivos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Só poupa no continente!

Deputado Jorge Macedo (PSD): E em 2012? Era bom, mais equilibrado?

O Orador: Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os últimos anos, no campo da saúde, foram dedicados às infraestruturas. Com as obras feitas e com as que estão em construção podemos dizer que ficamos

com um parque hospitalar de boa qualidade, nalguns casos de excelente qualidade.

Naturalmente que a obra física não é tudo. Mas é importante, pelas melhores condições que proporciona aos profissionais de saúde, pelo melhor ordenamento dos serviços e, conseqüentemente, por um melhor serviço prestado aos utentes.

As novas unidades, desenhadas já dentro de novos conceitos são, inclusivamente, propiciadoras de um clima de humanização nas relações entre profissionais de saúde e cidadãos.

É, pois, altura de nos concentrarmos na organização dos serviços. A partir de agora, é aqui que será colocada a prioridade e o esforço ao longo dos próximos anos.

Em primeiro lugar, pretende-se reorganizar a rede hospitalar através de uma visão integrada, articulando melhor os cuidados de saúde primários e os cuidados hospitalares. Nesse sentido, vamos reforçar os cuidados de saúde primários, transferindo de forma gradual e conseqüente alguns dos cuidados atualmente prestados em meio hospitalar para as estruturas de maior proximidade, ao contrário daquilo que se tem afirmado publicamente.

Pretendemos também reorganizar e reestruturar a rede de cuidados continuados e paliativos de modo a torná-la mais eficaz e chegar a mais pessoas.

Outra meta que queremos alcançar é a acreditação das unidades de saúde, proporcionando uma reformulação de procedimentos, práticas clínicas e administrativas que conduzirão a uma maior eficiência e, sobretudo, a uma maior segurança dos doentes, bem como permitir o desenvolvimento do turismo de saúde.

Toda esta ação terá como pano de fundo a preocupação de colocar os serviços cada vez mais próximos das pessoas.

Foi com satisfação que ficamos a saber, por exemplo, que, na Unidade de Saúde da ilha Terceira, 50% dos enfermeiros já trabalha no exterior, nas mais variadas atividades ligadas com as pessoas idosas, doentes crónicos ou junto das escolas e em atividades de sensibilização para estilos de vida saudáveis.

Também no Centro de Saúde de Ponta Delgada existe uma crescente atividade de cuidados domiciliários.

Já agora um parêntesis. Há uma crítica permanente ao Serviço Regional de Saúde por parte das forças da oposição por saberem que se trata de matéria sensível. Mas frequentemente esse mesmo Serviço Regional de Saúde é distinguido nível nacional, como aconteceu recentemente com a Unidade de Cuidados Domiciliários do Centro de Saúde de Ponta Delgada, no âmbito da Missão Sorriso 2012, num projeto selecionado entre mais de 170 candidatos.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Temos ainda o exemplo do projeto do Enfermeiro de Família nos Açores – a primeira experiência no país com suporte legislativo...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade!

O Orador: ... e intervenção governativa – também com ganhos muito significativos de saúde para a população. No continente só agora criaram um grupo de trabalho para avaliar a possibilidade de implementação do Enfermeiro de Família.

Podemos também orgulhar-nos da ação desenvolvida na saúde oral.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, isso sim!

O Orador: Fomos os pioneiros na decisão de dotar cada centro de saúde com, pelo menos, um médico dentista, ou, no campo da nutrição, afetando também a cada centro de saúde, pelo menos, um nutricionista.

No campo das dependências, temos em curso ações de vária natureza implementadas por equipas de técnicos que vão ao encontro, sobretudo dos jovens, em contactos na rua, junto de escolas, nos locais de diversão noturna, informando de forma construtiva sobre os riscos e eventuais perigos das várias dependências.

Com objetivo semelhante, estão em curso programas nas escolas que se baseiam na forma de resistir à influência de grupos de pressão. Estes programas têm chegado a dezenas de escolas, centenas de professores e milhares de alunos em todas as ilhas.

E há ainda a destacar a ação bem sucedida que é efetuada através de equipas móveis, duas na Ilha de S. Miguel e uma na Ilha Terceira, que surgem como possibilidade de resposta a uma faixa da população toxicodependente, que não adere aos programas de tratamento em instituições específicas.

Creio, por isso, que muitas das críticas são tiros nos próprios pés e que só servem para desmotivar os profissionais de saúde que desempenham com eficiência e qualidade, atos técnicos e científicos, curando e salvando muitas pessoas.

São estes os exemplos de bom desempenho que pretendemos estender a todo o Serviço Regional de Saúde, de forma a tornar todo o serviço digno de reconhecimento interno e externo, apesar de muitos apregoarem que os santos de casa não fazem milagres.

Vamos também dar um grande incremento à telemedicina.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Teve 16 anos! Dezasseis anos!

O Orador: Já se realizam muitos atos médicos com recurso à telemedicina, seja na transmissão de imagens, de exames complementares de diagnóstico, em consultas online ou na ajuda à decisão de algumas evacuações.

É também um excelente exemplo de aplicação desta tecnologia a transmissão em tempo real dos parâmetros de monitorização, para decisões no âmbito da emergência médica, que permite ao médico do hospital receber o eletrocardiograma do doente ainda na sua casa.

É agora necessário...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ai é? Oh, Maurício, sabias disto?

O Orador: ... utilizar os melhores exemplos, aperfeiçoar os aspetos em que isso se revele necessário e tornar este recurso numa prática regular.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não estamos informados! Ninguém sabia disso!

O Orador: A intenção é transformar a telemedicina num suporte sólido da ação clínica, seja entre unidades de saúde de ilha e os hospitais ou destes com os centros hospitalares do continente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto tem graça! (*Risos*)

O Orador: Neste campo, podemos contar com o facto de todos os equipamentos de RX, TAC, ressonância magnética e até os equipamentos de análise “point of care”, que estão a ser adquiridos pelas unidades de saúde, estarem preparados para serem ligados aos meios informáticos e poderem transmitir a informação clínica remotamente.

Há no Plano para 2013 – na área da saúde –, uma verba muito significativa, mais de 800 mil euros, para informatização das unidades de saúde, para que todas possam estar interligadas e para que sejam criadas condições na comunicação que permitam uma maior eficiência da telemedicina.

Tencionamos também no corrente ano de 2013 alargar a ação das viaturas SIV e continuar a adquirir o equipamento necessário para uma resposta eficaz à emergência médica em todas as ilhas. Há uma verba de cerca de 150 mil euros para aquisição de mais viaturas e mais equipamentos.

Ao todo, na área Proteção Civil – agora integrada no setor da saúde – temos 5,5 milhões de euros que serão utilizados na aquisição de viaturas, na beneficiação e reparação de quartéis de bombeiros, bem como no cumprimento de protocolos com a Universidade dos Açores, no âmbito da cooperação científica.

E há ainda uma verba destinada à formação: à formação de profissionais do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros no âmbito de melhor da resposta à emergência, à formação de profissionais dos corpos de bombeiros para poderem responder às atividades específicas a que cada vez mais são chamados e a formação à população, que, numa Região como os Açores, tem de estar preparada individualmente para saber como agir em caso de emergência ou catástrofe.

Esta é a nossa linha de ação. Reorganizar serviços e promover uma maior interação entre as unidades de saúde e hospitais.

Vamos tudo fazer para que os hospitais, as unidades de Saúde, os centros de saúde e até o posto mais isolado funcionem como um todo.

Depois do impulso nas infraestruturas, agora é altura de criar um novo dinamismo na organização. Para que possamos servir melhor as pessoas.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: É exatamente nesta missão de serviço às pessoas que trabalham diariamente para ter um Serviço Regional de Saúde mais equitativo e humano, dentro dos princípios inabaláveis de universalidade, gratuidade e qualidade.

Estamos a fazer o Serviço Regional de Saúde mudar, não por ele ser mau, mas para que continue a ser bom.

Estamos convictos que o vamos conseguir com os meios e recursos de que dispomos, com as medidas que pretendemos implementar e com os profissionais de saúde que trabalham dedicadamente nas nossas unidades de saúde em prol e ao lado dos seus utentes.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

A Mesa já tem uma inscrição.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Todos nós sabemos que (e volto a insistir nessa questão) as toxicodependências são um problema gravíssimo, sentido um pouco por toda a região, um pouco por todos os concelhos, ilhas e freguesias nos Açores.

Deputado José Ávila (PS): É verdade! É verdade!

O Orador: São cada vez mais os jovens, menos jovens, que entram neste mundo, neste flagelo. Todos nós sabemos que cada vez mais as polícias têm tido uma intervenção na área do combate à criminalidade. Mas não basta isto! É importante apostar na prevenção e no tratamento.

O Sr. Secretário veio aqui cheio de boas intenções na questão da prevenção. Disse que tem programas para as escolas, programas que vão ao encontro dos jovens na rua, mas não basta isso, Sr. Secretário. É importante ir mais além; é importante apostar no tratamento; é importante o Governo ter uma linha de

atuação. Não se viu isso ao longo dos últimos anos e a prova disso é que há uma diminuição no Plano e Orçamento, na verba destinada ao combate a este flagelo, de cerca de 1 milhão e 114 mil euros em relação ao último ano, ou seja, uma diminuição de cerca de 43%.

Das duas, uma: ou o investimento que se fez nos últimos anos foi atirar mais dinheiro sem ter resultados ou então este problema deixou de ser uma prioridade para o Governo Regional dos Açores.

E é importante que o senhor venha aqui dizer, acima de tudo, qual é a sua ideia para esta área, porque não basta, como aqui referi, sensibilização. É preciso ir mais além e não esquecer que os senhores retiraram agora, recentemente, o apoio à Casa de Saúde de São Miguel para o tratamento desta área.

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da bancada do PS)

O Orador: Portanto, é importante que os senhores venham aqui referir e explicar este assunto.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira.

(*) Deputado Manuel Pereira (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sendo os Açores uma região onde, infelizmente, é frequente o registo de intempéries, será por essa razão a região do país melhor preparada para as enfrentar, minorando, assim, o impacto que essas ocorrências têm provocado.

A atenção que os sucessivos governos regionais do Partido Socialista têm dispensado à área da proteção civil tem-se refletido num enorme investimento ao nível de infraestruturas,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E gastos!

O Orador: ... da formação dos corpos de bombeiros e de pessoal dos diversos departamentos governamentais em todo o arquipélago.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E jardins!

O Orador: Estes são, sem dúvida, contributos importantíssimos para a redução do impacto negativo das intempéries.

Importa também referir a elaboração de planos de ordenamento do território e a legislação sobre os requisitos das edificações, os quais têm permitido dotar as diversas entidades com competência nesta área dos mecanismos necessários à boa gestão do território e, assim, evitar algumas práticas identificadas como incorretas. Refiro-me à proteção da linha de água e a sinalização das zonas de risco, onde não são permitidos determinados usos, como sejam a construção de edificações.

Para além disso, e porque alguns têm comportamentos indevidos, o Governo Regional, em parceria com as autarquias locais, tem vindo a desenvolver ações de limpeza e de desobstrução de linhas de água e grotas, evitando-se, por isso, muitas mais complicadas situações quando se regista forte pluviosidade.

Também não se deve esquecer o trabalho de sensibilização e prevenção desenvolvido junto da população, em geral, e, em especial, dos nossos jovens para que, em situações de sismos e tempestades, possuam os ensinamentos necessários sobre os comportamentos de autoproteção a adotar.

No entanto, as consequências das intempéries não dependem apenas do trabalho de prevenção realizado. Ainda a semana passada, resultado do deslizamento de terras que ocorreu no Faial da Terra, há a lamentar a perda de vidas humanas, esta, uma perda irreparável.

Por essa razão, quero aqui expressar às famílias enlutadas as minhas sinceras condolências.

Mas importará também não esquecer os enormes danos materiais que se registaram praticamente em todas as ilhas, com particular incidência em São Miguel, Terceira e Flores, ao nível de infraestruturas públicas, rede viária regional e municipal, os danos materiais em privados, que viram destruídos, total ou parcialmente, todos os seus haveres, bem como os prejuízos causados em explorações agrícolas, que constituem um obstáculo evidente na vida dessas pessoas, e que importa não esquecermos de encontrar uma rápida solução.

Mais uma vez o Governo Regional, através de departamentos competentes e em parceria com as autarquias locais, esteve na linha da frente, na reposição da normalidade possível em todas as áreas afetadas. Após a inventariação, já avaliou o custo da reparação dos danos existentes nas várias áreas, em toda a região, em cerca de 35 milhões de euros.

É, portanto, importante realçar que, mesmo nesta fase de fortes constrangimentos financeiros que nos afetam, o Governo Regional deliberou já afetar aquelas verbas para apoio à recuperação dos estragos existentes.

Esta é uma marca que tem caracterizado a governação do Partido Socialista nos Açores e é certo que vai continuar, pois, para nós, as pessoas estão sempre em primeiro lugar.

Sra. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Se muito foi feito, e será reconhecido por todos, também sabemos que há muito por fazer, quer corrigindo aspetos que não terão correspondido ao esperado, quer ainda adaptando posturas às novas realidades e exigências. Refiro-me, em primeiro lugar, aos planos municipais de emergência.

Sabemos que nem todas as autarquias os têm atualizados. Por essa razão, será necessário adotar medidas que levem à correção desta lacuna, assim como a necessidade de as testar, de modo a corrigir aspetos menos adequados.

Permita-me, Sr. Secretário Regional da Saúde e Proteção Civil, ter já sugerido que em alguns casos esses planos tenham uma dimensão de ilha, permitindo, assim, melhorar a gestão dos recursos disponíveis.

Assim, quero deixar-lhe a primeira questão.

Quais as medidas previstas para o melhoramento dos planos de emergência municipal?

Reconhecendo a importância de uma boa rede de comunicações, sabemos ser imperiosa uma boa coordenação e atuação das diversas entidades envolvidas, factos que sabemos nem sempre existirem.

Assim, permita-me a segunda questão.

Quais as medidas previstas para envolver e mobilizar as autarquias locais para esta situação, sabendo que algumas situações mais não fazem do que pagar os seguros que a lei determina?

Antes de terminar, uma referência às associações de bombeiros voluntários dos Açores, um dos pilares fundamentais do Serviço de Proteção Civil, a quem aproveito para enaltecer o espírito de servir com que pautam a sua atuação, evidenciado no interesse coletivo e na prontidão em socorro daqueles que necessitam.

Sabemos da crise de voluntariado em que vivemos e hoje muitos corpos de bombeiros voluntários são praticamente constituídos por profissionais. Por essa razão, Sr. Secretário, a minha última questão é a seguinte.

Quais as medidas deste pilar do Serviço Regional de Proteção Civil?

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, V. Excia. fez aqui uma intervenção secundarizando a sua intervenção no âmbito da discussão do Programa do Governo, repetindo algumas das ideias que então tinha defendido, em relação às quais, algumas delas, como já tive oportunidade de afirmar, em nome do PSD, concordamos, mas, na verdade, estamos aqui na discussão do Plano e do Orçamento.

E a mim parece-me difícil, sem que considere essa atitude populista e, tão pouco, com intenção mediática, que não se tenha que falar nas questões financeiras. Elas estão no centro do Serviço Regional de Saúde,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Exatamente!

O Orador: ... estão no centro do Serviço Nacional de Saúde, estão no centro do sistema de saúde português. Não há outra maneira de abordar estas questões. Portanto, permita-me que, desde já, renegue essa sua afirmação, porque não a considero nem populista, nem tão pouco com intenção mediática. Aliás, se a

considerasse, teria que lhe devolver a acusação, porque o senhor não resistiu a dizer que o Serviço Nacional de Saúde tinha 45% de défice orçamental.

Sr. Secretário, e as vossas responsabilidades financeiras, quanto é que elas representam no âmbito da dívida da região? Já se questionou sobre essa matéria?

Em segundo lugar, Sr. Secretário, e porque algumas das questões que V. Excia. aqui relevou, outros, no passado, já o tentaram também dizer, nomeadamente o reforço financeiro que faz para as unidades de saúde, que o seu antecessor, no âmbito da discussão do Plano e Orçamento para 2012, nesta Casa, dizia que: “Reforçaremos em mais 36.7 milhões de euros as receitas dos nossos hospitais, exatamente para que possam ter uma situação financeira mais estável e consigam pagar a tempo aos seus fornecedores”.

2012, Sr. Secretário!

(Risos do Deputado Artur Lima)

Está o senhor em condições de garantir que em 2013 pagará aos fornecedores da região os mais de 130 milhões de euros que só os hospitais da região devem? É a primeira pergunta que lhe quero colocar.

Mas dizia mais o seu antecessor (numa linguagem semelhante àquela que utilizou e que a nós são necessários factos para acreditarmos): “Com o trabalho desenvolvido nos últimos tempos, e insistindo em medidas de poupança, em cujos resultados poucos acreditavam – e, pelos vistos, continuamos a não ter motivos para acreditar –, o facto é que se criou uma nova mentalidade, uma nova cultura nos serviços e podemos dar agora novos passos”.

Sr. Secretário, desejo-lhe, sinceramente, que o discurso que aqui proferiu venha a dar outros resultados que não aqueles proferidos e estimados pelo seu antecessor.

Mas já que estamos a falar de Plano e Orçamento, e é disto que estamos aqui a falar, queria colocar-lhe uma segunda questão.

O Sr. Secretário tem inscrita no Plano uma verba de 186 mil 760 euros para aquilo que designa de redução de listas de espera cirúrgicas. Como sabe, este é um flagelo que atinge as nossas unidades hospitalares que, em 2012, também na discussão do Plano e Orçamento, dizia o seu antecessor: “Em 2012 – estou a citar –, serão criadas mais seis salas de cirurgia, mais três no bloco operatório do hospital de Ponta Delgada, que será remodelado, e mais três salas de cirurgia que existirão no novo hospital da ilha Terceira.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Só notas!

O Orador: Com o reforço dos blocos operatórios, conseguiremos, assim, realizar mais 2 mil cirurgias em 2012 e mais 3 mil em 2013. Esse investimento – continuo a citar – permitirá não só acabar com a lista de espera cirúrgica dos três hospitais – acabar –, como ainda diminuir o tempo de espera nas várias especialidades”.

A questão que lhe coloco, Sr. Secretário, é se considera que com os 186 mil euros inscritos no plano colocará por terra toda e qualquer cirurgia que esteja à espera?

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Cabral.

(*) **Deputado Ricardo Cabral (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Exmo. Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A saúde na Região Autónoma dos Açores é uma prioridade no Plano e Orçamento para 2013, para dar continuidade à modernidade, ao progresso e ao contínuo aumento da qualidade da prestação de cuidados de saúde na Região Autónoma dos Açores.

O investimento público para a saúde é de 43 milhões 296 mil 393 euros no Plano e Orçamento para 2013.

O investimento para o desenvolvimento do sistema de saúde constitui uma verba de 37 milhões 721 mil 960 euros, por modo a permitir a viabilização de muitos programas e de diversos projetos com grande interesse para os Açores.

O investimento público para a prevenção de riscos e proteção civil é de 5 milhões 574 mil 433 euros, para dar consistência ao melhoramento das suas políticas.

As estratégias para a saúde, como a sustentabilidade e a eficiência financeira, a equidade no acesso, a qualidade dos cuidados e o estado de saúde das populações têm merecido do Governo Regional dos Açores e do Grupo Parlamentar do Partido Socialista a maior atenção, bem como manter e promover a universalidade e a acessibilidade de todos os cidadãos aos cuidados de saúde.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Governo Regional entendem que nos Açores devemos ter uma saúde igual e com dignidade para todos, sem discriminação dos desprotegidos e dos mais carenciados.

Entendem, igualmente, continuar o desenvolvimento das infraestruturas e dos sistemas de saúde com a construção dos centros de saúde de Ponta Delgada e da Madalena do Pico, a remodelação, ampliação e beneficiação das unidades de saúde do...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o bloco de partos?

O Orador: ... Centro de Saúde de Vila do Porto, do novo bloco C do Hospital da Horta e da unidade de tratamentos e reabilitação do Solar da Glória.

Continuar a aperfeiçoar as políticas de promoção de saúde e a prevenção das doenças são objetivos prioritários em qualquer sistema de saúde dos governos socialistas.

Reforçar e complementar a informatização,...

(Risos do Deputado Artur Lima)

... base do setor da Região Autónoma dos Açores, com uma verba de 829 mil 840 euros, é um sinal incontestável para a modernização.

Houve um aumento significativo no investimento, cerca de 323% a mais em relação ao Plano do ano de 2012.

A consolidação e operacionalização do sistema de informatização da Saudaçor é precedência para o progresso, para a modernidade, para a eficiência dos recursos, para a qualidade dos serviços, para o rigor dos custos e para a conseqüente e contínua elevação da qualidade da prestação de cuidados de saúde à população da Região Autónoma dos Açores.

Todavia, o maior desafio é diminuir as despesas e manter a qualidade e a segurança na prestação dos cuidados de saúde às pessoas.

Está na altura de reformular o papel do Estado no financiamento, no pagamento, na regulação e na prestação dos cuidados de saúde com coragem e ponderação, bem como de redefinir os procedimentos que não têm qualidade, substituir as ações por outras que aumentam a segurança dos tratamentos, mesmo sendo realizadas numa distância ligeiramente superior à existente.

Não podemos permitir nem valorizar a demagogia nem o aproveitamento político da exigência de mais despesas e de mais desajustados investimentos para a saúde.

Iludir as pessoas com a instalação de perturbação não é a melhor forma de fazer política.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que todos devemos refletir a sustentabilidade do setor da saúde com o equilíbrio para manter a qualidade,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso já vem há 8, 10, 12 anos!

O Orador: ... a equidade, a segurança e dar continuidade ao progresso com rigor, sem megalomanias, sem reflexões extemporâneas.

Articular os serviços, organizar os recursos, produzir com eficácia e eficiência e avaliar com exatidão e persistência são os vetores determinantes de uma atuação realista e socialista para a implementação das políticas...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Exatamente! Realista e socialista, espetáculo!

(Risos dos Deputados Jorge Macedo e João Bruto da Costa)

... mais corretas e mais prudentes para manter a qualidade da prestação de cuidados de saúde aos açorianos, às açorianas e às pessoas que optaram por viver nos Açores.

A concretização de políticas que combinem a garantia da sustentabilidade dos sistemas de saúde com o aumento da equidade dos modelos de prestação de cuidados e da sua qualidade depende não só de consensos políticos e sociais, mas também da participação dos profissionais de saúde nas medidas de contenção de custos e nos ganhos de eficiência.

Persistir na denúncia sem concretizar, persistir no impossível de realizar, não apresentar soluções com interesse e pedir aos outros para resolverem os nossos problemas não é a forma mais correta para resolver as nossas preocupações e dificuldades.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Não! Quem ganhou as eleições?

O Orador: Mais do que nunca é necessário consenso para legitimar o Serviço Regional de Saúde e as mudanças necessárias na Região Autónoma dos Açores para continuarmos a ter uma boa saúde.

Os açorianos e as açorianas sabem muito bem quem tem as melhores soluções para propor, decidir e implementar a melhor orientação política para a saúde na Região Autónoma dos Açores. Traduziram essa confiança na renovação de uma nova maioria nas recentes eleições legislativas regionais do último mês de outubro.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Então para que querem soluções?

O Orador: O Governo Regional dos Açores e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista têm políticas de saúde com soluções açorianas, porque têm melhor conhecimento dos constrangimentos inerentes a uma região com necessidades especiais.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista está confiante, porque o Governo Regional dos Açores...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Os senhores sabem o que fizeram! Isso sabem!

O Orador: ... apresentou um rumo de confiança e esperança para continuar a ajudar as pessoas e as famílias.

Para concluir, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que este Plano e Orçamento para 2013, agora apresentado, é o melhor para a Região Autónoma dos Açores.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

(*) Deputado Cláudio Lopes (PSD): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Duas questões muito rápidas, Sr. Secretário da Saúde.

Uma delas tem a ver com uma das formas do Serviço Regional de Saúde melhor servir os utentes de seis ilhas dos Açores que não têm hospital: fazer deslocar especialistas a estas ilhas.

Como sabe, em relação à ilha do Pico (isto é de particular importância, porque reduz imensos incómodos), os utentes têm a obrigação de virem ao Hospital da Horta para efetuarem consultas de especialidade, submetendo-se, muitas vezes, a dias invernosos na travessia do canal. Desde logo, a deslocação de especialistas em vez da de utentes assume-se como um benefício importante para estas populações da ilha do Pico.

Como sabe também, Sr. Secretário, este serviço deixou de se realizar há uns meses. Isto é especialmente gravoso para idosos que têm doenças e muitas limitações, mas também, especialmente, para as grávidas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Uma “Papa ambulância”, Cláudio!

O Orador: As grávidas deixaram de ter este serviço de obstetrícia na ilha do Pico e agora têm de, novamente, voltar ao Hospital da Horta todos os meses,

pelo menos uma vez por mês, durante o período de gestação para consultas de acompanhamento.

Isto, para nós, Sr. Secretário, chama-se regredir na qualidade do Serviço Regional de Saúde aos utentes do Pico; chama-se andar para trás.

Gostava que o Sr. Secretário me confirmasse se esta situação é para manter ou se pretende melhorá-la nos próximos tempos?

A segunda questão reporta-se ao famigerado Despacho n.º 289, emanado da sua Secretaria, em 13 de fevereiro deste ano, e que tem a ver com o serviço de fisioterapia. Segundo este despacho, os utentes de sete ilhas dos Açores – já não são só seis, neste caso, são sete ilhas dos Açores – que precisem dos serviços de fisioterapia passarão a estar dependentes da decisão de um fisiatra que, depois de fazer uma consulta por telemedicina ou por telefone,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Paga taxa moderadora!

O Orador: ... é que vai ajuizar da necessidade ou não deste utente, à distância, numa das sete outras ilhas dos Açores, de efetuar um apoio no serviço de fisioterapia.

Isto, não sei se é para levar a sério, Sr. Secretário. Não sei se é este o modelo que o senhor pretende para o futuro e a forma de tratar os utentes de sete ilhas da região? Se é ou não, gostava que me confirmasse.

Muito obrigado.

Deputada Aida Amaral (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer o nosso intervalo da manhã. Regressamos às 12 horas e 45 minutos.

Eram 11 horas e 14 minutos.

Presidente: Vamos continuar, então, os nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 55 minutos.

Estava inscrita a Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu queria retomar um tópico levantado pelo Sr. Deputado Cláudio Almeida, nomeadamente a questão das toxicodependências.

É um problema gravíssimo, sem dúvida, é um flagelo com o qual nos deparamos. É necessário investir no tratamento. Também estamos todos de acordo, mas bem sabemos que as taxas de reincidência são, infelizmente, muito altas.

Não podemos descurar, de forma alguma, o tratamento desses utentes, mas o caminho, o sucesso, passará, necessariamente, pela prevenção. E quem trabalhou nesta área, que é o meu caso, sabe bem que é aí que se poderá encontrar algum alento para esta problemática. E a prevenção é, realmente, transversal à saúde, à solidariedade social, à educação. As entidades que trabalham no terreno apresentam, elas próprias, muitas vezes, programas de prevenção e têm consciência de que o caminho se faz por aí, e friso, novamente, sem descurar, naturalmente, o tratamento. O Governo, dentro das suas possibilidades, tem tido, e eu estou certa de que continuará a ter, a sensibilidade de acatar esses projetos que são apresentados pelas entidades que trabalham diretamente com a matéria.

No entanto, o Sr. Deputado Cláudio Almeida fez uma interpretação diferente da que eu fiz das notícias recentes, relativamente à Casa de Saúde, e eu gostaria que o Sr. Secretário, de alguma maneira, esclarecesse este ponto.

A ideia com que fiquei foi que a Casa de Saúde mantém-se como a instituição de referência para o tratamento, ao nível do internamento, das nossas pessoas com problemas ao nível das toxicodependências. O que foi deslocado, digamos assim, da Casa de Saúde foi a administração da Metadona, com o intuito de centralizar essa administração (afinal de contas estamos a falar de um opiáceo sintético e com coisas dessas, obviamente, não se brinca), para que essa centralização trouxesse um maior controlo para proteção, em primeira instância,

dos próprios utentes, na esperança de que tudo consiga ficar mais consertado, quer pela uniformização de procedimentos, que só trarão benefícios a quem precisa deste tipo de tratamento, quer pela especialização de entidades, que se passem a focar num determinado aspeto do tratamento. Portanto, neste caso, em vez de termos várias entidades a fazer o mesmo trabalho, a mesma intervenção, ficou concentrada essa administração dessa substância, que não pode circular pelas ruas, que é a Metadona, numa única instituição, neste caso, na ARRISCA. Eu gostaria só de tentar perceber se a interpretação que fiz está correta e, nesse caso, corrigir, fazer esta pequena correção à intervenção do Sr. Deputado Cláudio Almeida.

Muito obrigada.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Isto é que é uma intervenção politicamente correta! Fala na questão toda!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) Secretário Regional da Saúde (Luís Viveiros Cabral): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, eu gostaria de responder, e tentando sintetizar por temas, ao Sr. Deputado Cláudio Almeida e à Sra. Deputada Renata Botelho.

Devo já referir que existe uma linha orientadora do Governo neste sentido. Foi por isso que, recentemente, já se fizeram estas alterações. Não há qualquer redução na verba destinada às toxicodependências. Aquilo que refere da redução desse 1 milhão, é preciso ter um pouco mais de atenção no que é dito,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Diga como é que funciona!

O Orador: ... porque aquilo que lá está, aquilo que foi feito este ano foi uma separação daquilo que é o componente de obra de construção e reparação do solar juvenil, o Solar da Glória, daquilo que eram os acórdãos dentro desta área. Ou seja, não há uma redução concreta de 1 milhão nesta área.

Devo-lhe dizer também, relativamente àquilo que apregooou como uma redução para a Casa de Saúde, e na resposta à Sr. Deputada Renata Botelho, que não existe uma redução de verbas afetas à Casa de Saúde de S. Miguel, existiu, sim, uma deslocação de verbas daquilo que era um componente de manutenção, ou seja, componente de tratamento com Metadona para a ARRISCA e, como os doentes foram todos transferidos da Casa de Saúde para a ARRISCA, o componente financeiro também foi transferido. Mas aquilo que é o componente de tratamento, aquilo que é o componente de reabilitação desses doentes mantem-se na Casa de Saúde, que é a única instituição que tem a capacidade para fazer esse tratamento. Por isso peço-lhe que, na altura em que lê as notícias, não olhe só para os títulos e que leia todo o artigo, porque se tivesse lido todo o artigo que, por exemplo, saiu no *Açoriano Oriental*, tinha percebido que era exatamente isso que nós estamos a referir.

O que estava em causa relativamente a esta situação, e o alarido gerou-se, foi o facto de estarem em circulação, em São Miguel, cerca de 1,6 litros de Metadona na população, tendo em conta que havia este desconcerto entre duas entidades a darem o mesmo tipo de tratamento. E esses 1,6 litros, infelizmente, e em algumas situações (e isto não está em investigação), poderão ter condicionado o internamento de dois jovens nas unidades de cuidados intensivos do hospital de Ponta Delgada, pela ingestão dessa Metadona que estava a ser distribuída de forma livre pela população.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já agora diga os inquéritos que o senhor fez! Isso é de uma gravidade tremenda!

O Orador: Por esse motivo é que foi feita essa centralização da distribuição dessa Metadona.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é de uma gravidade extrema! Os senhores não vão matar gente!

O Orador: Relativamente à resposta ao Sr. Deputado Manuel Pereira, nas medidas previstas para os planos municipais, aquilo que lhe posso dizer é que temos de definir claramente, e é importante que nestes próximos meses em que se vai avançar com este debate para as autárquicas e que esse assunto também

possa ser levantado e posto em discussão, a efetiva responsabilização das autarquias na execução dos planos municipais. Como nós todos podemos presenciar, infelizmente, recentemente, o responsável máximo pela Proteção Civil em cada um dos municípios é o Presidente de Câmara e é a ele que cabe a execução dos programas de proteção civil dentro dos seus municípios.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Sr. Manuel sabe disso!

O Orador: Obviamente o Serviço Regional de Proteção Civil e de Bombeiros...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está bem mal!

O Orador: ... tem de ter uma integração muito grande com essas autarquias e é importante que enquanto em algumas autarquias não há um assumir desta responsabilidade de forma integral, noutras autarquias isso verifica-se.

É importante que todas trabalhem da mesma forma e com os mesmos critérios e os próprios presidentes de câmaras tenham a consciência que, do ponto de vista de responsabilização criminal, podem ter complicações caso não respondam da forma adequada.

O Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros, ao longo deste ano, estará disponível e terá toda a abertura para auxiliar qualquer autarquia que se aproxime e que queira com ele trabalhar na execução dos planos municipais.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é fácil!

O Orador: As medidas de voluntariado nos bombeiros também são uma das questões importantes e é importante nós termos isto como um assunto aberto e não um assunto tabu. Grande parte das corporações da Região Autónoma dos Açores não são, neste momento, associações humanitárias, são, sim, corporações de bombeiros profissionais que trabalham sobre um financiamento direto do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros.

Não era esse o objetivo inicial. As associações humanitárias devem ser constituídas por pessoas de bem, dentro daquilo que são os seus municípios, em colaboração com as autarquias para, num espírito de voluntariado, dar um serviço à população.

Não é isso que se tem verificado. Aquilo que se verifica em algumas das corporações é que, no fundo, é mais um posto de trabalho, é mais uma forma de garantir um funcionamento regular de uma instituição através de um financiamento do Governo. Temos, então, que definir se é esse o modelo que queremos e de que forma é que vamos fazer esse financiamento ou se, sim (e eu acho que é um dos aspetos importantes), devemos manter este componente do voluntariado e devemos incentivá-lo, para que as pessoas contribuam de forma voluntária para o serviço à comunidade.

Relativamente às questões levantadas pelo Sr. Deputado Luís Maurício, devo informá-lo de que o meu discurso já está disponível no GaCS,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É preciso ter uma lata!

O Orador: ... não precisa de ir buscar o discurso do meu antecessor relativamente a esta matéria, ou seja, não precisa de se ocupar com um discurso que foi feito aqui, nesta Casa, porque existe esse novo discurso e é este discurso que é importante nós discutirmos hoje e não o discurso que foi feito no passado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Para trás não conta!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor é o Messias, o salvador!

(Apartes inaudíveis do Presidente do Governo Regional)

O Orador: Devo-lhe explicar que “défice orçamental”, e eu próprio, como médico, também tive que aprender estes termos e tentar perceber como é que isto funcionava, é completamente diferente de “défice de compromissos financeiros” ou de “dívidas a fornecedores”.

O défice orçamental tem a ver com aquilo que é colocado em orçamento e aquilo que é gasto; dívidas e componentes a fornecedores não contam para o défice.

Aquilo que digo, e volto a frisar nesta Casa, é que nós, em 2013, temos a possibilidade de, no Serviço Regional de Saúde, cumprir claramente com aquilo que são os nossos compromissos com o montante que está definido pelo Governo. Ou seja, com os 270 milhões que nós temos no Serviço Regional de

Saúde é possível chegarmos ao final do ano sem défice orçamental e é esse aspeto da parte das finanças a que eu fiz menção no meu discurso.

Vamos pagar aos fornecedores? Claro que vamos pagar aos fornecedores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quando?

O Orador: Não é preciso estar aqui a repetir todos os dias que iremos pagar aos fornecedores,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quando? Quando?

O Orador: ... até porque o próprio Presidente do Governo Regional já o fez de uma forma clara e dando uma clara noção que é essa a intenção do Governo Regional dos Açores,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Intenções!

O Orador: ... durante o ano de 2013, fazer esse pagamento aos fornecedores. Por isso, não é preciso nós estarmos constantemente a frisar este tema.

Relativamente às listas de espera cirúrgicas (sabem perfeitamente, pois nós já tivemos a oportunidade de discutir esse assunto), as mesmas não vão acabar, não só aqui a nível da Região Autónoma dos Açores, como a nível do país, como a nível mundial. Nenhum serviço cirúrgico consegue funcionar sem uma lista de espera mínima. Aquilo que é importante não é acabar com as listas de espera cirúrgicas, mas é que as listas de espera cirúrgicas tenham um tempo aceitável para o tipo de patologia que se apresenta. E é isso que é importante dizer. Obviamente que nós os dois sabemos isso, mas quando fala em acabar com as listas de espera cirúrgicas,...

Deputado Luís Maurício (PSD): O anterior não sabia!

O Orador: ... dá a sensação de que vão desaparecer.

As listas de espera cirúrgicas são algo que é necessário para o funcionamento dos serviços, têm é de estar dentro daquilo que são os níveis aceitáveis para cada uma das patologias.

Agora, e como já tive a oportunidade de referir, algumas dessas listas de espera cirúrgicas têm de ser revistas...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): São vergonhosas!

O Orador: ... e os números que são apresentados são demasiado excessivos para aquilo que é a necessidade da população em comparação com aquilo que são rácios de alguns tipos de avaliação por especialidade, de alguns tipos de cirurgia para a população que temos.

Já tive a oportunidade de lhe dizer que houve uma lista de espera cirúrgica que teve uma redução substancial de 200 para 50 doentes, num hospital específico, devido a uma nova reavaliação da lista.

Tive a informação, esta semana, que, mais uma vez, isso aconteceu numa outra especialidade, no mesmo hospital.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então os médicos são incompetentes?!

O Orador: Devo, por exemplo, pegar no exemplo do Sr. Deputado Artur Lima do *Vale Saúde*, um relatório de 2012 que nós enviámos para esta Casa (espero que já todos tenham tido acesso a ele),...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já, já!

O Orador: ... em que referia que foram emitidos dezanove *Vales Saúde*; desses dezanove vales, só foram aceites dez pelos utentes. Quais as justificações que os utentes referiram para não aceitarem o vale? Muitos por indisponibilidade para efetuar a cirurgia nessas datas, porque eram datas inconvenientes, os outros porque não queriam ser operados por um médico diferente daquele que não era o seu médico habitual. Ou seja, dos dezanove vales emitidos, só dez pessoas aceitaram, efetivamente, a cirurgia que lhes era proposta.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Dezanove! 50%!

O Orador: Isto quer dizer que em 50% das situações as pessoas recusaram. Se estamos a falar, e como os senhores muitas vezes apregoam, em situações graves, urgentes, que têm de ser operadas logo de imediato, eu preveria que a taxa de aceitação por parte desses doentes fosse maior que os 50%. Por isso, como lhe digo, é um trabalho que ainda não está terminado...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está a passar um atestado de incompetência aos seus colegas!

O Orador: ... e que nós estamos muito vocacionados em fazê-lo e conto, ao longo destes próximos meses, vir apresentar a V. Excias. o resultado do mesmo. Nós estamos a rever essas listas exatamente com este problema: eu não posso estar a emitir dezanove *Vales Saúde* quando, no fundo, só dez é que são utilizados.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Diga para onde! Para onde é que está a passar os vales? Era interessante saber.

O Orador: Sr. Deputado Cláudio Lopes, relativamente à deslocação de especialistas, a situação, como eu tive a oportunidade de lhe dizer, durante o discurso, esta não acabou e será incentivada. Um exemplo que trouxe a esta Casa é um paradigma daquilo que se está a passar relativamente à deslocação de especialistas.

Como disse e como referi da situação das grávidas, a maioria é considerada gravidez de baixo risco e não precisam de um seguimento por parte do obstetra, não precisam de fazer nove deslocações à ilha do Faial para serem seguidas. O seguimento das gravidezes de baixo risco é feito pelo seu médico de medicina geral e familiar na sua própria ilha.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tinha, de três, pelo menos!

O Orador: Por isso não há qualquer necessidade de deslocar essas grávidas de umas ilhas para as outras. Há, sim, a necessidade, em três situações pontuais, do contato com o obstetra para a realização das ecografias.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Três!

O Orador: E é nesse campo que nós iremos atuar, juntamente também com as grávidas de alto risco, que têm de ser acompanhadas pelo serviço de obstetrícia. Mas aí estamos garantidos.

Aquilo que não pode acontecer, e como nós temos observado, é que existam ilhas em que cerca de 50% da população esteja à espera de uma consulta de uma área médica específica, ou seja, é inconcebível, do ponto de vista médico, que exista uma ilha em que 50% da população está à espera de uma consulta de gastroenterologia. Há algo aqui que, do ponto de vista médico, não está a funcionar e não está correto.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não é do ponto de vista médico, é do ponto de vista político!

O Orador: E é nesse tipo de situações que nós vamos intervir. Isto vai gerar, e eu já tive a oportunidade de vos dizer nesta Casa, alguma contestação, vai, porque nós estamos a mexer com um sistema que estava em funcionamento há algum tempo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que os senhores instalaram!

O Orador: Agora, aquilo que nós pretendemos é aumentar a qualidade da assistência a essas pessoas, porque eu não acredito que se oferece mais qualidade assistencial a uma ilha, quando vamos avaliar 50% das pessoas dessa ilha numa consulta específica de gastroenterologia.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O sistema que os senhores instalaram! É a sua herança!

O Orador: Em relação à fisioterapia, é importante nós percebermos isto e eu já tive a oportunidade de o explicar por diversas vezes, aquilo que foi feito, em termos de portaria, foi uma convenção para medicina física e de reabilitação, unidade de medicina física e de reabilitação. Em lado nenhum, aquela convenção se aplica a atos de fisioterapia e aquilo que parte como princípio daquela convenção é que seja utilizado no sistema privado aquilo que é o sistema que nós temos desenhado para o sistema público.

Se no sistema público eu tenho um serviço de medicina física e de reabilitação em que é preciso um médico fisiatra, é preciso um fisioterapeuta, dois assistentes operacionais, assistentes técnicos, tudo a funcionar em conjunto como equipa. Eu não percebo por que é que se há de convencionar no sistema privado um sistema diferente deste. Ou seja, aquilo que me estão a pedir é que no privado eu tenha um decréscimo de qualidade relativamente àquilo que é o público. Em lado nenhum esta convenção limita os atos de fisioterapia praticados pelos fisioterapeutas e aquilo que se está a convencionar são áreas de medicina física e de reabilitação e não áreas de fisioterapia.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A prescrição é que é o erro! É ilegal! Isso é que é problema, o resto está correto!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário da Saúde, como o senhor sabe, na ilha da Graciosa existe apenas uma médica no quadro da Unidade de Saúde de ilha.

Há dois meses, o Governo Regional anunciou a contratação de mais dois médicos para a ilha Graciosa, o que, de alguma forma, nos deixou esperançosos de que este problema da falta de médicos na Graciosa finalmente fosse resolvido.

Acontece, porém, que esses dois médicos que foram contratados para a Graciosa já vão em cinco! Parece que os médicos chegam lá e, por alguma razão – eu espero que não seja por causa da ilha, porque a ilha tem todos os atrativos para receber e recebe bem quem para lá se desloca –, algum problema se passa, pois as pessoas conhecem médicos quase todas as semanas. Já vamos em cinco médicos e para o mês que vem acaba o período de três meses que o senhor anunciou que seria o período de contratação destes dois médicos. Ou seja, dentro de pouco tempo, a Graciosa voltará a contar apenas com um médico na sua Unidade de Saúde.

Eu gostava de saber se V. Excia. tem solução para este problema ou se vamos continuar a sofrer na Graciosa deste mal que é não conseguir fixar médicos na ilha?

Isto também nos leva à questão dos especialistas. O Sr. Secretário acabou de dizer que ia incentivar a deslocação de especialistas.

Deputado José San-Bento (PS): Três anos, no máximo!

O Orador: É que de algum tempo a esta parte aquilo que se diz e aquilo que é ouvido na Graciosa é que há especialistas que se recusam a ir lá, porque não se entendem com o Conselho de Administração.

Eu não sei se é uma questão de gestão, se é uma questão da responsabilidade da Secretaria ou se é uma questão de alguma outra responsabilidade, mas alguma

coisa se passa para nós, continuamente, na Graciosa, termos este problema, que tendem em não resolver.

Deputado José San-Bento (PS): Um bilhete anónimo resolvia isso!

O Orador: A boa gestão dos cuidados de saúde passa também por as pessoas acreditarem nos cuidados de saúde que são prestados. Estar a mudar de médicos todas as semanas, Sr. Secretário, sinceramente, não me parece a melhor política.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Prescindo.

Presidente: Prescinde.

Tem, então, a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(Aparte inaudível do Deputado José San-Bento)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Espero que isso tenha ficado em ata!

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Saúde, vou-lhe pedir para me corrigir se eu estiver enganada.

Não há muito tempo, o Governo Regional convidou os partidos políticos, os parceiros sociais na área da saúde para, em conjunto, poderem, ou podermos, encontrar um consenso alargado que sustentasse a defesa do Serviço Regional de Saúde e a sua sustentabilidade.

Se bem me lembro, foi dito que, após esta auscultação alargada, o Sr. Secretário Regional se retiraria para reclusão – estou a utilizar a sua expressão – e, para finais de abril, daria conta das conclusões retiradas dos contributos dados, das propostas aceites ou não dos parceiros, dos partidos e, portanto, voltaríamos,

presumo eu, novamente a conversar sobre aquilo que tivesse sido escolhido ou não escolhido pelo Governo Regional na área da saúde.

Eu não sei se o período de reclusão, Sr. Secretário, já acabou, mas que o Sr. Secretário tem dado umas escapadelas, tem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oh! Grandes! Grandes!

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da Câmara e Membros do Governo)

A Oradora: Entretanto, Sr. Secretário, têm aparecido declarações e decisões que, à revelia desta espécie de contrato de entendimento estipulado, nos têm vindo dizer, agora, ao longo do processo, aquilo que nós esperaríamos (pelo menos o Bloco de Esquerda esperaria e eu também, que foi quem esteve presente nessa reunião) só ter para ouvir em finais de abril, no final da reclusão. Vou-lhe dar alguns exemplos.

Médicos de família na região. Do nosso ponto de vista, a situação da falta de médicos de família é o problema mais gritante da saúde na nossa região.

O que é que o Sr. Secretário Regional diz sobre esta matéria? Diz que os médicos de família hão de cair de maduros na região e, por uma questão de destino ou de fatalismo, eles hão de cá vir sem que o Sr. Secretário tenha que ter uma política para os atrair e sem que a região tenha que os chamar.

Elaboração do Orçamento de Base Zero.

Deputado Francisco César (PS): O Bloco de Esquerda fez uma proposta!

A Oradora: Disse o Sr. Secretário que o Orçamento de Base Zero seria aplicado às unidades de saúde desta região.

Eu não sei se o Sr. Secretário e nós entendemos a mesma coisa de Orçamento de Base Zero, porque para nós o Orçamento de Base Zero é um ponto de partida e não um ponto de chegada, não é uma conclusão, é um processo. E é um processo que parte, antes de mais nada, da identificação clara das necessidades das pessoas na área da saúde e das suas prioridades.

Deputado Berto Messias (PS): A senhora tem estado sempre a falar no Orçamento de Base Zero!

A Oradora: Ora, nada disto está feito, e está muito longe de ser feito, quando, por exemplo, o Sr. Vice-presidente vem e afirma, publicamente, que o problema da saúde está resolvido. O Governo Regional aumentou, em dois anos, o orçamento da saúde em 57 milhões. Agora, o resto são 40% que as unidades empresariais têm que cortar. Eu não vejo onde é que está o Orçamento de Base Zero!

A conclusão está retirada e o problema está resolvido.

Já agora, para os açorianos e açorianas, eu gostaria de clarificar que, no vocabulário do Governo Regional, “Unidades Empresariais” querem dizer hospitais. É isto que lhes chama o comum dos cidadãos, porque não são propriamente entidades que fabriquem pregos ou caixilharias ou cadeiras. São entidades, instituições que lidam com a vida, com a morte, com a saúde e com a doença das pessoas. Chamar-lhes “Unidades Empresariais” é um eufemismo que...

Deputado Francisco César (PS): Isso é um casamento!

A Oradora: ... eu não compreendo nem aceito e, estou segura, a maior parte dos açorianos e açorianas também não.

Portanto, relativamente ao Orçamento de Base Zero, ninguém se entende! Já chegámos ao fim, o problema está resolvido, ainda nem sequer começou. Logo, daqui saem duas ou três questões óbvias, Sr. Secretário Regional da Saúde.

Primeira. Se já está tudo decidido na área da saúde, para que é que foi...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Boa! Ouça!

A Oradora: ... a chamada dos partidos, dos parceiros sociais, a auscultação alargada, a reclusão que deveria estar em curso sem escapadelas, para,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... no final de abril, haver novamente um reencontro e uma discussão?

Segunda questão. Decorre das palavras do Sr. Vice-presidente que o problema da saúde está resolvido e, portanto, as empresas, agora (o povo chama-lhes hospitais), têm de fazer o seu papel, ou seja, cortar 40% da despesa. E eu

pergunto-lhe se é esta a conceção de política de saúde do Governo Regional dos Açores?

E, finalmente, Sr. Secretário, depois de tudo isto, pergunto-lhe também, com toda a frontalidade, se isto não é uma encenação, se esta chamada, esta abertura, este apelo ao consenso e à unidade com todos os partidos e com todos os parceiros,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Responda!

A Oradora: ... Sr. Secretário Regional, então eu não sei...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É uma falta de respeito!

A Oradora: ... o que é uma encenação?

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): A direita aplaude!

Deputada Zuraída Soares (BE): Olha quem fala!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, ouvi atentamente o seu discurso e a primeira conclusão que tiro é que V. Excia. passou de um independente, que entrou para o Governo, a um socialista convicto,...

Deputado Berto Messias (PS): Isso é uma virtude!

O Orador: ... negando a herança dos deveres, mas adquirindo a dos direitos.

Agora, devo-lhe dizer uma coisa. Não ouvi no seu discurso, uma única vez, a palavra “humanizar” a saúde. Humanismo na saúde, Sr. Secretário! Essa devia ser a sua principal preocupação. Não ouvi, uma única vez, humanizar, focar, e o senhor falou, Sr. Secretário, em apoiar quem está doente. Pois, se o seu partido e o seu Governo tivessem cumprido os compromissos, estavam a apoiar os doentes deslocados com cerca de 70 euros, em vez dos 20 euros que apoiam hoje em dia.

Como disse o Sr. Vice-presidente, “compromisso assumido é compromisso cumprido”, e eu vou alterar a frase do Sr. Vice-presidente para “compromisso assumido é compromisso sumido” e os doentes andam mal tratados, porque não têm verbas suficientes, porque os senhores nunca as aumentaram. Falharam ao seu compromisso, e isso não é humanizar a saúde, Sr. Secretário.

Outra coisa. Bom sistema de saúde, Sr. Secretário? Disse o senhor. Mas, então, porque é que vivemos cerca de três anos menos do que os continentais, Sr. Secretário? É a resposta que o senhor vai ter que dar! Por que é que, Sr. Secretário, com este bom sistema de saúde que o senhor parece que agora encarnou, a taxa de mortalidade por diabetes *mellitus* é o dobro da do continente? Por que é que a taxa de mortalidade por doença isquémica do coração é o dobro da do continente? E por que é que a taxa de mortalidade por tumor maligno da mama feminina é o dobro da do continente? Isso é que o senhor tem de explicar e não explicou, Sr. Secretário.

Por que é que, até hoje, num bom sistema de saúde, comparado com o da República, que é mau (o Sr. Secretário disse), essas taxas de mortalidade são superiores? Por que é que vivemos menos do que os continentais? A isto é que o senhor tem de responder e o seu discurso, o seu projeto, a sua perspetiva não dão resposta a isto. E, portanto, o senhor integrou isso, passa a ser mais um deles, com o mesmo projeto, sem rasgo, sem iniciativa e sem inovação.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, ao longo da sua intervenção eu ouvi, por diversas vezes, a palavra “reorganizar”. “Reorganizar”, “reorganizar”, “reorganizar”! Esse reorganizar, na minha opinião, não justifica a redução de 25%, que são quase 2 milhões de euros ao nível da Proteção Civil. Não absorve toda essa redução.

Eu acho que há matérias que vão ser sacrificadas com essa redução. Não podemos, à luz do “reorganizar”, efetuar esse desinvestimento, a não ser tendo

em conta o reconhecimento que V. Excia. teve na comissão de que no passado foram construídas obras megalómanas, sem sustentabilidade de futuro e que podem pôr em causa, inclusivamente, a sobrevivência das instituições num futuro próximo. Dava-lhe até o exemplo que V. Excia. referiu, nomeadamente o Quartel dos Bombeiros da Madalena, no Pico, e as piscinas da Ribeira Grande. V. Excia. apontou ainda como solução para o perigo da sobrevivência da Associação dos Bombeiros da Madalena a instalação do equipamento num armazém municipal.

Eu acho que são coisas demasiado graves para uma Proteção Civil que só é lembrada quando nos acontecem os problemas. Esta situação, na minha opinião, configura uma frágil prestação de cuidados de socorro e de emergência.

É evidente que o Sr. Secretário também já reconheceu que isso é um paradoxo. Embora tenham sido construídas essas obras megalómanas, e vamos recorrer, mais uma vez, ao Quartel dos Bombeiros da Madalena do Pico, temos o problema de que as Lajes continuam com umas instalações perfeitamente desajustadas à sua necessidade. Aliás, isso foi reconhecido no próprio discurso de inauguração do Quartel de Bombeiros das Lajes pelo Sr. Secretário, na altura, José Contente.

Portanto, nós sabemos que o Sr. Secretário só tem a responsabilidade política de novembro para cá – é evidente –, mas o Sr. Secretário fez a habilitação de herdeiros por completo, e assumiu tudo o que estava. Obviamente que não pode só receber os direitos e não as obrigações.

Na sua resposta já falou no papel das autarquias locais. Eu fiquei com a sensação de que o Sr. Secretário entende que há um número de autarquias locais nos Açores que pouco ou nada desempenham funções de proteção civil. Eu não estou de acordo consigo, Sr. Secretário, e, ao contrário daquilo que o senhor defende, de que 95% da Proteção Civil está na área da saúde e 5%, não está. Eu não concordo com isso, porque todos os dias as autarquias fazem tarefas relacionadas com a Proteção Civil,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... mais elementares: limpeza dos caminhos, limpeza das ribeiras, consolidação de taludes. Isto são tarefas de proteção civil.

Portanto, 95% das tarefas da Proteção Civil não estão relacionadas com a saúde. Evidentemente que há uma grande área, mas não são 95%. Portanto, é preciso reconhecer isso.

Finalmente, deu-me a sensação de que o senhor pôs em causa o atual Estatuto Laboral dos Bombeiros, que torna as associações demasiadamente dependentes do Orçamento Regional. Percebi isso.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Governo-dependência!

O Orador: O senhor está a pôr em causa,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É o Messias!

O Orador: ... mais uma vez, o que foi feito para trás. É evidente que o senhor não tem essa responsabilidade, mas foi o Partido Socialista que criou esse modelo. Portanto, mais uma vez, e obviamente que volto a dizer, o senhor fez a habilitação de herdeiros e o responsável não é o senhor, é o Sr. Deputado José Contente, mas ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oh lá! É melhor inscrever-se!

Deputado José Contente (PS): Isso é para participar!

O Orador: Finalmente, eu gostaria de saber, em relação às Lajes das Flores, tendo em conta que é o único concelho nos Açores onde o Serviço Regional de Saúde não está implementado (sei que é uma proposta do Partido Socialista, foi também uma proposta do Partido Social Democrata na campanha eleitoral), para quando a implementação ou a extensão do Serviço Regional de Saúde ao Concelho das Lajes das Flores?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Domingos Cunha (PS): Não está implementado o Serviço Regional de Saúde nas Lajes das Flores? Está enganado!

Vozes de alguns deputados da bancada do PSD e do Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. membros do Governo:

Eu ia apenas colocar ao Sr. Secretário uma questão sobre saúde, mas, na sequência da intervenção do Sr. Deputado Bruno Belo relativamente aos bombeiros, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Madalena, vou também fazer um pequeno comentário para lhe dizer que subscrevo integralmente aquilo que o Sr. Secretário da Saúde disse, afirmou e reafirmou sobre a questão dos Bombeiros Voluntários da Madalena.

Subscrevo integralmente e subscrevo porquê?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o bloco de partos?

O Orador: Porque, para se falar da situação humanitária dos Bombeiros Voluntários da Madalena, da situação que vivem neste momento, é preciso saber o que é que se passa e é preciso perceber que vários erros de gestão, que ocorreram ao longo dos anos e que são da responsabilidade das suas direcções, levaram a que, neste momento e de uma hora para a outra, possa cair em cima dos Bombeiros da Madalena penhoras que levem a que, quer o quartel, quer as viaturas,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E a maternidade do Pico?

O Orador: ... as contas, inclusivamente, toda a estrutura fique impossibilitada de ser gerida a partir dos Bombeiros da Madalena e a partir daquele quartel.

Obviamente que essa gestão terá que passar imediatamente para outra estrutura de bombeiros do Pico, mas é óbvio também que, dada a dimensão da ilha, as viaturas terão que permanecer na Madalena, porque é impensável que um utente da Madalena precise de uma ambulância e que essa ambulância tenha de vir de S. Roque ou das Lajes. Daí a questão de, eventualmente, haver a necessidade de se ter que arranjar um espaço para, transitoriamente, e se isso acontecer, colocar essas viaturas. Isto é um assunto muito claro, muito transparente, que o Sr. Secretário explicou com toda a clareza e, relativamente às afirmações que ele proferiu, eu subscrevo-as integralmente, porque não há outra solução, porque essa é uma questão que extravasa aquelas que são as competências do Governo. Relativamente às questões da saúde, eu gostaria de...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Maternidade!

O Orador: ... terminar a minha intervenção colocando uma questão objetiva ao Sr. Secretário e gostaria também de uma resposta objetiva, porque não fiquei esclarecido na resposta que deu ao Sr. Deputado Cláudio Lopes.

Claro que o Sr. Secretário falou na questão da deslocação de especialistas, falou em questões técnicas que eu não estou em condições de avaliar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o bloco de partos?

O Orador: Acredito piamente que correspondem à verdade, como é óbvio, mas não estou em condições de avaliar.

Antes disso, gostaria de chamar a atenção para o seguinte.

Com a criação do Serviço Regional de Saúde é evidente que houve incrementos na melhoria dos cuidados de saúde para toda a população dos Açores – isso é óbvio – e no Pico, em particular, com a criação da Unidade de Saúde da Ilha do Pico, houve também, para além dos incrementos que já tinham existido desde a criação do Serviço Regional de Saúde na melhoria dos cuidados de saúde, com a criação da USIP e com a gestão dos meios humanos e materiais de uma forma mais integrada, esse incremento na prestação de cuidados de saúde melhorou significativamente. E os dados provam-no. Por exemplo, nos atendimentos permanentes houve um acréscimo de 41,4%; as consultas de especialidade passaram de 2800 para cerca de 7700;...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está a ver, Sr. Secretário?

O Orador: ... as análises clínicas cresceram 73%;...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E deviam ter crescido mais!

O Orador: ... os domicílios, que eram praticamente zero, passaram para mais de 7000. E, como consequência (e isso é também uma situação muito importante e muito significativa), os internamentos nos centros de saúde caíram 16,7%. Como é óbvio, é uma consequência dos bons cuidados prestados pelo serviço no Pico.

As consultas de clínica geral e medicina familiar cresceram também 8%, sendo que aqui a questão das consultas de planeamento familiar foram as que mais

criaram; as de medicina dentária cresceram 54%; nutrição e dietética cresceram 128%.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tivessem incluído os médicos que lá estavam!

O Orador: Enfim, estes foram ganhos em saúde que são ganhos de todos, são uma conquista de todos e para todos, não há a mínima dúvida.

Acontece que no final do ano passado, e como era habitual, a Unidade de Saúde da Ilha do Pico remeteu à tutela um plano de deslocação de especialistas à ilha. Esse plano não foi aprovado. Não sabemos porquê. O Sr. Secretário tem um entendimento diferente da forma como se deve organizar a deslocação de especialista à ilha, eu próprio também tenho um entendimento diferente, não sei, neste momento, qual é o entendimento do Sr. Secretário, sei qual é o meu, mas não é o meu que está aqui em análise. É claro que eu entendo que os centros de saúde se devem dedicar prioritária e quase exclusivamente à prestação dos cuidados primários de saúde e que cabe aos hospitais centrais, prestadores de cuidados diferenciados, fazerem a cobertura integral da região nesses cuidados diferenciados com especialistas médicos e não apenas fazerem nas três ilhas onde existem, porque, julgo, é a responsabilidade deles fazerem a cobertura integral da região (mas esse é o meu entendimento e não é isso que está aqui em avaliação) e, independentemente da forma e do entendimento do Sr. Secretário, o que eu gostaria de lhe perguntar é quando é que nós vamos ter esse plano definido? Essa é que é a questão que nos é colocada e nós não temos resposta para ela.

Portanto, eu repito, quando é que o Sr. Secretário vai ter definido esse plano de deslocação de doentes às diferentes ilhas e quem é que vai ser responsável pela implementação e execução do mesmo?

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o bloco de partos, Sr. Deputado? E a maternidade?

Deputado Lizuarte Machado (PS): Como?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O bloco de partos! Era só para lembrar!

Deputado Lizuarte Machado (PS): Fica para a próxima!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedroso.

(*) **Deputado António Pedroso (PSD):** Exma. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Ricardo Cabral referiu, na sua intervenção, que as pessoas têm de estar preparadas para percorrerem maiores distâncias para chegarem às unidades de ilha.

Nós sabemos que andar longas distâncias a pé faz bem à saúde, mas nem todos os doentes têm condições para cumprir esta prescrição, especialmente se for uma criança de barriga vazia.

Gostaríamos que essa situação nos fosse melhor explicada,...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Segurança, Sr. Deputado! Segurança!

O Orador: ... porque na ilha de São Jorge, e também na do Pico, esta ameaça pode assumir maiores preocupações, caso se encerrem algumas valências.

Explique-nos o que quer dizer com isso e, já agora, perguntava ao Sr. Secretário se confirma esta ameaça?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário da Saúde, devo dizer que fiquei perplexo com as suas declarações, no que toca a questão da toxicodependência. Aliás, julgo que é de uma enorme gravidade aquilo que aconteceu.

O senhor veio aqui dizer que dois jovens foram internados por falta de controlo da Metadona nos Açores. Este Governo não tem tido controlo sobre esta matéria? Então o senhor anunciou aqui que abriram uma investigação interna e antes da conclusão da mesma retiram a administração da Metadona...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... à Casa de Saúde de São Miguel?

Apresentaram algum processo-crime sobre esse assunto? É que isto é grave, Sr. Secretário,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... é grave! Há que fazer uma denúncia às autoridades competentes, não podemos ficar só por um processo interno.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Anda, Cláudio!

O Orador: Portanto, devo dizer, Sr. Secretário, que isto deve ser investigado a fundo. Não podemos só ficar pelas palavras, porque o tráfico da Metadona não pode ser visto nos nossos Açores. Aliás, até porque quem apoia a administração da Metadona é o Governo Regional e, principalmente em São Miguel, eram duas entidades que faziam isso e agora passa a ser só uma, que é a ARRISCA.

E devo questionar mais, Sr. Secretário, por que é que passou a ser a ARRISCA?

Deputado José San-Bento (PS): O senhor é contra?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É ilegal!

Deputado José San-Bento (PS): O senhor percebe do assunto?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Percebo muito!

O Orador: O que é que o fez mudar para a ARRISCA e não ser a Casa de Saúde? Isto também é importante que se diga aqui: por que é que foi a ARRISCA?

Sr. Secretário, Srs. Membros do Governo, devo dizer uma outra coisa relacionada com a questão da Casa de Saúde de São Miguel.

Então, ao retirarem a Metadona da Casa de Saúde da São Miguel mostra que não havia segurança na Casa de Saúde. Isso foi aqui dito pela Sra. Deputada Renata. As declarações que foram proferidas por si demonstram que não havia confiança na Casa de Saúde de São Miguel, nem havia segurança para a administração de Metadona.

Tenho dito.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não estava para intervir neste debate, mas como surgiu a questão dos especialistas ia também fazer uma pergunta, contudo essa pergunta já foi respondida pelo Sr. Secretário em intervenções que me antecederam.

De qualquer maneira, eu gostaria de referir que, na última campanha eleitoral na Graciosa, de facto, houve um ataque sem precedentes à Unidade de Saúde da Graciosa. Houve um ataque aos seus profissionais, aos seus gestores. Aliás, foi um ataque nunca visto.

Nesse ataque que foi feito à Unidade de Saúde da Graciosa, atacaram-se pessoas, pessoas honradas, pessoas muito mais honradas, certamente, do que as pessoas que emitiram algumas das expressões que forem lá tidas. Mas, utilizaram a mentira, e é mesmo o termo que eu tenho que usar (desculpem esta expressão), dizendo que, a partir do dia 15 de outubro, nunca mais iriam especialistas à Graciosa, caso o PS ganhasse as eleições.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Pelos vistos é verdade!

O Orador: Ora bem, em 2009, nós tivemos 1694 consultas em onze especialidades; em 2010, nós tivemos 2111 em treze especialidades; em 2011, nós tivemos 2911 em quinze especialidades.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é patético! Uma média de 10 consultas!

O Orador: Só para dar uma ideia, o Serviço de Atendimento Permanente fez 9832 consultas, em 2011, e a medicina geral e familiar fez 8352. Só para terem uma ideia da dimensão.

Mas eu queria dizer que a partir do dia 15 de outubro de 2012, que é o que está aqui em causa, nós tivemos 821 consultas em dez especialidades.

De facto, eu ouvi que alguns especialistas tinham dito que não iriam mais à Graciosa. Ouvi até ao dia 14 de outubro, a partir do dia 15 de outubro todos lá querem ir.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Não sei o que é que prometeram a esta gente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nem mais!

O Orador: Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Descodifica isso! Isso é uma “graciosite”!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, os senhores ficam sempre incomodados quando se faz citações do passado. O passado foi da vossa responsabilidade política.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Herança!

O Orador: Portanto, aquilo que está aqui escrito e traduzido nos Diários da Assembleia foi de um membro do vosso Governo e do vosso Governo atual há membros que faziam parte deste Governo. Não querem assumir esta herança?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Oh, Sr. Secretário Regional, quero-lhe dizer que eu, em tempo oportuno, talvez um pouco antes do que o Sr. Secretário terá adquirido, soube muito bem o que é um défice orçamental. Agora, quero perguntar-lhe, muito concretamente, o seguinte, e o senhor a essa pergunta não me respondeu.

Este ano de 2013, quanto dos 130 milhões de euros a fornecedores que os senhores devem é que vão pagar? Quanto é que vão pagar, em 2013, dos 130 milhões de euros que devem, aos fornecedores? É isto que eu quero saber e quero uma resposta objetiva à pergunta também objetiva que lhe estou a colocar.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Uma terceira pergunta, Sr. Secretário, e que também o senhor não me respondeu de forma objetiva e, por isso, aqui a reitero.

Sr. Secretário, como bem reconheceu, eu sei muito bem que as listas de espera cirúrgicas não acabam, elas resultam da procura e da oferta que se tem a essa mesma procura e o senhor insiste, no meu entender, mal, que a maioria dos

doentes que estão colocados em listas de espera cirúrgicas, essa colocação foi mal decidida. É um juízo clínico que é feito por quem lá os colocou e que, no meu entender, a si não lhe fica bem questionar.

Mas, a propósito disso, quero-lhe reiterar a pergunta à qual o senhor, mais uma vez, não me respondeu.

Os 185 mil euros que estão inscritos no Plano dão ou não dão para reduzir as listas de espera cirúrgicas (vou-lhe fazer a vontade utilizando o termo técnico correto) a um tempo clinicamente aceitável?

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já gastaram 5 milhões! Em 2 anos, gastaram 5 milhões!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Ouvi o Deputado Ricardo Cabral referir que os açorianos, qualquer coisa do género, têm que se habituar ou têm que estar disponíveis para percorrer maiores distâncias para terem cuidados de saúde.

Pode ser a antecâmara ou a caixa-de-ressonância de uma intenção que não está referida no Plano de 2013, apresentado por este Governo.

Gostaria que aqui, e hoje, o Sr. Secretário Regional dissesse se está previsto ou não, na ilha de São Miguel, alguma concentração de serviços que obrigue à disponibilidade ou à “acostumação” futura que os micalenses poderão ou terão de ter para obterem cuidados de saúde.

Obrigado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É só cortes! É só austeridade!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Eu confesso que tinha uma particular curiosidade no registo que o CDS-PP utilizaria neste debate da saúde. E tinha a curiosidade de saber se nós teríamos aquele PP...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): CDS! CDS!

O Orador: ... moderado e colaborante pré outubro de 2012 ou se teríamos o PP...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): CDS!

O Orador: ... pós outubro de 2012, aquele, ou CDS (corrigindo, então),...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso!

O Orador: ... CDS-PP (há, de facto, uma diferença e ainda bem que o senhor assinala isso), que está radicalizado e que se...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... exime de ver as coisas como elas são.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: O Sr. Deputado começou por apresentar aqui uma enorme preocupação sobre a humanização do Serviço Regional de Saúde.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Números!

O Orador: Sr. Deputado, deixe-me que lhe diga, o senhor vem atrasado a este debate. Nós estamos com essa preocupação há muitos anos.

Eu queria recordar um recente estudo realizado pelo INE (também registo a atenção que o senhor presta à minha intervenção, mas isso já é um hábito), um estudo que não sei se o senhor irá invocar que é uma conspiração entre o INE e o SREA,...

(Risos do Deputado Francisco César)

... mas posso-lhe garantir que é um estudo idóneo, que atesta que 64% dos utentes do Serviço Regional de Saúde...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor fale das taxas de natalidade!
Quem é que morre mais!

O Orador: ... acham que o serviço é bom ou muito bom;....

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É a tal questão do Ricardo Cabral!

O Orador: ... 26% tem uma apreciação de razoável; e apenas 10% de insatisfação.

Ora, isto num serviço com a complexidade do Serviço Regional de Saúde, com três hospitais, dezoito centros de saúde, mais de cem extensões, trabalhando 365 dias por ano, 24 horas por dia, são níveis muito bons e representam a humanização.

(Risos do Deputado Artur Lima)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não sabe o que está a dizer!

Deputado Francisco César (PS): Sabe! Aprenda!

O Orador: E se dúvidas existissem, Sr. Deputado, o progresso que se fez ao nível de consultas ao domicílio,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor não sabe o que está dizendo!

O Orador: ... passando de 84 mil consultas, em 2000, para 111 mil, em 2012, uma melhoria de 32,15%, isto significa um enorme esforço de humanização do serviço.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: E, portanto, o senhor vem aqui expressar a exceção, nós constatamos a regra e a regra é que nós temos um serviço muito bom,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então porque é que morrem mais nos Açores? Seja sério!

O Orador: ... que está humanizado, que precisa de ser melhorado e vai ser melhorado, e já falaremos nisso, mas que não é compatível...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Seja sério!

O Orador: ... com o retrato que o senhor aqui fez.

E mais, Sr. Deputado, quanto a outros indicadores. É verdade que a região tem alguns indicadores que nos preocupam...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muitos!

O Orador: ... e que nos devem preocupar, e o senhor assinalou. O único problema é que o senhor trouxe aqui uma fotografia a preto e branco e o senhor devia estar vendo um filme a cores. É preciso registar o ponto de partida e o ponto que nós estamos a fazer aqui e é preciso que se perceba a enorme evolução e o grande progresso que se fez nos últimos tempos e esta é que é a verdade.

O senhor traz aqui algumas questões que são muito importantes, mas que também, Sr. Deputado, permita-me que lhe diga, não são para si. O senhor vir aqui falar sobre estatísticas que têm a ver com a prevalência de doenças que estão associadas à nossa história, a fatores...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Taxa de mortalidade! Respeite as pessoas!

O Orador: ... ambientais e a fatores, nomeadamente, tradicionais e alimentares, são questão muito importantes, mas são questões que não podem ser apreciadas dessa forma e, aliás, é surpreendente o Sr. Deputado apregoá-las da forma como apregoa.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Taxa de mortalidade. O senhor não sabe o que está a dizer!

O Orador: Mas há outros indicadores, Sr. Deputado, indicadores que revelam o progresso que nós fizemos numa década.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não houve! Houve retrocesso!

O Orador: Nós trouxemos os Açores, através de um processo de investimento e de alocação de recursos à saúde enorme e que explica em parte a dívida do sistema, de indicadores de países em vias de desenvolvimento...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais?

O Orador: ... para países do primeiro mundo, e fizemos isso em pouco mais de uma década.

Quais? Eu digo-lhe.

Em 2000, a mortalidade infantil era de 10,9%. Sabe quanto é que era em 2010, Sr. Deputado? Sabe. Então diga. Não sabe! Eu digo-lhe: 5,1%, uma melhoria. Nós reduzimos em 53% a mortalidade infantil!

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E a seguir? Em 2012!

O Orador: Consultas de especialidade. Passamos, numa década, de 180 mil para mais de 323 mil.

Uma melhoria de 78%, Sr. Deputado!

Meios complementares de diagnóstico. Passamos, em 2000, para 1 milhão e 900 mil, para mais de 3 milhões e 700 mil, em 2010. Uma melhoria de 91%, Sr. Deputado!

Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Cláudio Almeida (PSD): E as análises clínicas?

O Orador: Isso para não falar em análises clínicas, em que tivemos uma melhoria de 97%.

Esta é que é a análise que o senhor deveria fazer.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Esta é que a análise compatível com o velho CDS-PP e com o Sr. Deputado Artur Lima. Infelizmente, isto não está a acontecer. O senhor tem a obrigação de apresentar números, tem o seu direito de fazer a leitura política que entende, mas não pode ignorar o ponto de partida, porque se o fizer o senhor fica fora de jogo neste debate.

E, portanto, Sr. Deputado, nós temos um bom Sistema Regional de Saúde. Não é um sistema perfeito, com certeza que não, mas é um bom Sistema Regional de Saúde.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Morre mais do que nos outros! Taxa de mortalidade!

O Orador: Nós queremos é torná-lo ainda melhor,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Morre mais do que nos outros! Taxa de mortalidade!

O Orador: ... mais humanizado, com melhores serviços e com mais rapidez e facilitação no acesso aos cuidados de saúde. Este é que é o desafio do PS...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... e este é um enorme desafio para o qual o Governo, e muito bem, apelou a todos os partidos para se empenharem, manifestando uma disponibilidade que merece ser registada. Fez esse apelo, para todos os partidos participarem, darem contributos para nós tornarmos ainda melhor este Serviço Regional. E esse é um desafio, Sr. Deputado, que exige muita coragem e exige capacidade de pôr os Açores e uma visão de longo prazo acima dos meros interesses partidários. E a esse desafio, infelizmente, o CDS-PP fez falta de comparência e nós lamentamos isso.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é mentira!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Um protesto.

Presidente: Tem a palavra. Três minutos, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José San-Bento, o senhor acabou de dizer que a esse convite do Governo o CDS teve falta de comparência. Quero-lhe dizer frontalmente que é mentira. O que o senhor acabou de dizer aqui foi uma mentira propositada, maldosa da sua parte.

Deputado José San-Bento (PS): Não foi, não!

O Orador: O CDS-PP esteve presente na audiência do Sr. Presidente do Governo e do Sr. Secretário da Saúde, que podem aqui confirmar...

Deputado José San-Bento (PS): Eu sei disso!

O Orador: ... que esteve presente, e o Sr. Presidente do Governo vai confirmar que nós lá estivemos. O CDS esteve presente nessa audiência e, portanto, o senhor mentiu aqui maldosamente. Quem não esteve presente fui eu, mas o CDS, felizmente, ainda tem mais gente e foi representado ao mais alto nível pelo seu Vice-presidente,...

Deputado Francisco César (PS): Em S. Miguel dizem que não!

O Orador: ... por um dos seus Vice-presidentes, Sr. Deputado Regional.

Que os senhores não façam caso dos outros e sejam um partido de um homem só, aqui não somos e, portanto, o CDS foi e eu protesto pela sua mentira maldosa que o senhor disse aqui.

Deputado Berto Messias (PS): Isso é um protesto porque não concorda com a nossa argumentação!

Deputado José San-Bento (PS): Não lhe admito isso!

O Orador: Quando o senhor disse que o CDS teve falta de comparência na reunião com o Governo, nós entregámos, por escrito, um conjunto de propostas ao Sr. Presidente do Governo. Uma delas que nós considerávamos fundamental, estrutural era uma auditoria integral ao Serviço Regional de Saúde.

Foram as nossas propostas, não foram as vossas propostas. Entregámos, estivemos presentes, comparecemos e entregámos aquilo que achámos que devíamos entregar na altura. Portanto, o senhor mentiu desbragadamente, o senhor mentiu maldosamente.

Presidente: Sr. Deputado José San-Bento, para um contra protesto. Tem dois minutos.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado, há afirmações que, de facto, eu não lhe admito, nem a si nem a ninguém, porque eu não peço a ninguém que aprecie o meu registo, a minha

contundência. Cada um tem o seu estilo, eu acho que a diversidade é uma das maravilhas das sociedades modernas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor mentiu!

O Orador: Agora, há uma coisa que o senhor tem de perceber. Tenha cuidado com aquilo que diz, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não tenho, não!

O Orador: Mas devia ter, ficava-lhe bem.

Sr. Deputado, há uma coisa que eu quero dizer aqui de forma absolutamente clara: eu sou, e isto é uma marca deste Grupo Parlamentar, uma pessoa muito leal nos debates parlamentares, Sr. Deputado,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é, não!

O Orador: ... e, portanto, esse “dramazinho” que o senhor fez para tentar chutar para canto, é bom que se perceba, Sr. Deputado. Eu referi-me a notícias que são públicas na imprensa regional. O CDS participou numa reunião em que o PS também participou, entregou um documento, mas depois anunciou publicamente que se autoexcluía...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

O Orador: ... da continuação, porque no fundo...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, isso é mentira!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, isto são notícias públicas e, portanto, como é evidente é a isso que eu me reporto! E a leitura que eu fiz foi que o CDS...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor disse falta de comparência! Seja sério!

O Orador: Oh, Sr. Deputado,...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... mas o que é que quer que eu diga? Falta de comparência,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Seja sério!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Na minha leitura, é falta de comparência e, portanto, esse processo é um processo muito exigente, é um processo que envolve uma situação normal

e negociar e a obrigação do CDS-PP é, já que inicia a participação, ir até ao fim e que, depois, assumam as suas opções após esse processo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E assumimos!

O Orador: E os senhores não fizeram isso. Criaram condições para poderem continuar no processo e, portanto, na minha leitura, fizeram falta de comparência e foi isso que eu assinalei.

Agora, o senhor vir para aqui dizer que eu menti desbragadamente,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E mentiu!

O Orador: ... francamente, fica-lhe mal recorrer a esses expedientes no debate parlamentar, porque toda a gente tem conhecimento dessas notícias, são notícias públicas, estiveram em toda a imprensa regional e, como é evidente, é a isso que eu me refiro.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade! Até à exaustão, o senhor mentiu!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) Secretário Regional da Saúde (Luís Viveiros Cabral): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou tentar, de uma forma sucinta, conseguir responder a todas aquelas interpelações que me foram feitas.

Relativamente ao Sr. Deputado Bruto da Costa, aos médicos na Graciosa, devo-lhe dizer que ainda ontem tive a informação da Unidade de Saúde da Ilha Graciosa de que os dois médicos que lá estão, neste momento, são queridos pela população e que a Unidade de Saúde da Ilha Graciosa está a desenvolver todos os esforços no sentido de os manter lá. Obviamente que houve algumas situações em que isso não aconteceu, mas percebo que a população da Graciosa também não queira ter lá médicos que não correspondem àquelas que são as suas expetativas.

E, dentro deste processo, nós termos encontrado, finalmente, dois médicos que são queridos pela população e que pretendem lá ficar, acho que é bastante positivo.

Relativamente àquelas que são as afirmações e considerações da Sra. Deputada Zuraída Soares sobre as minhas escapadelas, não vou tecer qualquer tipo de considerações, mas o que lhe devo dizer, e irei responder mais à frente, é que a elaboração do Orçamento de Base Zero, e tudo aquilo que é o processo de reestruturação, está em curso. Obviamente que eu não poderia, por estarmos no desenvolvimento de um processo de reformulação e de concentração daquilo que são as ideias que nos são transmitidas, fugir a este debate parlamentar e, obviamente, uma coisa, acho, não invalida a outra. Estamos aqui a discutir em concreto o Plano e Orçamento para 2013, não estamos aqui já a discutir aquilo que são as nossas propostas e, como disse, e bem, tem um prazo definido e será dentro deste prazo que serão apresentadas. E espero que daqui a alguns meses venha a reconhecer aqui, nesta Casa, que não esteve bem naquilo que foram as suas afirmações de nós estarmos a fugir a este debate, porque vai perceber que este debate será feito exatamente da forma como foi desenhado e não é uma encenação. Quando disse que foi uma encenação, não será uma encenação e será, sim, algo muito concreto.

Relativamente à acusação do Sr. Deputado Artur Lima,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu não fiz acusações!

O Orador: ... acho que não esteve bem atento naquilo...

Não, quando disse que no discurso não houve sequer a palavra “humanização”. Irá ter a oportunidade de reler o meu discurso aquando da sua publicação no GaCS e há de reparar que no penúltimo parágrafo a componente da humanização está bem assente, para que não hajam dúvidas. Há de ter essa oportunidade.

Relativamente à taxa de mortalidade, obviamente que é com muita preocupação que nós aqui, nos Açores, assistimos a que, por exemplo, a taxa de cancro no pulmão seja muito mais elevada do que a taxa de cancro do pulmão a nível

nacional. Agora, há aqui, como o Sr. Deputado San-Bento já explicou e eu não me vou alongar, componentes culturais...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Taxa de mortalidade! Dados objetivos!

O Orador: ... que têm de ser mudadas na população dos Açores, que tem hábitos muito próprios enraizados do ponto de vista alimentar e de sedentarismo, têm que ser considerados e é nessa componente que eu fiz ênfase aquando do meu discurso, relativamente à promoção da saúde.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Diabetes, doença isquémica do coração, tumor maligno na mama! São dados estatísticos!

O Orador: Sr. Deputado Bruno Belo, a alteração que existe no Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros não são os 2,5 milhões que deve referir. Existe uma alteração de cerca de 1, 4 milhões e não os 2, 5 milhões, como referiu.

Agora, aquilo que lhe posso dizer é que o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores não é pai das associações humanitárias espalhadas por esta região. O Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores pretende ajudar essas associações humanitárias. Aquilo que se verificou foi, e daquilo que referiu relativamente aos números, que o investimento que foi feito e os apoios que foram dados para associações humanitárias eram suficientes para manter aquilo que é um serviço paralelo que foi confiado a essas associações humanitárias no transporte de doentes. Em nenhuma altura foi dito a essas associações humanitárias que isso seria o suficiente tanto para o transporte de doentes, como para todas as outras componentes. E essas associações humanitárias que assim o assumiram começaram a desenvolver outro tipo de serviço e começaram a ter outro tipo de atividades contando com aquele dinheiro para o funcionamento em conjunto daquilo que é a sua atividade.

As associações humanitárias não são tutela do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros. São associações de bem e, como muito bem sabem, no caso de Ponta Delgada, têm as suas direções eleitas segundo aquilo que são os seus associados, sobre as quais o serviço não tem qualquer tipo de influência.

O Sr. Deputado Lizuarte Machado levantou um ponto que para mim é fundamental...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor não me respondeu às taxas de mortalidade!

O Orador: ... e é importante que nós todos tenhamos essa consciência.

Os centros de saúde de cada uma das ilhas são locais, por excelência, para cuidados de saúde primários, não são locais vocacionados para a prestação de cuidados de saúde hospitalares. Aquilo que é preciso fazer, naquilo que é a possibilidade e o espírito de levar cuidados de saúde de origem hospitalar até aos centros de saúde dentro daquilo que são as limitações e as capacidades funcionais de cada centro de saúde, nós iremos fazê-lo, nomeadamente nas consultas de acompanhamento. Agora, existem algumas técnicas que só podem ser feitas a nível hospitalar. Existem alguns exames complementares de diagnóstico que só podem ser feitos a nível hospitalar. Existe, por exemplo, algum tipo de avaliações médicas que só pode ser feito a nível hospitalar decorrente dos equipamentos que são necessários que só existem a nível hospitalar. Ou seja, vai ser impossível acabar com a deslocação de utentes de cada uma das ilhas que não tem hospital para as ilhas que têm hospital, porque vai ser necessário sempre essa componente hospitalar. Aquilo que nós pretendemos é diminuir ao máximo essa deslocação de utentes nas componentes em que não há necessidade de algo que está montado a nível hospitalar e que o próprio médico se pode deslocar à unidade de saúde. Agora, nem em todas as especialidades, nem em todas as circunstâncias isso será possível.

As deslocações de especialistas já se iniciaram. Desde segunda-feira que as especialidades que foram apontadas como sendo especialidades chave...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, já se iniciaram! Muito obrigado! Não estão suspensas?

O Orador: Já se iniciaram. As deslocações de especialistas estavam dependentes daquilo que era um processo de avaliação necessário que estava a ser feito relativamente a essa situação e desde segunda-feira que aquelas que

eram as especialidades que foram identificadas como sendo prioritárias já foram autorizadas pela Direção Regional de Saúde.

Vou responder ao Sr. Deputado António Pedroso, juntamente com aquilo que é a resposta ao Sr. Deputado Jorge Macedo, na componente dos encerramentos/deslocações.

Devo-lhes dizer que, do ponto de vista formal, até para não faltar ao meu compromisso com a Sra. Deputada Zuraída Soares, não vou estar aqui numa discussão de Plano e Orçamento para 2013 a discutir aquilo que é o processo de reestruturação do Serviço Regional de Saúde que está em curso.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Como?!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Essa não convém!

O Orador: Obviamente, todos nós, todos os partidos terão oportunidade de se pronunciar sobre essa matéria no seu tempo oportuno. Agora, neste momento, o que está em avaliação é o Orçamento de 2013 e o Plano de Investimentos para este ano.

Sr. Deputado Cláudio Almeida,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor já está a fazer as coisas e não diz nada a ninguém!

O Orador: ... eu acho que é um pouco perigoso e um pouco demagógico estarmos a referir com essa intensidade, com esse tipo de pesar e a classificar esta minha informação de uma forma tão grave.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Então, dois jovens vão parar ao hospital?

O Orador: Como sabe, os processos de distribuição e acompanhamento não são da responsabilidade do Governo Regional, são da responsabilidade das associações com as quais o Governo Regional estabelece protocolos de utilização e a responsabilidade da própria toma é também da responsabilização do doente. Se há doentes que, do ponto de vista da classificação, foram tidos como estando dentro do limiar possível de levar a Metadona para casa (e, como sabe, este tipo de população é difícil do ponto de vista do controlo terapêutico),...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores é que lhes dão a Metadona para levarem para casa!

O Orador: ... é nesses doentes específicos em que foi permitida a toma da Metadona em casa e nos seus familiares que será tomada qualquer atitude...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores estão a estimular o tráfico de Metadona?!

O Orador: ... de repreensão e qualquer atitude de controlo, porque a esses doentes específicos foi confiada uma terapêutica com a qual eles não cumpriram.

Porquê a ARRISCA e não a Casa de Saúde? Exatamente pela avaliação que foi feita pela Direção Regional de Saúde, que é quem está agora na tutela desta temática, que concluiu que os resultados concretos apresentados por uma entidade eram melhores que os resultados concretos apresentados por outra. E é por esse motivo. Se nós temos uma entidade que trabalha melhor do que a outra, vamos beneficiar a entidade que está a trabalhar melhor.

Sr. Deputado Luís Maurício, relativamente ao pagamento das dívidas dos fornecedores.

Primeiro: a dívida total não é a dívida vencida. É uma das componentes que é importante nós percebermos, ou seja, mais uma vez, não vamos querer acabar com toda a dívida. Há uma componente de dívida que está vencida – ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual é a dívida?

O Orador: ... essa, sim, é problemática – e, como sabe, há prazos de pagamentos que devem ser estipulados.

Está a ser equacionada, e isso já foi dito e obviamente será anunciado de forma concreta pelo Governo Regional dos Açores, uma operação financeira que nos permita fazer face a essa dívida. Isso, a seu devido tempo (e foi dito também que será o ano de 2013), será oportunamente anunciado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual é a dívida?

O Orador: Agora, dava-nos muito jeito e, obviamente, não quero com isto fugir àquilo que são as nossas responsabilidades, que o Governo Central, por exemplo,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Há quanto tempo é essa dívida?

Deputado Luís Maurício (PSD): Já lhe respondo a isso!

O Orador: ... nos pagasse 40 milhões de euros de dívida que tem para o subsistema de saúde da ADSE. Dava-nos muito jeito que o Governo Central, quando fez a absorção dos fundos de pensão da banca, tivesse distribuído esses 1,5 milhões também pelos Açores, porque esses 1,5 milhões foram utilizados para o pagamento da dívida ao Serviço Nacional de Saúde e nós não somos filhos nem enteados e desses 1,5 milhões não vimos nada.

Se fosse feita uma correta correspondência, uma correta divisão desses 1,5 milhões por todo o Portugal e se eles se lembrassem que os Açores também teriam uma certa parte desse financiamento...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É um socialista!

O Orador: ... que lhes deveria ser destinado, estaríamos a falar de 37 milhões de euros que deveriam ter entrado nas contas da região.

Relativamente aos 186 mil euros, para nós é o suficiente para fazermos face, dentro daquilo que são as nossas perspetivas. Do Plano, eu percebo que podemos ter uma visão discordante relativamente às listas de espera.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): De quando é que vem a dívida?

O Orador: Os 186 mil euros para nós são suficientes. Como muito bem sabe, e nós já aqui discutimos esse assunto, as salas de bloco operatório dos hospitais da região, dentro daquilo que são os tempos operatórios normais, não estão ocupadas, por isso não entendo por que é que se tenha de estar a investir e a pagar a médicos para, fora do seu horário de trabalho, irem ao hospital fazer a correção dessas cirurgias. Ou seja, vamos tentar utilizar aquele que é o recurso que está instalado dentro dos tempos normais de funcionamento de bloco e só quando tivermos esses tempos todos ocupados, aí, sim, vamos fazer o pagamento adicional para que essas listas de espera possam ser reduzidas.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Vamos fazer o nosso intervalo para o almoço.

Vou pedir, apenas, ao Sr. Secretário da Mesa que dê indicação dos tempos para a continuação dos trabalhos na parte da tarde.

Secretário: Governo Regional, 129 minutos e 3 segundos; Partido Socialista, 123 minutos e 17 segundos; Partido Social Democrata, 89 minutos e 19 segundos; CDS-PP, 25 minutos e 4 segundos; Bloco de Esquerda, 7 minutos e 20 segundos; PCP, 3 minutos e 50 segundos; PPM, 7 minutos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Um bom almoço para todos. Regressamos às 15 horas.

Eram 13 horas e 06 minutos.

Presidente: Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados. Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 06 minutos.

Estava inscrito o Sr. Deputado Ricardo Cabral.

(*) **Deputado Ricardo Cabral (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou responder às interpelações diretas do Sr. Deputado António Pedroso e do Sr. Deputado Jorge Macedo, e queria lembrar aos Srs. Deputados, a toda a Câmara e a todos os açorianos que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que é necessário e prioritário aumentar e reforçar a proximidade dos cuidados de prestação de saúde para uma melhor acessibilidade.

Sempre foram essas políticas socialistas que aumentaram essa acessibilidade em todas as ilhas dos Açores. Mas também temos que pensar em reformular, melhorar a qualidade e a segurança...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não foi o que o Sr. Secretário disse?

O Orador: ... da prestação dos cuidados de saúde. E vou lembrar ao Sr. Deputado aquilo que disse há pouco (vou-me citar a mim mesmo), para não haver dúvidas: “Está na altura de reformular o papel do Estado no financiamento, no pagamento, na regulação e na prestação de cuidados de saúde

com coragem e ponderação; redefinir os procedimentos que não têm qualidade; substituir as ações por outras que aumentam a segurança nos tratamentos, mesmo sendo realizadas numa distância ligeiramente superior às existentes”.

Srs. Deputados, quanto à segurança e qualidade é necessário reformular sempre para aumentar esses vetores importantes nesse setor importante da nossa vida, que é a saúde.

Os Açorianos sabem e entendem que a prestação de cuidados de saúde pode aumentar se forem prestados numa melhor instituição e mais próxima. Ou seja, os Açores têm três hospitais, dezasseis centros de saúde, nove unidades de saúde, cem postos de saúde. Aquilo que se puder fazer melhor num centro de saúde e não num posto de saúde, deve-se fazer num centro de saúde; aquilo que se deve fazer melhor nos hospitais em vez de nos centros de saúde, aumenta-se a qualidade e aumenta-se a segurança. Isto é que interessa e as pessoas sabem que pela segurança e pela qualidade é sempre bom investir, pensar, refletir e implementar.

Deputados Artur Lima e Luís Silveira (CDS-PP): Quem é que avalia isso?

O Orador: Nós não podemos pensar em refletir de uma forma umbilical, “no nosso cantinho temos de ter tudo”. Temos de arranjar formas de fazer as coisas melhor nos sítios certos e sempre com as pessoas certas e com a qualidade e a segurança a níveis sempre superiores.

É necessário pensar globalmente, pensar nas nove ilhas, nos centros de saúde todos, nos postos de saúde e precisamos de ter sempre uma visão global para aumentar esses vetores importantes.

Só melhoramos a saúde se continuarmos a pensar e a melhorar esses procedimentos, mesmo que alguns tratamentos sejam feitos em instituições que deem mais segurança e qualidade às pessoas e às famílias, mesmo sendo realizadas um pouco mais ao lado, no sítio certo, com maior segurança e qualidade, sobretudo qualidade e segurança, que são os vetores mais importantes.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Prescindo.

Presidente: Prescinde.

Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria só deixar uma nota acerca de ilações que considero imprecisas ou incorretas das minhas palavras, que o Sr. Deputado Cláudio Almeida tirou.

Eu nunca disse que não havia segurança na Casa de Saúde de São Miguel.

Eu, aliás, confio na equipa técnica da Casa de Saúde de São Miguel, cujo trabalho,...

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem!

A Oradora: ... reitero, conheço bem. Inseguro estava a ser, contudo, o uso extra muros que se fazia da Metadona e é sabido que alguns utentes levavam Metadona para tomar fora da Casa de Saúde, como foi, aliás, dito no *Açoriano Oriental*, de 27 de fevereiro, pelo próprio diretor do estabelecimento.

Reitero, também, que acho positivo e, no mínimo, mais sensato que se concentre esse tipo de serviço numa instituição, neste caso, a ARRISCA, com provas dadas na matéria, como o Sr. Secretário Regional esclareceu, que se focará, assim, num trabalho mais especializado, com uniformização de procedimentos e com possibilidade de fazer um controlo, exatamente por essas razões, mais ágil, assim como acho muitíssimo positivo que à Casa de Saúde, que é uma instituição de referência na matéria, continue a caber o fundamental papel de intervir ao nível do internamento e da desintoxicação e para o qual continuará, naturalmente, com o apoio do Estado.

Deputado Berto Messias (PS): Isto é que é uma abordagem séria!

A Oradora: Muito me admira, Sr. Deputado, é que o senhor, com a frescura da sua juventude, tenha tanta dificuldade em associar-se a uma atitude e a uma decisão que mais não visam do que o bem-estar de jovens que, infelizmente, precisam de recorrer a este tipo de tratamentos.

Muito obrigada.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Tomara ser tão fresca como eu!

(Risos das Deputadas Renata Correia Botelho e Catarina Moniz Furtado)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu quero, nestas circunstâncias, deixar aqui, mais uma vez, a acusação que ontem fiz ao Governo Regional, aos governos regionais do Partido Socialista que governaram esta região ao longo dos últimos dezassete anos.

Nós, hoje, temos um flagelo que afeta a juventude açoriana, que é o aumento exponencial do número de toxicodependentes na Região Autónoma dos Açores, em que os diversos programas que o Governo Regional concebeu, ao longo dos últimos anos, não têm resultado e o testemunho que eu tenho por parte das comunidades escolares é que hoje, a partir das turmas do 7º, 8º e 9º anos, 40, 50% desses alunos já consumiram drogas.

E, portanto, isto é um enormíssimo flagelo, em que o Partido Socialista, os governos do Partido Socialista têm falhado clamorosamente e que não têm invertido esta tendência.

Mas a responsabilidade não é só do Governo Regional, é também de quem tem a responsabilidade de verificar e de assegurar que as crianças e os estudantes que frequentam a escola não são abordados 10, 20, 30 metros depois por traficantes de droga, que o fazem com total impunidade.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: E isto é também da responsabilidade das autoridades policiais que têm essa competência e, hoje em dia, esses miúdos (e vários mo

testemunharam) são abordados 10, 20 metros depois, junto das escolas, para consumirem e para comprarem e são até ameaçados.

E, portanto, é este flagelo e a enorme dimensão deste flagelo que eu quero deixar aqui como testemunho. Tenho a convicção absoluta daquilo que estou a dizer, acredito nos testemunhos que me foram realizados por muitos jovens desta Região Autónoma dos Açores e é esta questão que nós temos que abordar de frente.

Os programas não funcionam, os programas que estão a ser desenvolvidos a nível do Governo Regional não funcionam, aquilo que está a ser implementado nas escolas não funciona e esta tendência do aumento do número de toxicodependentes, do número de jovens em contato com as drogas aumenta cada vez mais e o Governo Regional não consegue inverter estas políticas, porque continua a implementar programas absolutamente ineficazes.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, um pequeno aparte, com a simpatia que reconheço, e na frontalidade das posições assumidas, e de forma correta, pelo Sr. Deputado José San-Bento, dizer que, na realidade, e não querendo sublinhar a caricatura que o Vice-presidente do Governo fez no início deste debate parlamentar, a taxa de mortalidade infantil não é de 5% mas, sim, de 5 ‰.

Deputado José San-Bento (PS): 5‰!

O Orador: E, portanto, deixe-me só corrigi-lo, porque até o considero uma pessoa séria...

Deputado José San-Bento (PS): Mas quem é que não é sério aqui?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e, naturalmente, que não iria aproveitar essa incorreção da sua parte, apenas e só, como um erro que a todos nós nos pode acontecer.

Deputada Berta Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: Em segundo lugar, Sra. Presidente, eu queria reformular, novamente, algumas das questões que coloquei ao Sr. Secretário Regional da Saúde.

Sr. Secretário, 130 milhões de euros de dívidas a fornecedores a 31 de dezembro de 2011,...

Deputada Berta Cabral (PSD): 2012.

O Orador: ... 2012, é dívida vencida (e a boca fugiu-me para a verdade, porque muitos dos fornecedores ainda têm para receber do Governo Regional verbas de 2010). E, portanto, volto a colocar-lhe a pergunta: quanto é que o Governo Regional dos Açores pretende pagar a fornecedores em 2013?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual é o total?

O Orador: Gostaria que me respondesse a esta pergunta. Que total de valores pretende pagar o Governo Regional a fornecedores em 2013?

Em segundo lugar, Sr. Secretário, e aqui sublinhando, de forma muito calma e serena, a seguinte afirmação, para que fique registada: o PSD entende que o Serviço Nacional de Saúde deve assumir uma atitude de complementaridade para com o Serviço Regional de Saúde na prestação de cuidados a doentes deslocados.

Uma vez feita esta afirmação, quero-lhe dizer, Sr. Secretário, e queria perguntar-lhe o que é que os senhores fizeram até agora para poderem obter...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nada!

O Orador: ... a cobrança dos 40 milhões...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nada!

O Orador: ... que os senhores vêm agora justificar como sendo uma premissa fundamental para pagarem a quem devem? O que é que os senhores fizeram? Acham os senhores, acha o Sr. Secretário...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... que esses 40 milhões foram todos eles adquiridos ao longo de um ano e dois terços, quase dois anos do atual Governo da República? Onde é que estavam os seus colegas do Governo no passado, quando o Eng.º José

Sócrates era Primeiro-Ministro e que devia à região os mesmos milhões que o Sr. Secretário está a referenciar?

Deputado José San-Bento (PS): Não eram os mesmos!

O Orador: Onde é que estavam os senhores? Estavam distraídos quando na Lei do Orçamento de Estado de 2011, apresentada em outubro de 2010, pelo Sr. Primeiro-Ministro José Sócrates, no seu articulado dizia, de forma unilateral, que “se dispensava a cobrança à ADSE, principal subsistema em dívida, das faturas cobradas nos hospitais do Serviço Nacional de Saúde” e os seus companheiros de Governo se fizeram distraídos, onde é que os senhores estavam nessa altura? Por que é que os senhores não reclamaram? Por que é que os senhores não foram lá fora exigir a cobrança desses valores?

Oh, Sr. Secretário, e 40 milhões, deixe-me cair num extremo, são bem diferentes de 130 milhões de dívidas a fornecedores e nós achamos que, essa, deve assumir como (reconheço, o Sr. Presidente do Governo já o afirmou) uma prioridade ao longo deste ano de 2013.

Mas, volto a perguntar: eu quero saber quanto é que vão pagar em 2013 a fornecedores? A isso o Sr. Secretário ainda não teve a amabilidade de me responder.

Relativamente às listas de espera, Sr. Secretário, concordo consigo.

Na verdade, nós somos defensores de que em primeiro lugar está a racionalização e maximização da capacidade instalada. Concordo consigo.

Deputado Ricardo Cabral (PS): É verdade!

O Orador: Concordo que haverá necessidade de desfasamento de horários em determinadas áreas para que sejam rentabilizadas as salas dos blocos operatórios dos nossos hospitais. Estou é convencido de duas coisas, em relação às quais discordamos consigo, e permita-me que lhe diga: em primeiro lugar, a redução das listas de espera ao ponto que o senhor julga poder reduzir, mediante a sua revisão, não está de acordo com a realidade, não será esse o resultado que o senhor vai obter; e, em segundo lugar, e já aqui o demonstrou (situação em relação à qual nós não concordamos e, ao longo deste debate, mediante a proposta que iremos apresentar, terá a oportunidade de ver), os 186

mil euros que o Governo inscreve no seu Plano para recuperação de listas de espera cirúrgicas não são, de perto nem de longe, mesmo tendo em atenção a racionalização e a maximização da capacidade instalada, em relação à qual nós concordamos, suficientes para combater as listas de espera cirúrgicas que têm vindo a aumentar de forma sucessiva.

Proceder de outra forma seria ter um comportamento de total insensibilidade social, e eu penso que, da sua parte, não será isso que o senhor pensa.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Renata, até acredito que queriam ter a minha juventude, mas o tempo não volta para trás.

Deputado Rogério Veiros (PS): O senhor é muito conservador!

O Orador: Sra. Deputada, eu queria fazer-lhe uma questão muito simples.

(Apartes inaudíveis e risos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Sr. Presidente,...

(Apartes inaudíveis e risos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: ... Sra. Deputada, Sr. Secretário, apenas para deixar aqui uma questão muito simples.

Uma vez que retiraram a administração de Metadona à Casa de Saúde, por que é que fez o Governo Regional obras na Casa de Saúde, com vista ao tratamento da Metadona?

Tenho dito.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria começar por dizer ao Sr. Deputado Paulo Estêvão que essa sua postura de franco-atirador, própria de quem pensa que tem o rei na barriga e toda a razão do seu lado, vem para aqui...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Oh, Sr. Deputado, não seja ofensivo!

O Orador: Não estou a ser ofensivo. Oh, Sr. Deputado!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não lhe admito que seja ofensivo!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, não tem de fazer esse tipo de marcação!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu não lhe admito!

O Orador: O que interessa aqui referir, Sr. Deputado (e eu não pretendi ofendê-lo), é que só quero alertar para o seguinte.

Deputado Berto Messias (PS): Mas quem é que está a ser ofensivo?

O Orador: O senhor fez uma intervenção muito exuberante sobre um tema...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É o que eu penso!

O Orador: Com certeza, mas deixe-me terminar.

... que, para si, é particularmente sensível e particularmente importante. Para nós também é, Sr. Deputado, e eu queria só recordar uma coisa. Há um princípio que se chama o princípio da proporcionalidade e o senhor, ao fazer uma denúncia da forma que fez, com a exuberância que fez,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exuberância?!

O Orador: ... o que se esperava era que tivesse aqui um contributo substantivo para melhorar as questões relacionadas com a toxicodependência. Isso é que se esperava! E, portanto, esta tentativa de ter uma atuação mais exaltada...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exaltada?!

O Orador: ... para colher algum dividendo mediático é um princípio que não nos parece o mais adequado. E, portanto, Sr. Deputado, vamo-nos entender. Venham daí essas propostas. E sabe porquê? Porque nós queremos e acreditamos que é necessário uma boa oposição, uma oposição que assinale

aquilo que entende serem as falhas da governação, mas que também dê contributos substantivos, concretos para melhorar aquilo que nós sabemos que é um grande desafio da governação: a luta contra a toxicodependência, sobretudo numa sociedade organizada como a nossa, com a livre circulação de pessoas, de bens, de ideias e, conseqüentemente, de padrões de consumo, de muitas coisas e não só de substâncias ilícitas.

E, portanto, são esses contributos, Sr. Deputado, se me permite o desafio, que todos nós ganharíamos se concretizasse, até porque nós achamos que temos um bom sistema de tratamento da toxicodependência. Tem algumas ineficiências em alguns sítios, tem algumas insuficiências, mas nós temos consciência disso e procuramos melhorar esta estratégia, consagrando a prevenção primária, a prevenção secundária, a prevenção terciária, mas eu sobre isso não perderei mais tempo.

Sr. Deputado Luís Maurício, de facto o senhor tem toda a razão.

Queria aproveitar a oportunidade para esclarecer a Câmara. De facto, os números são permilagem, mas o que interessa aqui, e a parte da percentagem, é que numa década nós viemos de, como eu disse, padrões próprios de países em vias de desenvolvimento para padrões de primeiro mundo. Nós tivemos, efetivamente, uma redução da mortalidade infantil de 53,2%, passando de 10,9 ‰ para 5,1 ‰. Agradeço-lhe, apesar de tudo, a correção.

E, depois, eu gostava também de dar um contributo para uma das questões que o senhor está aqui a levantar e a insistir.

De facto, todos nós sabemos que o nosso sistema de saúde tem, ao nível dos hospitais, uma dívida comercial, uma dívida a fornecedores. Porém, é bom que se diga que esta situação de desequilíbrio financeiro já está a ser tratada e já foi abordada no passado. Nós temos de continuar esse esforço. Há agora, este ano, um grande reforço da orçamentação do Serviço Regional de Saúde e dos hospitais, há também aquilo que alguns entendem como “poupança”, mas que eu preferia chamar-lhe como “ganhos de eficiência”, no sistema, o que também permite uma margem de manobra de cerca de 20 milhões de euros que, conjugados com o reforço de 30 milhões, significa que estamos a falar do

fortalecimento em 50 milhões de euros do orçamento da saúde, e isso é muito importante, e é isso que nós queremos fazer, é juntar ao reforço da orçamentação do Sistema Regional de Saúde o impacto desses “ganhos de eficiência”, que também terão tradução ao nível da redução dos custos médios de vários atos, sobretudo atos médicos e clínicos.

Queria também dizer, Sr. Deputado, parece-me que o senhor não tem conhecimento deste facto, mas aproveitarei para esclarecer, que aquilo que o senhor aqui referiu sobre o passado, “onde é que estavam os senhores quando, no passado, o Governo da República devia e os senhores não fizeram nada”, não é verdade.

Gostava também de lhe dizer que é verdade que, a partir de 2010, e isto já foi tornado público por vários Membros do Governo, o Governo da República começou a acentuar alguns atrasos nos pagamentos aos subsistemas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas vinham desde quando, Sr. Deputado?

O Orador: É verdade, Sr. Deputado Artur Lima. Depois podemos falar sobre isso.

Mas o problema, Sr. Deputado Luís Maurício, é que mais recentemente, já na vigência do atual Governo da República, não se verificaram atrasos, está-se a verificar o completo cessar do pagamento a esses subsistemas. E, aliás, eu digo-lhe uma outra questão. Isto é público e era este aspeto que eu queria esclarecer. O Governo da República assume publicamente que deve mais de 3 mil milhões de euros a fornecedores. Portanto, nós estamos a falar de uma situação que é, no fundo, grave e que é o próprio Governo da República que admite publicamente ter esta grande incapacidade de tesouraria, ao fim e ao cabo.

E, depois, há uma outra questão, Sr. Deputado, que sai um pouco fora deste âmbito,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Desde quando?

O Orador: ... mas que eu também acho que deve ser aqui referida. O Governo da República (a Sra. Deputada Berta Cabral, certamente, sabe bem disso) tem tido, nos últimos tempos, um comportamento que nos deve preocupar seriamente a todos. O Governo da República denunciou unilateralmente

contratos que tinham sido assinados no âmbito dos processos IHRU para financiamento de empreendimentos habitacionais. Portanto, o nosso Grupo Parlamentar reuniu com a Associação de Municípios, tivemos a oportunidade de trocar ideias sobre essa questão e isso é uma situação particularmente grave e que, sobretudo, atesta que o Governo da República (lamento dizer isso) não está a ter um comportamento digno de um Estado de direito e isso é uma questão que nos tem de preocupar a todos.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nessa parte estamos de acordo! Só lhe faltou dizer que a dívida vem de 2005!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Deputado José San-Bento, o senhor pensa que a oposição está aqui para dizer ámen às políticas do Governo.

Deputado José San-Bento (PS): Oh, senhor!

O Orador: Para isso está aqui o Sr. Deputado, para dizer ámen às políticas do Governo. Se eu não concordo, se eu considero que existem problemas, é evidente que eu devo dizer.

E por falar em fome, que as nossas famílias e as nossas crianças estão a passar, por falar no aumento da toxicodependência, o Sr. Deputado considera que eu não estou a cumprir o meu dever? Eu não cumpriria o meu dever se estivesse calado e se observasse este tipo de acontecimentos e de episódios e essas insuficiências do Governo. Aí é que eu estaria a ser conivente, aí é que eu não estaria a cumprir o meu dever.

Deputado Berto Messias (PS): Dê contributos!

O Orador: Sr. Deputado, não conte comigo para estar aqui a dizer ámen!

Eu não estou aqui para ter votos ou deixar de ter votos, Sr. Deputado. Eu estou aqui para cumprir o meu dever. Fui eleito há poucos meses para cumprir o meu

dever e o meu dever para com os açorianos é fazer as críticas que tenho que fazer, na plena convicção de que estou a dizer a verdade e para apresentar soluções.

Dizia o Sr. Deputado, “o senhor apresente soluções”. Bom, eu, nesta Casa, em termos de orçamento, sou condenado exatamente pelo facto das votações terminarem às 4 horas da manhã, porque nós temos 140 propostas. Nunca fui acusado de ter menos propostas e de não ter propostas sobre os assuntos. Na última legislatura, apresentei 140 propostas e posso-lhe dizer que para este Orçamento eu vou apresentar umas boas dezenas de propostas também.

Deputado José San-Bento (PS): Mas não só para o Corvo. Apresente propostas para os Açores!

O Orador: Portanto, disso o Sr. Deputado não me pode acusar.

Deputado Berto Messias (PS): Não!

O Orador: E digo-lhe mais. O Sr. Deputado quer que eu lhe diga, eu só tenho 15 minutos para estes debates todos e vou ficar sem tempo, mas vou-lhe dizer o seguinte. Nós, neste Parlamento, que é o mais democrático do Hemisfério Norte, segundo alguns cronistas, temos 15 minutos para debater as políticas orçamentais todas, ao longo destes três dias.

Deputado Duarte Moreira (PS): É muito tempo para si!

O Orador: Isso é que é a verdade.

Sr. Deputado, nos minutos,...

Deputado Francisco César (PS): Isto não é a Madeira!

O Orador: ... nos breves segundos que eu tenho, deixem-me dizer-lhes o seguinte, que é absolutamente fundamental.

O que é que o senhor propõe quando não faz a vigilância das escolas? Propõe que se faça vigilância. O meu programa é que se faça a vigilância, que as forças policiais estejam a fazer vigilância nas escolas ao longo de todo o dia, nas saídas, nas entradas, vigiando, policiando o percurso dos alunos.

Estas matérias são absolutamente fundamentais. É tão simples como isto. Este é o meu programa.

O Sr. Deputado pergunta-me qual é o meu programa em termos de prevenção e o que eu lhe respondo é: programas eficazes de prevenção nas escolas, programas eficazes de prevenção na sociedade açoriana, que é isso que não existe.

Deputado Domingos Cunha (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Esses programas não funcionam e não digam que isto é responsabilidade de não sei há quantos anos. O senhor está há 17 anos no Governo e, portanto, qual é a política? São políticas eficazes? São programas bem construídos? Programas que possam, de facto, reverter esta tendência do aumento da toxicodependência? As famílias e os jovens açorianos sabem que isto é verdade, que se sentem indefesos perante essas quadrilhas que nós temos junto das escolas, da sociedade açoriana e eu digo-lhe isto aqui sem problema nenhum e sem medo nenhum de enfrentar retaliações e seja o que for.

Neste momento, não há a convicção, não há a luta objetiva que se tem de fazer em relação a estes interesses. Não se é eficaz na política de prevenção, não se é suficientemente eficaz na política de policiamento em relação às escolas e à juventude açoriana.

É isto que eu tenho para lhe dizer.

Deputado Francisco César (PS): E propostas?

O Orador: Este é o meu programa.

Deputado Francisco César (PS): Zero propostas!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Duas notas em relação à intervenção do Sr. Deputado José San-Bento. O senhor não me convenceu.

Os 40 milhões que o Governo da República deve ao Governo Regional não aumentaram, como, habilidosamente, o Sr. Deputado tentou fazer crer, no mandato deste atual Governo da República. Não aumentaram, vinham muito de

trás e os senhores, na realidade, estiveram distraídos em não reivindicar, na altura própria, a cobrança desses valores.

Mas vou-lhe dizer mais, Sr. Deputado. O que me interessa, enquanto deputado desta Casa e enquanto açoriano, é que o assunto seja resolvido.

Deputado José San-Bento (PS): Claro!

O Orador: E, portanto, não é com a agressividade política sobre o Governo da República, não é com guerrilha partidária que nós vamos conseguir resolver esse assunto.

Os senhores têm de ir lá com diplomacia, como já lá foi o Sr. Secretário Regional uma vez. Quais foram os resultados, Sr. Secretário?

É preciso que o senhor lá volte a ir...

Deputado José San-Bento (PS): Isso é uma contradição!

O Orador: ... e a falar. Até lhe posso dizer, há disponibilidade do Governo da República para colocar tudo isso a zero, saibam os senhores terem a habilidade política, mas, sobretudo, a diplomacia para conseguirem resultados, que foi isso que, até agora, os senhores não conseguiram.

Sr. Deputado José San-Bento, só mais uma correção em relação àquilo que acabou de dizer.

É verdade que o Governo da República tinha uma dívida a fornecedores de 3 mil milhões de euros, mas sabe qual é a diferença, Sr. Deputado? A diferença é que mil e quinhentos milhões de euros já foram pagos e já há plano de pagamento para os restantes. Aqui deve-se mais de 130 milhões e ainda não me foi respondido, este ano quanto é que desses 130 milhões vão pagar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas eu continuo à espera da resposta e vou-lhe dizer mais, Sr. Deputado José San-Bento. Não se pode combater por um lado o Governo da República, quando dá jeito, e elogiá-lo por outro. É que os conselhos de administração por vós nomeados e que são da vossa responsabilidade vêm publicamente assumir poupanças, quando essas poupanças, afinal, não resultam, nem mais nem menos, do que medidas corajosas tomadas pelo Governo da República na área da saúde e vou-lhe dar dois ou três exemplos, Sr. Deputado.

A política do medicamento, a baixa do custo dos medicamentos em 300 milhões de euros,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... o consumo generalizado dos genéricos, a diminuição do valor pago por hora extraordinária para os profissionais de saúde,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... a diminuição, quer queiram, quer não, do pagamento dos subsídios de férias e de Natal.

Deputado Berto Messias (PS): Mas ninguém contesta isso!

O Orador: Foi isto que resultou da poupança nas unidades hospitalares dos Açores, por medidas corajosas tomadas pelo Governo da República, que tanto os senhores puxam para baixo, mas que agora vos serve para puxar os Açores para cima.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Berto Messias (PS): E o Governo da República que os senhores têm e que tanto puxam para cima?!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Maurício, em relação à apreciação que possamos fazer sobre o Governo da República, eu remeto para aquilo que o próprio Ministro das Finanças afirmou, na passada sexta-feira.

Eu queria dizer-lhe, com toda a franqueza, que deve haver aqui algum equívoco. Nós não temos, de forma alguma, a tendência nem a orientação de puxar para baixo ou para cima o que quer que seja. Nós desejávamos todos que o Governo da República fosse um governo que estivesse à altura do momento e

que tivesse a capacidade de ultrapassar as dificuldades. Mas, infelizmente, como muito bem disse aqui, ontem, o Deputado Berto Messias, “os portugueses colaboraram e estiveram presentes nas exigências que lhes foram pedidas, o Governo é que falhou e instalou-se a ideia, no país, que o Governo falhou e isso é dramático”.

Deputado Luís Maurício (PSD): Vamo-nos centrar nesse número, Sr. Deputado!

O Orador: Portanto, agora a questão é: algumas medidas do Ministro da Saúde, que têm impactos positivos. O senhor continua a falar de cortes e de poupanças, eu prefiro falar em termos de “ganhos de eficiência” – são visões um pouco diferentes sobre a mesma realidade, não há problema sobre isso. Obviamente que são boas e que são adotadas e isso é por nós visto com normalidade e tranquilidade e aquilo que forem boas medidas, com certeza, serão seguidas nessa ou em outras áreas. Agora, deixe-me que lhe diga, eu acho é que o país ganharia muito se se preocupasse em copiar as boas medidas da governação dos Açores e não propriamente pretender...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais?

O Orador: ... ser uma força inspiradora para outras governações.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais?

O Orador: São muitas, Sr. Deputado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Presunção e água benta...

O Orador: Eu também tenho limitação de tempo, não lhe poderei satisfazer a curiosidade.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Diga isso sem se rir!

O Orador: Agora, há uma coisa, e para terminar, que eu gostava de lhe dizer, Sr. Deputado Luís Maurício.

O senhor insiste na questão do plano de pagamentos. O Governo já referiu que tem uma solução para implementar e resolver esse problema da chamada dívida comercial dos hospitais, agora há uma coisa que o senhor tem de compreender: isso não é o “mistério da pescadinha com rabo na boca”!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É parecido!

O Orador: Aquilo que o Governo Regional fará, em minha opinião, evidentemente que vai depender, em parte, também daquilo que o Governo da República fizer em termos de reposição da dívida que está para trás, Sr. Deputado. Isso também tem de ser entendido...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Pingue-pongue!

O Orador: ... e acho que é uma forma muito realista e muito objetiva de nós perspetivarmos esta questão.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Uma boa forma de fugir à questão!

O Orador: E, portanto, é preciso também que cheguem aos Açores os efeitos desse plano que o senhor diz que o Governo da República tem para liquidar essa dívida...

Deputado Luís Maurício (PSD): É verdade!

O Orador: ... e que eu não irei duvidar e acredito em si.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! O senhor agora vai dizer quanto é que vai pagar!

(*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Viveiros Cabral):** Sra. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, relativamente àquilo que insinuou na área das dependências, devo-lhe informar duas coisas.

Em primeiro lugar, a PSP não é, como sabe, área da tutela deste Governo e a forma como intervém...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor é que denunciou o tráfico de Metadona!

O Orador: Ouça! Estamos a falar da PSP e daquelas de foram as acusações do Sr. Deputado Paulo Estêvão relativamente ao tráfico junto às escolas.

Não é da competência deste Governo decidir onde é que a PSP faz as suas intervenções.

Agora, aquilo que lhe posso dizer e, no fundo,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Disse isso na minha intervenção!

O Orador: ... vem um pouco reforçar a ideia que lhe foi transmitida pelo Grupo Parlamentar do PS, é que o discurso do “não funciona, não funciona, não funciona”, para esta Casa não serve. O que seria expetável de um representante do povo nesta Casa é que apresentasse propostas concretas para explicar,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores é que estão no Governo, é que deviam apresentar propostas mais do que concretas. Isso é que era expetável!

O Orador: ... de uma forma clara, que programas é que nós podemos implementar nos Açores para lidar com este flagelo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é a desculpa mais fraquinha que os senhores arranjam?!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E turmas com trinta e tal alunos?!

O Orador: Como deve perceber, nós, no Governo Regional, não andamos a dormir relativamente a esta matéria. Nós estamos bem atentos relativamente a isto. Este é um problema que não se cinge ao Governo Regional e se me dissesse que aquelas que são as nossas políticas a nível regional têm um falhanço redondo e que políticas que sejam defendidas a nível nacional, internacional, o que seja, têm um enorme sucesso, nós aí poderíamos estar a discutir nesta Casa que há um falhanço por parte do Governo Regional.

Neste caso concreto, aquilo que lhe posso dizer é que todos os esforços e toda a nossa capacidade de trabalho estão a ser desenvolvidos nesses programas. Serão os melhores? Serão os piores? Poderá haver outros com melhores resultados? Parte também do Sr. Deputado nos dizer quais os programas que têm melhores resultados...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tenho um minuto e vinte segundos! É que vou dizer?

O Orador: ... para que nós possamos também implementá-los.

Não, pode-me fazer chegar, depois, por escrito, à Secretaria, que terei todo o gosto de os analisar.

Relativamente às questões do Sr. Deputado Luís Maurício, em primeiro lugar, queria dizer-lhe que esta situação financeira, como todos nós sabemos e ninguém esconde, não é uma situação financeira fácil. Ou seja, nós estamos num enquadramento económico-financeiro difícil e, obviamente, estes constrangimentos que surgem não surgem porque nos apeteceu, de um dia para o outro, deixar de pagar aos fornecedores. Existem alguns constrangimentos que estão a ser sentidos e que, segundo aquilo que também já foi definido pelo Governo Regional, serão atendidos em tempo oportuno.

Primeiro lugar. Aquela que é a sua leitura da disponibilidade do Governo da República para resolver os problemas do Governo Regional, e naquilo que poderiam ser os encontros que eu poderia desenvolver e ter com o Ministério da Saúde nesse campo, devo-lhe dizer que o espírito de abertura, inicialmente, passou sempre pelo facto que, para nós, e como no seu discurso disse, já enceta algum sectarismo naquilo que é a observação do Governo da República. Foi sempre feito e dado ênfase no pagamento das deslocações dos doentes açorianos ao continente para que o resto das negociações pudesse ser desenvolvido.

Nós, e ainda há pouco aqui referiu, e muito bem, consideramos que o Sistema Nacional de Saúde deve ser complementar àquelas que são as insuficiências do Serviço Regional de Saúde e que não deve haver compensação financeira por parte da deslocação desses doentes ao continente. Por isso, acho muito estranho que venha aqui apregoar que há uma abertura quando, no fundo, aquilo que nos foi dito logo à partida é que esse espírito de abertura passa pelo pagamento das transferências dos doentes açorianos para o continente.

Não é esse um bom espírito de abertura quando alguém está a entrar numa negociação a sério.

Aquilo que posso dizer relativamente à dívida é: em primeiro lugar, aquele montante que refere não é o montante total da dívida vencida e, ao exemplo daquilo que foi feito pelo Governo da República,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): São 100 milhões de euros!

O Orador: ... nós poderemos também negociar, relativamente ao pagamento desses montantes, alguns descontos com o seu pronto pagamento.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oh, senhor!

(Risos do Deputado Artur Lima)

O Orador: Por isso, não é esse valor que muito provavelmente terá de ser equacionado quando se fizer a operação financeira que está a ser elaborada pelo Governo para pagar...

Deputado Luís Maurício (PSD): Vão pagar!

O Orador: ... (ouça) a dívida da área da saúde.

Aquilo que lhe posso dizer concretamente e aquilo que eu já lhe respondi é que está a ser desenvolvida uma operação financeira que nos permita fazer face a esse pagamento. E é esta a posição do Governo Regional dos Açores sobre essa matéria.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual o valor e quando?

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem pouco mais de um minuto.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, é só para dizer que prescindo porque não tenho tempo para o debate e percebo que o Governo Regional quer é que eu gaste o meu tempo para que os próximos três secretários falem à vontade.

(Risos das bancadas)

Presidente: Sr. Deputado Luís Maurício, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, o senhor voltou a não responder à minha pergunta e eu quero fazer-lhe um apelo último a que o faça ou, então, a que o Sr. Presidente do Governo faça o favor de o fazer.

Eu gostaria de saber, em nome da bancada do PSD, qual o montante total de valores a serem pagos a fornecedores em 2013. Os senhores continuam a não responder!

Eu, como deputado desta Casa, tenho o direito de o questionar, as vezes que entender necessárias, para que os senhores me respondam.

Muito obrigado.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Como é que no debate do Orçamento da região não sabem quanto é que vão pagar?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para esta fase do debate?

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Viveiros Cabral):** Sra. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Maurício, aquilo que lhe posso dizer foi aquilo que disse até agora, ou seja, não vou acrescentar mais nada, para seu desgosto, nesta minha resposta.

Há um plano de pagamentos que está a ser estruturado pelo Governo Regional dos Açores e que a seu devido tempo, e tendo em conta aquilo que eu vos tinha dito há pouco relativamente a esta matéria, que poderá não ser na totalidade dos valores referidos,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quanto?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas como é que não sabem quanto vão pagar?

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Responda, Sr. Secretário!

O Orador: ... quando estiver completo, será anunciado. Ou seja, nós não vamos estar a anunciar aqui algo que ainda não está definido.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Fica registado!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Luís Maurício, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria que aqui ficasse registado que,...

Deputado José San-Bento (PS): Fica sempre registado!

Deputado Berto Messias (PS): Fica sempre, nos Diários!

O Orador: ... ao fim de múltiplas insistências da minha parte, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, o Governo se recusou, perante esta Casa, a dizer o montante que pagaria a fornecedores durante o ano de 2013.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições para esta fase do debate.

Sendo assim, dou a palavra ao Sr. Deputado Domingos Cunha para uma intervenção.

(Pausa)

Deputado Domingos Cunha (PS): Senhora Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo:

A política de saúde deve garantir o acesso de todos os cidadãos aos cuidados de saúde nos limites dos recursos humanos, técnicos e financeiros disponíveis.

A proteção da saúde é um direito dos indivíduos e da comunidade que deve resultar de uma responsabilidade conjunta dos cidadãos, da sociedade e do Estado, devendo os serviços de saúde estruturar o seu funcionamento de acordo com os interesses dos utentes, articularem-se entre si, por forma a obter deles o maior proveito socialmente útil e a evitar o desperdício e a utilização indevida dos serviços.

O Serviço Regional de Saúde, (SRS) criado há cerca de 30 anos, foi progressivamente reorganizado, e alcançou um patamar que nos aproximou do que de melhor pode ser oferecido.

Hoje, evidencia-se por uma ampla modernização de infraestruturas e de equipamentos, por mais, melhores e diferenciados recursos humanos, no acompanhar das inovações das ciências da saúde, nas evoluções tecnológicas e na disponibilização de novos meios de tratamento, alguns bem mais onerosos.

A par dos ganhos em saúde, são significativos os investimentos feitos na área, desde o melhoramento das infraestruturas – remodelação, apetrechamento e modernização de equipamentos, mas, sem dúvida, que as obras mais emblemáticas dos Governos do Partido Socialista são o Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, o Centro de Saúde de Santa Cruz da Graciosa, o Centro de Saúde da Madalena e o Bloco C do Hospital da Horta, estes em fases de construção/conclusão.

As Estatísticas da Saúde – 2000 a 2011, publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística – confirmam que aumentámos em 48,1% o número total de médicos, que apesar de serem em maior número da carreira hospitalar, também confirmam o maior aumento de sempre no número de médicos da carreira de medicina geral e familiar, + 29,6%, o que permitiu diminuir em 47,8% o número de Açorianos sem médico de família, isto é, diminuímos para os atuais 37 686 cidadãos.

Na carreira de enfermagem, verificamos um aumento de 51,5%, tal como verificamos um aumento de 73,5% no número de técnicos de diagnóstico e terapêutica e de 78,3% nos técnicos superiores de saúde.

No mesmo período, as consultas programadas aumentaram 33%, a que se acrescentam 63 549 consultas extraordinárias realizadas em programas de acessibilidade, o número de cirurgias programadas aumentou 29,3%, a que acrescem 2.176 cirurgias extraordinárias dos programas de acessibilidade, registou-se o aumento do número de atendimentos urgentes em 0,9% e regista-se um aumento significativo em todos os meios complementares de diagnóstico e terapêutica (MCDT).

Mas, a tudo isto, não devemos dissociar um conjunto de indicadores de saúde, que são o resultado de um Serviço Regional de Saúde que, todos os dias, procura melhorar a prestação de mais e melhores cuidados.

Em 2011, a taxa de natalidade, permilagem, é de 11,1, a taxa de mortalidade de 9,6, a taxa de mortalidade infantil de 2,9, a que acompanha um índice de envelhecimento médio de 74 anos.

Associam-se a estes resultados, uma diminuição no número de óbitos por diversas causas de morte.

Diminuíram o número de óbitos por algumas doenças neoplásicas malignas, diminuíram o número de óbitos por doenças circulatórias, por doença cardíaca isquémica e por doenças cerebrovasculares.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso não é verdade!

O Orador: Numa descrição sucinta, estas são respostas efetivas do atual Serviço Regional de Saúde.

(É verdade, Sr. Deputado).

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é! Aumentou!

O Orador: O Grupo Parlamentar do Partido Socialista compreende que é natural, em todas as épocas, os serviços de saúde passarem por várias transformações, umas de esperança, outras de desilusão.

As evidências ensinam-nos a não dissociar um gradual e acrescido esforço financeiro no orçamento das instituições que compõem o SRS, e com influência direta no orçamento da Região, fruto das evidências atrás explicitadas.

Por todas estas razões torna-se evidente o esforço do Partido Socialista e dos seus Governos em aumentar significativa e anualmente o orçamento para o setor da Saúde.

A proposta de orçamento e o plano para 2013, que hoje discutimos, vai ao encontro da estabilidade e da sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde.

O aumento de 30 milhões de euros no orçamento, não pode ser visto como sendo mais um investimento na área da saúde, mas também, a prova evidente da prioridade que o XI Governo Regional dá à política de saúde.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Os objetivos definidos enquadram-se no rigor das finanças públicas da região, e garantem a acessibilidade, a equidade, a eficiência e a confiança que todos nós merecemos, no que à saúde nos diz respeito.

Hoje, com a evidente evolução verificada no Serviço Regional de Saúde, discute-se a necessidade de assegurar a sua viabilidade financeira, que se traduz numa única palavra: *sustentabilidade*.

O seu financiamento ou falta dele não é a origem primeira de tudo.

As evidências confirmam que o utente/doente vai criando e incentivando as suas próprias *normas*, porque pretende entrar no sistema e receber uma resposta sem demora.

Todos temos de saber e perceber que os utentes e doentes *entendem* o Serviço Regional de Saúde, e desejam a continuidade dos cuidados, centrada nas *suas expectativas* – acessibilidade fácil, a escolha do médico preferido, a realização dos mais diferenciados exames complementares de diagnóstico, o tratamento adequado, em resumo, a obtenção da resposta completa, eficiente e humanizada, em tempo útil, dos vários serviços que o integram.

A esta evidência juntam-se outros fatores com influência direta nos custos da Saúde.

O aumento das expectativas na prestação de cuidados de saúde, perante a melhoria evidente das infraestruturas, dos recursos humanos, em maior número e com maior diferenciação, da melhoria e aumento das novas tecnologias e dos novos tratamentos, na aproximação e facilidade que existe na relação

utente/doente, serviços de saúde e seus profissionais, o envelhecimento da população, com o aumento exponencial de doenças crónicas, incapacitantes e os cuidados integrados, o aumento da esperança de vida, e, o ainda *deficit* de médicos da especialidade de medicina geral e familiar.

Senhora Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Os Açores, região geograficamente descontínua, constituída por comunidades com hábitos culturais, educacionais, sociais, económicos e políticos específicos e diversificados, tornam pertinente a abordagem do Serviço Regional de Saúde numa perspetiva de reflexão sobre o que queremos para este Serviço, da sua organização, da sua produtividade, da sua eficiência, da sua eficácia e da sua sustentabilidade, numa perspetiva social que o caracteriza.

Urge implementar medidas que melhorem a gestão, a administração e a racionalidade do setor.

A política de saúde tem carácter evolutivo, adaptando-se permanentemente às condições das realidades regionais, às suas necessidades e aos seus recursos.

Precisamos de modelos de organização atualizados em relação ao tempo em que vivemos e àquele em que vamos viver, que estimulem um sistema de saúde público sustentável.

Todos temos de saber detetar, interpretar e corrigir os desperdícios na área da Saúde.

A **sustentabilidade** impõe novas formas de planeamento e organização dos serviços, a avaliação periódica e sistemática da sua produtividade, da sua qualidade e da sua humanização, como a dos cuidados prestados.

O controlo da **qualidade** de toda a prestação de cuidados de saúde deve estar sujeito ao mesmo nível de exigência.

Devemos **avaliar** aspetos como a **organização, os recursos humanos existentes, o movimento assistencial, a produtividade, a acessibilidade, a demografia, os indicadores globais de saúde, a morbilidade, a mortalidade, as despesas e o financiamento.**

Estamos obrigados a que se planeie e organize o Serviço Regional de Saúde de acordo com os recursos afetos face às populações que abrange e aos problemas de saúde que possuem, e, simultaneamente, dotar os decisores da informação e dos instrumentos necessários a uma tomada de decisão informada e centrada nos resultados.

Hoje, exige-se um novo paradigma na organização dos sistemas de saúde e na prestação de cuidados: recentrado no cidadão, focado nos cuidados de longa duração e fazendo uso das novas tecnologias de informação e comunicação geradoras de valor na interação com o cidadão.

Neste Plano constatamos o aumento nas novas tecnologias de informação e comunicação na Saúde, numa aposta clara na informatização que irá permitir ligar os vários sistemas informáticos que já estão implementados nas Unidades de Saúde de Ilha e Hospitais, e a aposta na telemedicina para todas as ilhas da Região.

Quem intervém sobre um sistema de saúde deverá ter a consciência de que os resultados obtidos nem sempre são os pretendidos ou sequer os esperados, e que os sistemas são, por definição, refratários à mudança.

Os resultados de uma intervenção num sistema complexo como o sistema de saúde não são objetiváveis no imediato, independentemente de estarmos convictos que é possível continuar a racionalizar no futuro.

Neste âmbito, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista recorda que, entre 2010 e 2011, o Serviço Regional de Saúde poupou 24 milhões de euros.

Senhora Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo:

O Partido Socialista tem a responsabilidade política na concretização e consolidação do modelo do Serviço Regional de Saúde, para continuar a torná-lo o instrumento privilegiado da política social, e implementar medidas que melhorem a gestão e a racionalidade do setor.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera que o XI Governo Regional tem condições políticas e institucionais para poder propor e decidir reformas consensuais e duradouras.

O Serviço Regional de Saúde enfrenta, assim, muitos desafios, que carecem de um consenso alargado, responsável e comprometido de todos os partidos políticos, entidades e organizações representativas das várias classes profissionais, dos cidadãos e comunidades, em resposta ao desafio feito pelo Presidente do XI Governo Regional, que, como afirmou, e cito: **“É disso, também, que se trata quando se fala de defender a Autonomia.”**

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

(Pausa)

Deputado André Rodrigues (PS): Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhora e Senhores Membros do Governo:

O Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, que na nova orgânica do Governo Regional dos Açores, depende da Secretaria Regional da Saúde, tem como atribuições orientar, coordenar e fiscalizar na Região as atividades de Proteção Civil e dos Corpos de Bombeiros, bem como assegurar o funcionamento de um sistema de transporte de emergência médica.

O âmbito, princípios, e objetivos da proteção civil encontram-se devidamente definidos na Lei de Bases da Proteção Civil, onde se estabelece que esta é uma atividade desenvolvida pelo Estado, Regiões Autónomas, Autarquias, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas com a finalidade de prevenir os riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou

catástrofe, de atenuar os seus efeitos, proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram.

Com carácter permanente, multidisciplinar e plurisectorial, cabe a todos os órgãos e departamentos da Administração Pública promover as condições indispensáveis à sua execução, de forma descentralizada, sem prejuízo do apoio mútuo entre organismos e entidades.

O Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores assume particular importância na Região Autónoma dos Açores, que pela natureza das suas ilhas e localização no centro do Oceano Atlântico, apresenta condições muito favoráveis para que esta seja confrontada frequentemente com situações de perigo e de risco potencial, sendo elas decorrentes essencialmente de riscos naturais.

A geomorfologia das nossas ilhas, associada a grandes índices de precipitação, sejam elas intensas e em curto período de tempo, ou menos intensas mas prolongadas e constantes no tempo, eleva a condição da nossa região como uma das mais afetadas por ocorrências, como as enxurradas, derrocadas, deslizamento de taludes e vertentes, obstrução de aquedutos, provocando inúmeros prejuízos materiais e físicos, quer nas infraestruturas públicas, quer nas propriedades privadas e suas habitações.

Na semana passada assistimos infelizmente a mais ocorrências deste género, mas desta vez com perdas irreparáveis com o falecimento de três pessoas na freguesia do Faial da Terra. Permitam-me desta tribuna, e em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, enviar os nossos sentimentos às famílias que se encontram em luto, e a todos aqueles que hoje se veem privados da sua habitação e do conforto familiar.

Hoje, estamos mais atentos para os problemas que surgem nas nossas localidades, e temos consciência da necessidade de melhorar, adequar e compatibilizar os instrumentos de gestão territorial à nossa realidade de território propenso a situações de risco, com vista a minimizar o impacto da ação humana sobre o território e seus recursos naturais.

Hoje, estamos mais perto de atingir uma cultura de proteção civil, que decorre dos muitos anos de investimento na formação e informação da nossa população, com especial incidência sobre os nossos jovens que estão mais bem informados sobre a natureza e fins da proteção civil, sobre os riscos a que estão sujeitos em certas áreas do território e sobre as medidas adotadas e a adotar com vista a prevenir ou a minimizar os efeitos de acidente grave ou catástrofe.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Na reestruturação do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores deve-se assumir que muito se fez nas últimas décadas, mas que ainda há margem para progressão, correção e desenvolvimento de todo o sistema, nomeadamente na melhoria do relacionamento e no estabelecimento de procedimentos entre as entidades regionais e municipais, de modo a garantir uma intervenção mais articulada, coordenada e otimizada dos meios disponíveis e adequados para cada situação e em cada ilha através do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro.

Outro objetivo da referida reestruturação do Serviço é o alargamento do Projeto de Suporte Imediato de Vida às restantes 7 ilhas do Arquipélago de forma gradual e de acordo com suas necessidades, para o qual alerto que se tenha em consideração a realidade própria de cada ilha e suas características territoriais.

Na rede de Comunicações é fundamental a sua evolução para o Sistema Integrado de Redes de Emergência, de âmbito nacional e que pretende cobrir todo o seu território.

É uma rede adaptada às normas europeias de telecomunicações, que pretende garantir um sistema único de comunicações, baseado numa só infraestrutura de telecomunicações nacional, partilhado, que deve assegurar a satisfação das necessidades de comunicações das forças de segurança e emergência, e, em caso de emergência, permitir a centralização do comando e da coordenação.

Os planos de emergência devem ser adaptados à natureza dos perigos existentes e à escala do território ilha, devendo ultrapassar os limites administrativos do concelho, sendo devidamente enquadrados numa estratégia regional de

emergência e de proteção civil. Estes deverão ser monitorizados e avaliados de modo a que a sua aplicação possa ser um contributo para que sejam otimizados ao longo dos anos, permitindo, deste modo, melhorar a eficácia de todo o sistema.

O Serviço Regional de Proteção Civil propõe-se a aplicar uma política de manutenção e conservação das infraestruturas, viaturas e equipamentos existentes.

O Governo dos Açores tem de continuar a investir numa cultura de proteção civil dos Açorianos através da informação e formação de todos nós, cidadãos conscientes e solidários, das nossas famílias, das nossas empresas, dos estabelecimentos abertos ao público, das nossas escolas, dos órgãos de comunicação, das entidades da administração pública local e regional. Necessita, de igual modo, continuar o investimento na formação dos efetivos dos Corpos de Bombeiros através de formação específica no Centro de Formação do Serviço.

Hoje, gostava de enaltecer o trabalho de todos aqueles que de forma direta ou indireta intervêm no Sistema Regional de Proteção Civil, onde os nossos Bombeiros assumem um papel de destaque, intervindo em condições difíceis, sendo expostos a perigos e riscos de noite, de dia, na terra e no mar.

Assistimos na Região ao aumento da profissionalização dos nossos Bombeiros e a uma redução do voluntariado. Devemos analisar o porquê e tentar perceber como a profissionalização e voluntariado poderão coabitar de forma saudável nas nossas Associações, de modo a garantir o seu futuro e sustentabilidade.

Hoje, como no futuro, não podemos prometer e garantir que não corremos riscos nos Açores, mas podemos garantir que todo o investimento realizado e a realizar pelos Governos do Partido Socialista, e que se reflete no património, infraestruturas, viaturas, equipamentos ao dispor das nossas Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários e das nossas entidades da Administração Pública estarão sempre disponíveis e ativas a prevenir e a atenuar riscos, bem como a socorrer e a assistir os Açorianos e os Açores.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, passo a palavra ao Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura para uma intervenção.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente e restantes Membros do Governo, minhas senhoras e meus senhores: O Plano e Orçamento para os setores da Educação, Ciência, Cultura, Desporto e Juventude inscreve-se no registo geral da proposta de Plano e Orçamento para a Região apresentada pelo Governo e ora em discussão nesta Assembleia. É um Plano realista, responsável, contido e empenhado, e sistémico.

É *realista*, porque articula as disponibilidades financeiras com as necessidades reais: nada do que é necessário fazer deixará de ser feito.

É *responsável e contido*, porque não assume compromissos que teria dificuldade em concretizar, definindo, de entre as várias opções de investimento, aquelas que são prioritárias em matéria das necessidades de desenvolvimento e de justiça social.

É *empenhado*, porque passa a mensagem de que nem tudo se resolve numa perspetiva financeira nem atirando dinheiro para cima dos problemas, mas gerindo, politicamente e na base do bom senso, os meios que estão disponíveis – e isso faz-se com dedicação, com abertura ao diálogo, com a ida ao terreno, com o falar olhos-nos-olhos com as pessoas, lidando com os seus problemas mas também com as suas esperanças e com o seu juízo crítico.

E é *sistémico*, na medida em que olha para os assuntos de que se ocupa numa perspetiva global, no entendimento de que nada funciona ou deve funcionar isoladamente, mas sim de uma forma articulada e interdependente.

Começemos pela Educação:

Caminhamos, em 2013, para a fase de conclusão da rede escolar, encerrando obras de construção de novas escolas ou de remodelação e requalificação de escolas velhas, e preparando o lançamento das que faltam.

Neste capítulo, temos em obra as escolas das Velas (a terminar em 2014) e da Horta (concluindo-se, este ano, a 1.^a fase), a requalificação do Bloco Sul da Domingos Rebelo, do edifício para os 2.^o e 3.^o ciclos da escola de Rabo de Peixe, e a escola da Ponta da Ilha (Pico), que ficará concluída. Nos anos subsequentes desta legislatura, avançarão as obras da Gaspar Frutuoso (Ribeira Grande) e da Canto da Maia (Ponta Delgada) e avançaremos com os processos relativos à construção ou requalificação das escolas das Lajes (Pico), Calheta (S. Jorge), Nordeste, Santa Maria, Arrifes, Lagoa e Capelas.

Em matéria de Ação Social Escolar, prosseguiremos com os apoios previstos no atual quadro legislativo, relativamente ao qual, no entanto, traremos a esta Assembleia propostas de alteração no sentido de a melhorar, introduzindo mais rigor e justiça social.

No que diz respeito ao Ensino Profissional, consolidamos o nosso entendimento de que a Formação Profissional é Educação e que o ensino regular e o profissional funcionam em alternativa com a mesma dignidade, e não na perspetiva tradicional de subsidiariedade do segundo relativamente ao primeiro. Ao assumir a tutela pedagógica e a acreditação dos cursos e dos formadores, a SRECC procurará garantir a habilitação dos alunos para o mercado de trabalho, em articulação com outros departamentos do Governo.

Finalmente, procederemos a uma reorganização do modelo de formação de professores, que funcionará no quadro do projeto pedagógico e das disponibilidades de pessoal de cada escola, estando ainda em fase de discussão um conjunto de propostas de alteração legislativa à gestão das escolas – matérias que oportunamente serão trazidas a esta Assembleia. Estas alterações, previstas no Programa do Governo, têm por objetivo devolver os educadores e professores à sala de aula e ao trabalho com os alunos, libertando-os de tarefas burocráticas que, após uma ponderada avaliação da situação atual, provaram não serem úteis nem necessárias: uma parte dessas medidas já foram assumidas

através de Portaria já publicada e, conforme os casos, serão posteriormente introduzidas na legislação a submeter e esta Assembleia.

Prosseguiremos o trabalho direto, já iniciado, com as Unidades Orgânicas e com os professores, envolvendo-os no processo de tomada de decisão – quer através da audição do Conselho Regional do Sistema Educativo, quer dos instrumentos de discussão possibilitados pela *Internet*, quer reunindo com os responsáveis das Unidades Orgânicas e com os professores no local.

Cada vez mais, o nosso trabalho em matéria de Educação será orientado para o interior das escolas, para os alunos e para os professores na sua relação com eles, e para os conteúdos: afinal, responder à pergunta que se impõe: que escola é que queremos para as nossas crianças e jovens? Ou seja, retomar, no século XXI, um tema que já preocupava os grandes pensadores da Antiguidade: se Diógenes afirmava que “o fundamento de qualquer Estado é a educação da sua juventude”, já Cícero perguntava, tal como nós ainda hoje, “que maior ou melhor coisa poderemos oferecer à República, do que ensinar e instruir a juventude?”.

Pois bem: nessa matéria, a nossa Região pede meças ao restante do país: a educação pré-escolar – e porque, como diz o Povo, “é de pequenino que se torce o pepino” – abrange 90,1% do nosso universo desta faixa etária, enquanto no Continente essa taxa se fica pelos 87,2%, para uma média nacional de 87,4%.

Em termos de número de alunos por turma, enquanto nos Açores temos, para o 1.º ciclo do Básico, um máximo de 23 alunos, no Continente esse número sobe para os 26; e, para o 5.º ao 9.º ano, temos um máximo de 23 alunos, quando no Continente o mínimo são 26, até um máximo de 30. E em matéria de número de alunos por Unidade Orgânica, a nossa média anda pelos 1.000, e para baixo disso, enquanto no Continente existem muitos Agrupamentos com mais de 3.000 alunos.

E, convém salientar, entre nós, com os governos do PS, defendemos e exercemos a gestão democrática das escolas, com os CE eleitos por lista obrigatoriamente constituída por professores, com programa – ao contrário do

que se passa no Continente, onde se criou a figura, muito menos democrática, do Diretor, que faz lembrar os velhos tempos do Reitor.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Criada por vós!

O Orador: E, o que é muito importante em termos de investimento na Educação, a Região está neste momento a “gastar”, em média, mais 110,00 euros por aluno do que em Portugal Continental, o que, atendendo às nossas especificidades, é de realçar positivamente.

Passemos à Ciência:

Estamos neste momento a definir um programa político, a médio ou longo prazo, para a Região, no setor da Ciência, na sequência da alteração orgânica do Governo, que separou a Ciência da Tecnologia.

Nesse sentido, o Governo prevê e vai concretizar o apoio à produção de conhecimento científico, à formação de novos cientistas e investigadores e à divulgação do trabalho científico junto das escolas e da população em geral. Trata-se de um esforço considerável, que se pode traduzir, a título de exemplo, na diferença dos montantes mensais das bolsas atribuídas a doutorandos e a pós-doutorados pelo Fundo Regional da Ciência...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Depois corta-se!

O Orador: ... e pela Fundação para a Ciência e Tecnologia: enquanto na Região um bolseiro de doutoramento auferia 1.750,00 euros, os da FCT, no Continente, ficam-se pelos 1.495,00 euros, e um bolseiro de doutoramento recebe, por nós, 1.160,00 euros, enquanto os da FCT recebem 980,00 euros.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A educação é regional!

O Orador: O nosso objetivo prioritário para o setor e para o presente ano é a valorização das competências científicas com retorno para a Região, o equilíbrio entre os vários ramos do saber, valorizando as Humanidades, e a revisão dos regulamentos para a concessão futura de apoios e incentivos aos programas e projetos científicos considerados relevantes, sempre no sentido de valorizar a excelência, optando pela qualidade em vez da quantidade.

A relação da Região com a Universidade dos Açores é também matéria da nossa proposta de Plano e Orçamento, incentivando a tripolaridade real e

efetiva da instituição, e apoiando os seus docentes e formandos de alto nível que são quem, quase na totalidade, produz o conhecimento de que a Região tanto necessita para o seu desenvolvimento; é entendimento do Governo que não deve interferir na organização interna da Universidade, que integra o sistema nacional, esperando, no entanto, que esta possa encontrar um modelo de funcionamento que corresponda às necessidades e às características da Região.

Passemos à Cultura:

A Proposta de Plano prevê a continuação dos trabalhos, e conclusão de alguns, em equipamentos culturais – como a Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Essa é linda! Linda!

O Orador: ... o Arquipélago – Centro de Arte Contemporânea (Ribeira Grande), o Antigo Hospital da Boa Nova, integrado no Museu de Angra do Heroísmo, a recuperação do Convento de Santo André, sede do Museu Carlos Machado (Ponta Delgada), e o Auditório do Museu dos Baleeiros/Museu do Pico (Lajes do Pico).

Prevê ainda o apoio à recuperação de património cultural imóvel; a aquisição e restauro de bens móveis de valor cultural; a dinamização da atividade cultural com recurso, o máximo possível, aos criadores e artistas açorianos e aqui residentes, com especial relevo para os agentes jovens que, fruto do investimento dos governos anteriores, já abundam e com grande qualidade em várias das nossas ilhas.

Esta opção, que é política, produz importante retorno e mais-valias para a Região: incentiva-se e recolhe-se os resultados da massa crítica já instalada e que é necessário promover, valorizar e dignificar; e, não menos importante, promove-se a colocação, a favor da Região, das verbas assim investidas e das respetivas receitas fiscais.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Claro!

O Orador: As verbas alocadas ao apoio aos agentes culturais serão atribuídas ao abrigo da legislação e regulamentos em vigor. Nesta matéria, a Região foi pioneira a nível nacional, tendo legislação específica para o Património imóvel

e móvel (3 decretos legislativos), para o Património baleeiro (dois decretos legislativos), e para os Apoios a agentes culturais (um decreto legislativo) – ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Apoiado!

O Orador: ... este último sofrerá algumas alterações pontuais que estão a ser preparadas...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Dez decretos legislativos!

O Orador: ... no sentido de premiar e beneficiar a qualidade e a capacidade de inovação e de empreender – e desincentivar a subsidiopendência.

Passemos ao Desporto:

Na área do Desporto, temos um investimento da ordem dos 3,6 milhões de euros...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Menos 50%!

O Orador: ... em infraestruturas e equipamentos, de que salientarei a requalificação dos pavilhões polidesportivos da Achada (Nordeste), de Santo Espírito (Santa Maria) e do Corvo, e a construção do pavilhão desportivo de Santa Bárbara (Terceira).

Damos particular atenção aos parques desportivos de S. Miguel, Terceira e Faial, cujos equipamentos funcionam ou isoladamente ou em articulação com os equipamentos desportivos escolares (como é o caso dos complexos escolares das Laranjeiras, de Ponta Garça e de Água de Pau, em S. Miguel, da Vitorino Nemésio e da Tomaz de Borba, na Terceira, e da Manuel de Arriaga, no Faial), utilizando, por contratos-programa, as instalações desportivas escolares que não integram os parques desportivos.

Nas restantes ilhas, as instalações desportivas escolares são igualmente utilizadas pelos clubes e associações desportivas.

É muito claro o investimento que os governos do PS têm feito em matéria de instalações desportivas (campos, pavilhões, salas de desporto, piscinas e pistas de atletismo). Vejam só! Em 1996 tínhamos 427 destes equipamentos em toda a Região, hoje temos 858 – ou seja, temos agora o dobro das instalações desportivas que existiam no momento em que o PS assumiu o governo dos Açores.

Deputado Jorge Macedo (PSD): E no tempo dos Descobrimentos?

O Orador: Tal como acontece com a Cultura, os apoios concedidos pela área do Desporto estão rigorosamente regulamentados, não se justificando, para já, qualquer alteração. No caso das associações de modalidade, são realizadas, no início de cada ano, cimeiras entre a DRD e as Associações, aplicando-se de seguida o que está regulamentado.

Chamo ainda a atenção desta Assembleia para o investimento na formação e nas atividades das associações desportivas, que são controladas e fiscalizadas pela DRD, e na promoção da prática de atividade física desportiva.

Para que se possa ter uma ideia concreta e objetiva, se compararmos a realidade açoriana com a da Região Autónoma da Madeira (contando com a paridade da população e com a diversidade da condição de arquipélagos), enquanto na Madeira temos 16.194 atletas federados, nos Açores temos 23.283; e enquanto na Madeira existem 10.761 jovens inscritos nos escalões de formação, esse número sobe, nos Açores, para 17.439.

Isto chama-se saber governar!

Finalmente, entramos na Juventude:

Com um investimento da ordem dos 3,5 milhões de euros, é de salientar, neste setor, obras como a Pousada da Juventude de Santa Maria, e o Centro de Formação do Belo Jardim (Terceira), bem como os apoios ao associativismo juvenil e à ocupação de tempos livres dos jovens e campos de férias, onde se destaca a promoção de condições de férias a jovens institucionalizados. A política para este setor considera como relevantes a internacionalização dos jovens, a sua abertura ao mundo, e prevê uma articulação apertada com os outros setores da Secretaria que dirijo, designadamente com a Educação e o Desporto e, em larga medida, e tendo em conta o que mais atrás referia acerca da promoção das atividades culturais, com a Cultura. Tendo em conta as faixas etárias, está a ser incentivada uma interação das políticas de Juventude com as da Ciência que têm a ver com a formação dos jovens cientistas e investigadores. O investimento no associativismo jovem é uma das grandes preocupações do Governo para a área da Juventude: enquanto na Região o investimento médio

por associação juvenil é de 11.726,00 euros, que se mantém na presente proposta de Plano e Orçamento, no Continente é menos de metade: 5.172,00 euros.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Deixe o continente em paz! Fale dos Açores e das propostas para os Açores!

O Orador: A nossa Região é também a única do país com programas e medidas de apoio à mobilidade e intercâmbio dos jovens, de que destacarei o Programa Bento de Góis, o Cartão Interjovem e as Pousadas de Juventude que, ao contrário do que se passa no Continente, estão em franca expansão. Somos também pioneiros, desde 2011, na valorização e reconhecimento das competências...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor foi um dos grandes responsáveis pelas políticas do Continente!

O Orador: ... de educação não formal adquiridas pelos jovens através do associativismo juvenil e do voluntariado, e na valorização e reconhecimento da educação não formal, que, só em 2013, foram objeto de duas resoluções da Assembleia da República e que o governo central, do PSD/ CDS, ainda não concretizou.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E os manuais escolares?

O Orador: Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Este é, em suma, um Plano que se focaliza na transversalidade das políticas para os vários setores que tutelo, que aposta na formação e na qualificação e, naturalmente, dá prioridade às condições das infraestruturas necessárias para o desenvolvimento das atividades educativas, culturais desportivas e, mesmo, científicas, que têm maioritariamente como alvo o mesmo público: as crianças, os jovens e os jovens adultos.

Este é, pois, um Plano para o Futuro:

Com os pés bem assentes na terra da realidade, que é particularmente difícil dado o contexto nacional e internacional, e por isso é realista.

Equilibrado e rigoroso, e por isso é responsável e contido.

Preparado para governar em situação de crise e com as dificuldades daí advindas, e por isso é empenhado.

E concebido de modo a aproveitar todas as sinergias provindas dos vários setores a que se refere e para os quais provê as verbas necessárias, e por isso é sistémico.

Este é o Plano e Orçamento que aqui deixo para os setores por que sou responsável – e que as senhoras e senhores deputados, na medida em que, tal como o Governo, desejam o melhor para a nossa Região e para o nosso Povo, não deixarão de olhar com os olhos – ainda que críticos, mas saudavelmente críticos – de quem olha para além dos horizontes que delimitam seus os interesses privados e partidários.

O nosso horizonte, plasmado neste Plano e Orçamento, é aquele que nos oferecem os Açores, em toda a sua diversidade, em todos os seus problemas, mas, sobretudo, em todas as suas esperanças.

Bem hajam, Sras. e Srs. Deputados.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas duas notazinhas, duas questões que queria colocar ao Sr. Secretário Regional da Educação, uma vez que o meu tempo está quase a esgotar-se.

A primeira tem a ver com o seguinte. Analisando as propostas do Plano, verifica-se que apesar do processo ter sido iniciado em 2007 e de haver um projeto arquitetónico para a construção de uma nova escola dos Arrifes, ela não consta neste Plano.

A pergunta é: porquê e para quando é que acontecerá e se concretizará a construção de uma nova escola dos Arrifes?

A segunda questão, Sr. Secretário, tem a ver com o seguinte.

Eu fiquei muito expectante quando foi a apresentação do Programa do Governo relativamente àquilo que V. Excia. aqui anunciou, mas a verdade é que, passados alguns meses, estou a dar conta de que as expetativas que V. Excia. aqui deixou estão, na minha perspetiva, a sair defraudadas, uma vez que no que concerne, por exemplo, à formação de professores, para além da exígua verba que está no Plano, há aqui um outro aspeto que eu não posso deixar de referir e que tem a ver com o seguinte.

V. Excia., sem que tenha acontecido um processo de avaliação dos centros de formação da Associação de Escolas, e sabendo-se que está à discussão uma proposta de alteração relativamente à gestão e à autonomia das escolas, de uma forma, eu diria, discricionária, porque julgo que não tem nenhuma base para que isso tivesse acontecido, mandou suspender a atividade dos centros de formação de escolas, afastando, designadamente, os seus responsáveis, suspendendo os mandatos dos seus responsáveis.

E, portanto, Sr. Secretário, eu gostaria de saber com que base é que V. Excia. mandou suspender as atividades dos centros de formação, sabendo-se que esta região, como V. Excia. disse da tribuna, tem particularidades, desde logo, a nossa dispersão geográfica, unidades territoriais com a dimensão que conhecemos, designadamente ao nível demográfico, e as questões que isso pode colocar relativamente à oferta de formação para professores, oferta que se quer de qualidade.

Portanto, Sr. Secretário, gostaria que respondesse a estas duas questões.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, quando o ouvi falar e comparava com o continente, esperava que também tivesse comparado o exercício da sua função com quando

foi Presidente da Comissão Parlamentar de Educação. Teria coisas interessantes para comparar com os Açores!

Mas vamos a questões concretas, Sr. Secretário.

Ouvi o Sr. Secretário, atentamente, falar, num discorrer poético, sobre obras na sua intervenção.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Sobre obras não!

O Orador: Eu pergunto-lhe, Sr. Secretário, e medidas para matar a fome aos alunos? Quais são as medidas que o senhor tem para matar a fome aos alunos nas escolas dos Açores?

E pergunto-lhe mais, Sr. Secretário.

Quais são as medidas que o senhor tem para fazer face às despesas com o empréstimo – empréstimo – de manuais escolares, tendo em atenção, Sr. Secretário, que, em 2011, a Ação Social escolar tinha 11 milhões de euros, em 2012, 9 milhões e 600 mil e, em 2013, 8 milhões e 800 mil?

Eu quero saber como é que ainda não se pagaram despesas de transporte e de alimentação de 2012, num montante significativo? Como é que o Sr. Secretário vai pagar com esta verba minúscula, que é inversamente proporcional ao aumento do número de alunos com carências nas escolas e a passar fome nas escolas?

Deputado Francisco César (*PS*): Vindas do Governo da República! Era uma boa ideia!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares** (*BE*): Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Educação, algumas perguntas diretas, porque o tempo escasseia, e espero, sinceramente, que com elas possa corresponder ao seu conceito de “uma oposição saudavelmente crítica”.

Primeira questão. O Governo Regional, que o senhor integra, refere, reiteradamente e bem, a importância da inovação, do desenvolvimento, da

ciência, da tecnologia, da investigação como instrumentos fundamentais para a progressiva revolução do saber e do saber fazer na nossa região.

Primeira questão que lhe coloco. Uma das primeiras medidas que o Sr. Secretário Regional da Educação tomou foi exatamente pôr em causa e ameaçar a formação de quem nesta região trabalha para o saber e para o saber fazer (refiro-me, obviamente, aos bolseiros da Universidade dos Açores). Pergunto se não considera uma contradição, entre o discurso e a prática, estas duas situações?

Já agora, perguntar-lhe-ia também, na sequência da sua intervenção da tribuna, o que é que o Sr. Secretário Regional quer exatamente dizer quando faz uma referência ao valor das bolsas atribuídas pela República? É possível retirar das suas palavras a ilação de que o senhor pretende nivelar por baixo, ou seja, as nossas é que são altas e, portanto, há que pô-las baixas e igualá-las às da República. Peço-lhe que esclareça também esse aspeto.

Depois, outra contradição evidente que ainda se relaciona com as bolsas. A facilidade, a ligeireza com que o Governo Regional rasga contratos com os bolseiros não é compaginável com a...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Promessa eleitoral!

A Oradora: ... recusa em pôr em causa os contratos assinados ou com grupos económicos ou com a banca.

Faço novamente, uma pergunta: não acha que isto é contraditório com a ação de um Governo Regional apoiado pelo Partido Socialista?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Promessa eleitoral!

A Oradora: Outra contradição. A manutenção, nesta região, de centenas de professores que contribuem empenhadamente para o nosso sistema educativo regional, ao longo de 5, 10, 15 e mais anos, e continuam contratados (quer isto dizer, precários). Sr. Secretário, entende que um governo, ainda por cima apoiado por um Partido Socialista, está no bom caminho quando dá este exemplo de desrespeito por quem trabalha e, sobretudo, este exemplo de manutenção da precariedade laboral quando, pelo contrário, devia dar um

exemplo muito claro a todos os agentes económicos de que combate a precariedade e de que trata com decência aqueles que para si trabalham?

Outra questão. A eventual alteração dos escalões da Ação Social Escolar, que tem vindo a lume numa ou noutra entrevista que o Sr. Secretário tem dado, levanta-me uma pergunta que também gostaria de esclarecer. O Sr. Secretário quando se refere à Ação Social Escolar e à eventual alteração dos escalões faz sempre a referência a que 60% dos nossos alunos usufruem desses apoios. A minha pergunta é: esta alteração pretende o quê? Diminuir o número de alunos que têm acesso a estes apoios porque eles são demasiados ou, pelo contrário, abrir estes apoios e proporcioná-los às crianças que precisam e aos jovens que dele necessitam para alcançar a sua formação, independentemente de serem 60 ou 70%, porque aí as questões estarão noutra local para serem resolvidas?

Mais uma vez, há pouco tempo, o Sr. Secretário Regional disse, em resposta a uma proposta do Bloco de Esquerda, apresentada com carácter de urgência, que nas nossas escolas, nas escolas da nossa região, as crianças e os jovens não tinham fome.

A pergunta que lhe coloco é se hoje, aqui, agora, o Sr. Secretário Regional é capaz de fazer a mesma afirmação e se tem a certeza daquilo que está a dizer?

Finalmente, quando é que acaba com o Estatuto do Aluno, que contém cláusulas que, do nosso ponto de vista, são de reacionarismo gritante (e estou a ser simpática na adjectivação, estou a ser “saudavelmente crítica”)? E nem vale a pena referir as coimas aos encarregados de educação, os castigos aos alunos negligenciados, que são um duplo castigo.

Portanto, finalmente, e dando resposta à questão com que o Sr. Secretário terminou a sua intervenção, para nós, Bloco de Esquerda, as nossas crianças e os nossos jovens merecem uma escola e um sistema educativo regional em que todas estas questões, entre muitas outras, mas estas que lhe levantei, sejam definitiva e rapidamente resolvidas.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Cultura (e não tenho dúvida de que estamos todos de acordo) é um bem inestimável. É um legado do passado, uma força propulsora no presente e um testemunho para o futuro.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quando a barriguinha está cheia!

A Oradora: É com satisfação, pois, que constatamos nos documentos aqui em análise que os tópicos diretamente relacionados com a Cultura – e digo “diretamente” porque a Cultura é transversal a todas os parágrafos que redigem as nossas vidas – mantêm, apesar dos constrangimentos conjunturais que bem conhecemos, valores animadores, que permitirão aos Açores continuar a traçar um caminho cultural de valorização do seu património e de expansão do seu potencial criativo.

Aliás, regista-se mesmo um acréscimo significativo ao nível da “Defesa e Valorização do Património Arquitetónico e Cultural”, o que comprova a intenção concreta do Governo Regional de concluir compromissos assumidos, neste caso obras de grande dimensão, ou de encontrar soluções equilibradas conducentes à desejada conclusão, que constituirão equipamentos valiosos para usufruto dos cidadãos e para a valorização da herança dos que nos precederam.

E foi com igual satisfação que ficamos a conhecer a aposta na – chamemos-lhe – “prata da casa”. Ou, se me permitem, no “ouro da casa”, porque de ouro é, desde há muito na nossa História, o que nestas nove ilhas se produz em matéria cultural.

Ora, rever os sistemas de apoio, como tem sido anunciado, é apostar no incentivo criterioso aos criadores açorianos. Mas é também apostar no desenvolvimento sustentável, é apostar no emprego, é apostar na qualidade da nossa produção, é apostar nos Açores e acreditar nos Açores!

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

A Oradora: E esta aposta significa valorizar igualmente, para além dos criadores atuais, os vultos da nossa Cultura, aqueles cujos nomes inscreveram os Açores na paisagem cultural do país e do mundo. É o caso óbvio, entre tantos

outros, de Natália Correia. Comemorámos em 2013 o 90º aniversário do seu nascimento e o 20º da sua morte. Este será, como tema cultural central, o seu ano, de acordo com o que tem vindo a ser divulgado. Que melhor homenagem, pois, do que lembrar, com arte e alegria, aquela que fez cantar José Mário Branco – na incontornável “Queixa das Almas Jovens Censuradas” – e todo um povo, o Nosso Povo, com o Hino dos Açores? E que, na sua poética de apelo ao arrojo e à ousadia, nos diz, tão acertadamente, que, e cito, “O poema é o que no homem / para lá do homem se atreve”.

É precisamente nesta sequência, Sr. Secretário, que gostaria de lhe colocar uma questão: como pretende que se concretize, ou como imagina o Sr. Secretário que venha a desenhar-se, a interação entre os criadores das várias áreas e este tema de fundo – Natália Correia –, para que nunca seja sentido como um tema constritivo, mas sim como o cenário global, umas vezes mais óbvio, outras mais sussurrado, da nossa produção cultural, respeitando a especificidade e a liberdade do ato criativo?

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

(*) **Deputado Costa Pereira (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, o senhor fez questão, na sua apresentação do Plano para 2013, de fazer uma referência especial à importância do apoio à tripolaridade da Universidade dos Açores, que é um objetivo político que nós comungamos e achamos importante.

Agora, a questão que eu gostava de colocar é simplesmente a seguinte: acha compatível e coerente a referência especial que fez a esse apoio com a sua proposta que está inserta no Plano e Orçamento que estamos a debater, em que reduz 50% das verbas previstas para o apoio à tripolaridade da Universidade dos Açores?

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu julgo que é importante nestes debates que nós sejamos, como aqui já ouvi ontem e hoje, sérios na abordagem que aqui é feita.

Eu não podia deixar de intervir, porque nas intervenções que me antecederam houve um certo baralhar das cartas e dá-las todas juntas, nomeadamente a começar pelo Sr. Deputado Artur Lima, que veio, já ontem e hoje, aqui, falar da questão da fome.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O *Açoriano Oriental* também!

A Oradora: É muito fácil usar fenómenos de privação, nomeadamente o da fome, que a sociedade passa, para vir aqui fazer com isso bandeiras que sejam facilmente vistas e apreendidas em casa, sendo posto para termos a forma de as mudar de facto.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O melhor é não falar nisso!

A Oradora: O Sr. Deputado foi o proponente de uma proposta de empréstimo de manuais escolares a adquirir pelo Governo e a distribuir a todos – a todos – os alunos do Sistema Educativo Regional, independentemente da sua condição socioeconómica.

Eu perguntava-lhe se, dado o agravamento da situação em que vivemos, não é também o Sr. Deputado de acordo que...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Perante a situação!

A Oradora: ... nós possamos rever...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Então há fome!

A Oradora: ... alguns desses critérios para que, com isso, possamos acudir à fome das crianças, como o senhor diz?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então há agravamento da situação?!

A Oradora: Não! Eu estou a perguntar-lhe, estou a devolver-lhe a questão. Eu estou a devolver-lhe a questão! A questão de pormos as cartas claras e saber.

O Sr. Deputado é que falou num e no outro e eu pergunto se o senhor, que tem a tendência, e já ontem reiterou...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é tendência, é a realidade!

A Oradora: ... (e o Sr. Deputado Paulo Estêvão também falou nisso), de trazer isso aqui, está na disposição, tendo sido o proponente da medida que está em rigor, de fazer ajustes? É esta a questão que lhe deixo.

Deputado Berto Messias (PS): Muito pertinente esta questão!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores não são sérios!

A Oradora: A Sr. Deputada Zuraída Soares vem aqui com os assuntos do momento, com os assuntos mediáticos do momento.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores não são sérios!

A Oradora: A questão da bolsa...

O senhor ontem disse que os apartes eram regimentais, mas que o barulho incomodava, Sr. Deputado Artur Lima.

Presidente: Sra. Deputada, faça favor de continuar.

A Oradora: Eu estava a parafrasear o Sr. Deputado Artur Lima.

Dizer ainda que a Sra. Deputada Zuraída Soares apelou aos temas do Sr. Secretário da Educação, Ciência e Cultura, que estão mediaticamente na ordem do dia.

Falou nas bolsas, que eu julgo que é uma questão que já foi esclarecida em comissão. É uma questão que, a rever, terá de se rever os contratos a implementar. Eu acho que isso já estava mais do que esclarecido, esta questão estava,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mentiram!

A Oradora: ... e dizer que se ameaça e que se quer cortar o trabalho dos que aqui produzem conhecimento, eu julgo que é um exagero, é surfar uma onda demasiado grande.

De facto, a senhora baralhou ainda mais as coisas quando trouxe para aqui as alterações legislativas, que é um compromisso, e é essa a questão que eu deixo

nesta minha intervenção ao Sr. Secretário, se não é já, de facto, um compromisso reiterado de que as alterações legislativas de que a Sra. Deputada falou, nomeadamente o Estatuto do Aluno, os escalões da Ação Social Escolar não vêm aqui, a seu devido tempo, e num Plenário próprio, que não este, que tem características específicas de Plano e Orçamento e Orientações a Médio Prazo?

Obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Marta Couto.

(*) **Deputada Marta Couto (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, boa tarde a todos.

É com grande prazer que esta bancada volta a debater a juventude. É sempre um tema que nos é muito caro, e nesta senda, antes de mais, eu gostaria de dar os parabéns ao Sr. Secretário pela sua intervenção, a qual se revelou bastante clara e, como bem disse, de pés bem assentes na terra.

Não podemos deixar de reconhecer, efetivamente, que, derivado da análise dos documentos que nos encontramos a debater, podemos verificar que há, de facto, uma redução significativa nas verbas atribuídas à juventude. Não obstante, elas estão previstas. Continua esse respeito do Governo Regional pelas previsões respeitantes à juventude.

Gostaria, no entanto, que me esclarecesse e esclarecesse esta Câmara sobre qual foi a ponderação subjacente que foi feita nesta área, ou seja, quais foram os objetivos concretos a que se propôs a Secretaria que V. Excia. tutela para a juventude? Quando se calculou, efetivamente, os montantes atribuídos a cada verba?

Pretende-se, também, um melhor esclarecimento sobre qual a linha orientadora em que se baseou o Governo quando definiu as verbas atribuídas à juventude.

Muito obrigada.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Sra. Deputada, eu não percebi! Qual é a questão?

A Oradora: A última? Qual a linha orientadora...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Isso já estava encenado antes de vir para aqui!

(Risos das bancadas)

Deputado José Ávila (PS): É assim que vocês fazem aí?

Deputado Berto Messias (PS): O senhor não acerta uma! Parece o Ministro Vítor Gaspar!

A Oradora: Oh, Sr. Deputado, se o senhor se ri disso, está à vontade, agora não venha dizer aos outros como trabalhar!

Sr. Secretário, qual a linha orientadora que seguiu este Governo na atribuição das verbas à juventude?

Deputado António Marinho (PSD): São de muito pouco diálogo, esse Grupo Parlamentar e o Governo!

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Zuraída Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para fazer um registo nesta Câmara.

Uma maioria absoluta, como é o caso do Partido Socialista nesta Assembleia, tem o poder de aprovar ou não aprovar qualquer proposta e qualquer medida dos outros partidos. Há uma coisa que nenhuma maioria absoluta tem o poder: de decidir o que é que os outros partidos perguntam, propõem, questionam ou criticam.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Vai cantar a Grândola a seguir!

A Oradora: Ainda não chegámos aí, enquanto as regras da democracia forem aquelas que são.

(Aplausos do Deputado Paulo Estêvão)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

A Oradora: E, finalmente, o facto de haver questões mediáticas, Sras. e Srs. Deputados, quer apenas dizer uma coisa, é que são questões importantes, são questões que preocupam as pessoas, são questões que são transversais à sociedade e os partidos não existem longe nem acima da sociedade, estão lá dentro, estão com as pessoas, estão atentos a esses problemas e que haja uma opinião pública, e que haja uma comunicação social que dá voz e que alumia essas questões que preocupam as pessoas, honra a comunicação social e honra os partidos que também dão voz a essas questões.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Deputado Berto Messias (PS): Não me diga que vai cantar a Grândola!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Bem que os senhores mereciam!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Cantamos melhor do que vocês!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Neste momento não tenho mais inscrições. Não sei se o Sr. Secretário Regional quer usar da palavra?

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires, a escola dos Arrifes é, de facto, uma prioridade, é um compromisso. Houve alguns problemas com o projeto, foi necessário rever o projeto. Está previsto o avanço da obra para 2015, ou seja, nesta legislatura.

O Sr. Deputado não é arquiteto, nem eu, mas provavelmente saberá que, às vezes, os projetos de estruturas desta natureza causam alguns problemas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O projeto já é antigo, Sr. Secretário!

O Orador: Lamento que tenha sido essa a única pergunta a fazer-me.

Relativamente aos centros de formação nas escolas, estes acabam porque, como tal, eram uma espécie de quistos dentro da escola.

Os formadores continuam nas escolas, os professores continuam a ter necessidade de formação, mas os professores terão oportunidade de, de acordo com as suas necessidades e de acordo com os projetos pedagógicos da escola, fazerem ações de formação no interior ou no exterior da escola.

Poderemos, por exemplo, pensar em situações em que um professor até possa, dando lugar a outro, sair por uns tempos da escola para adquirir formação a sério e voltar à escola e trazer essa mais-valia.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade!

O Orador: Aqueles tempos de formação tipo tapete de arraiolos ou croché não fazem sentido na formação de professores, muitos desses, felizmente (não era a generalidade), muita da formação que se fazia andava (e estou, obviamente a usar uma metáfora) por aí.

Portanto, as escolas darão aos seus professores a formação que será necessária, de acordo com o seu contexto, com os meios humanos que têm, com as suas necessidades e com o seu contexto social. Os formadores que lá estão continuam a exercer a sua função. Não há é necessidade de estarmos a criar ou a manter estruturas que se revelam inúteis quando deve ser o próprio sistema, o próprio projeto pedagógico da escola a desenvolver.

Relativamente às suas perguntas, acho que já respondi tudo.

Sr. Deputado Artur Lima, não me falou na Biblioteca de Angra, lamento muito,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Fiz-lhe um requerimento e o senhor ainda não me respondeu!

O Orador: ... mas resolveu falar em matar a fome às crianças e, como já tem vindo a acontecer nos últimos dias, nos manuais escolares.

Sr. Deputado, no ano em curso, já se gastou perto de 1 milhão de euros (no ano letivo atual, mas que teve início no ano anterior), 943 mil euros inscritos na Ação Social Escolar, exatamente com os manuais escolares.

Eu depois posso-lhe dar números concretos,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Agradeço que mos dê!

O Orador: ... mas é necessário...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso não é verdade!

O Orador: É verdade. Eu tenho aqui os quadros.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Fico à espera!

O Orador: Poderei mostrar a V. Excia., se tiver a capacidade e o bom gosto de os ler.

Portanto, os empréstimos estão garantidos por lei, poderemos é vir a reconsiderar a lei, a legislação que está por baixo desta atividade social, mas estamos a cumprir de acordo com as necessidades.

Qualquer criança e jovem do nosso sistema que pretendam ter acesso a manuais escolares têm automaticamente acesso a eles.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então responda à Sra. Deputada!

O Orador: É uma despesa difícil de calcular, exatamente porque não sabemos quais aqueles que, em cada ano, os solicitam.

Como é que vamos pagar? Vamos pagar. Essa verba está considerada na Ação Social Escolar.

Sra. Deputada Zuraída Soares, gostei muito da sua intervenção e gostei muito porque a Sra. Deputada foi, como eu tinha pedido, saudavelmente crítica. E porquê? Começou por falar na investigação científica e nos cientistas e começou pelo ponto mais importante, quanto a mim, com alguma ironia para o nosso sistema, que é o pagamento das bolsas de doutoramento e de pós-doutoramento.

Sra. Deputada, eu falei naqueles números não para nivelar por baixo, eu falei naqueles números para mostrar que nos Açores nós investimos muito mais em cada bolseiro do que o Governo Central.

As bolsas não vão ter qualquer mexida.

E já que falou nas propinas, os contratos que existem assinados entre os bolseiros e o Fundo Regional da Ciência não referem propinas. Foi um benefício que estava previsto como uma possibilidade no regulamento, mas

aquilo que impõe, aquilo que define o contrato é o conteúdo do contrato. Aí não estão incluídas as propinas.

Mas, Sra. Deputada, uma vez que existem vários regulamentos, ou seja, há alunos, há bolseiros que estão ao abrigo de um regulamento que permite que haja essa possibilidade de pagar as propinas e outro regulamento que diz que se paga as propinas, embora nos contratos realmente assinados isso não conste.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah!

O Orador: Mas uma vez que se levantou essa dúvida e uma vez que há bolseiros nas duas situações, então nós decidimos, este ano, até ao fim do contrato em vigor (e como sabe os contratos são anuais, renováveis, mas anuais, portanto, ao fim de um ano podem ser alterados), que vamos pagar as propinas àqueles que estão em curso neste momento, no ano em curso. Os bolseiros já foram informados, por carta pessoal, minha, dessa situação e muito em breve vai sair um regulamento novo que vai definir muito claramente quais são as responsabilidades da região nesse processo.

Gostaria também de salientar que os bolseiros são, provavelmente, o único grupo social que não teve qualquer, perante a crise que se vive por todo o lado, quebra de poder de compra, porque as bolsas continuavam e continuam.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Os bolseiros e os banqueiros!

O Orador: Eu digo no que diz respeito às bolsas, ao pagamento das bolsas. Não houve nenhum corte.

Aquilo que eu pedi, apelando ao bom senso dos bolseiros, é que faria muito bem que contribuíssem, com a sua taxa de esforço, para a sua própria formação, pagar as suas propinas. Eles não puseram em causa o princípio da propina. O que considero é que devem ser os outros, incluindo aqueles que podem pagar o acesso dos seus filhos à universidade, que paguem as bolsas deles.

Eu gostava, Sras. e Srs. Deputados, que pensassem honestamente nesta situação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Deviam ter pensado nisso na campanha eleitoral!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Foram promessas feitas pelo Partido Socialista!

O Orador: Relativamente aos contratos, estes continuam tal como foram assinados.

Relativamente aos professores contratados, e passando à outra situação, vamos manter exatamente a mesma situação, ou seja, o nosso sistema está satisfeito no que diz respeito ao preenchimento das vagas dos quadros. Temos capitações, quadros bastante mais alargados do que no resto do país, tendo em conta as nossas condições, sobretudo de algumas escolas, em que tem de haver, forçosamente, turmas mais pequenas por razões demográficas. Todas essas situações se mantêm. Agora, nós vamos manter o sistema como no ano anterior e os concursos e os contratos são feitos de acordo com as necessidades. Não vamos andar a contratar professores que não são necessários. Portanto, aqueles que forem necessários, ponto a ponto, serão contratados.

Deputada Zuraída Soares (BE): Ao fim de 10 anos de contrato são necessários!

O Orador: Relativamente aos escalões, à alteração dos escalões da Ação Social Escolar, é uma matéria que está a ser estudada. Essa matéria, tal como o Estatuto do Aluno que referiu, é matéria de decreto-legislativo que está, neste momento, em discussão. Aqueles que implicam (alguns deles implicam, como é o caso da avaliação da carreira docente) negociação com os sindicatos, tudo isso será feito. Os partidos políticos, todos os nossos parceiros serão ouvidos. Há um *site*, um portal, o Portal da Educação, que tem um local exatamente para as pessoas entrarem em diálogo e apresentarem as suas discussões e, a partir daí, apresentaremos a esta Casa uma proposta, que será a proposta do Governo, da alteração desses decretos, e a Sra. Deputada, nessa altura, fará todo o exercício do seu poder de deputada, discutindo e apresentando propostas de alteração.

Portanto, não está nada decidido, está tudo em discussão. Como eu disse ali da tribuna, nós ouvimos as pessoas. Estamos a ouvi-las, estamos a recolher elementos, damos ideias para recebermos retorno. Depois, aqui traremos, como deve ser, o resultado.

Relativamente à fome nas escolas.

Sra. Deputada, nas nossas escolas não há qualquer criança a passar fome.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Outro dia desfaleceu um na escola!

O Orador: As crianças, de acordo com as informações que eu tenho, nas escolas, têm alimentação.

Prove-me, então,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Jornal *Açoriano Oriental*. Foram os jornalistas que denunciaram!

O Orador: ... nesse caso.

Srs. Deputados, se não concordam, apresentem-me aqui...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): São os jornais, a comunicação social! São os jornalistas!

O Orador: ... nomes...

Deputados Artur Lima (CDS-PP) e João Bruto da Costa (PSD): Nomes? Nomes?

O Orador: ... de escolas, nomes e situações de crianças que estejam a passar fome.

Não, não! O Sr. Deputado levanta as questões porque o Sr. Deputado gosta de fazer aqui o seu brilhantismo político utilizando a desgraça dos outros. Então, prove-me aqui, apresente a esta Casa...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Faça uma ronda pelas comissões de menores e verá!

O Orador: ... nomes de crianças que estão a passar fome e depois aí eu responderei.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nomes? Isso era o que o senhor queria! Isso era no tempo da PIDE, no tempo do fascismo! Nomes? Vivemos em democracia!

O Orador: Só respondo perante esses factos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nomes? Nomes? Era no tempo da PIDE!

O Orador: Sr. Deputado, assumo as suas acusações e diga aqui quais as escolas onde isso acontece e o nome dos alunos que passam fome e, depois, então aí, nesse caso,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vivemos em democracia!

O Orador: ... se conseguir provar, serão resolvidos imediatamente.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Sr. Secretário faça um processo-crime contra o *Açoriano Oriental*!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está aqui!

O Orador: Agora, não seja demagógico, usando a desgraça dos outros para fazer aqui o seu brilhantismo político.

Isso não é um documento! Apresente-me dados concretos!

O jornal tem aí, eventualmente, aquilo que lá puseram. Agora, eu quero é que me apresente nomes.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Se é falso, o senhor processe o jornal *Açoriano Oriental*!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É seu dever ir às escolas investigar!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Faça uma ronda pelas comissões de proteção de menores e verá!

Presidente: Srs. Deputados, o Sr. Secretário está no uso da palavra.

O Orador: Então, que me apresentem aqui, já que são porta-vozes, o nome das escolas, o nome das crianças que estão a passar fome e aí, então, agirei de acordo com a necessidade.

Sra. Deputada Renata Botelho, o tema Natália Correia apareceu como?

Foi entendimento da Direção Regional da Cultura, com a minha anuência, para aproveitar sinergias culturais que temos, a criatividade que temos na região, atribuir, em cada ano, o nome de uma figura da cultura açoriana que servirá não de tema mas de motivo para a programação cultural.

Natália Correia nasceu em S. Miguel há noventa anos. Este ano, também, completam-se os trinta anos da sua morte. Foi a personalidade escolhida para este ano.

A atividade cultural não vai ser Natália Correia, vai ser tendo Natália Correia como motivo. Os músicos poderão usar as referências que Natália Correia faz à música para preparar os seus concertos, os escritores, o teatro. Toda a gente pode utilizar Natália Correia como o motivo para a sua criatividade. Portanto, isso não limita, não reduz, apenas abre a possibilidade.

Eu gostaria de responder com mais calma, mas, de facto, as perguntas foram muitas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ainda vai responder a mais!

O Orador: Sr. Deputado Costa Pereira, a tripolaridade da universidade não se define apenas atirando dinheiro para cima da universidade, “toma lá dinheiro para teres três polos!”.

Está no nosso programa político apoiar a universidade em determinadas condições que são definidas através de convénio.

Ora bem, a melhor maneira de aproveitar, de apoiar a tripolaridade da universidade é criar condições para que cada um desses polos da universidade possa funcionar e possa produzir o conhecimento de que a região necessita. Portanto, não é só a atirar mais dinheiro que se resolve esse problema.

Relativamente à Sra. Deputada Marta Couto. Quais são os critérios que estão por de trás da atribuição das verbas à juventude? Bom, são os critérios que têm por objetivo criar abertura de horizontes para os jovens. São aqueles critérios que eu enunciei na minha intervenção.

Sra. Presidente, eu gostaria muito de satisfazer mais dúvidas dos Srs. Deputados, mas o tempo não o permite.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor tem tempo que nunca mais acaba!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nos Açores, felizmente, o aluno é e continua a ser o centro do ensino, sendo a sua educação o objetivo prioritário na nossa região.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: No contexto de ação escolar, agrada-nos a preocupação do Governo na manutenção dos apoios e de os melhorar, tendo sempre presente os alunos e o seu superior interesse.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sim, sim! Os alunos e o seu superior interesse!

O Orador: O objetivo de habilitar os alunos para o mercado de trabalho, assumindo, e muito bem, o ensino profissional e o regular com a mesma dignidade, articulando a sua área de abrangência a outros departamentos do Governo, é, sem dúvida, uma lógica de progresso e de desenvolvimento na nossa região.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Qual mercado de trabalho?

O Orador: Ao longo dos anos, o parque escolar, incluindo também o parque desportivo, foi melhorado consideravelmente, estando já numa fase de conclusão, com obras a decorrer e outras em projeto para avançar nesta legislatura.

Sendo assim, Sr. Secretário, gostaria de lhe colocar uma questão, que tem a ver com a segunda fase da EBI da Horta (sendo que a primeira fase está em fase de conclusão): nesta legislatura, irá avançar a segunda fase da EBI da Horta?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, o seu dever perante uma notícia destas, que o senhor diz que foi uma encomenda, é bom que diga de quem foi a encomenda, que foi o que o senhor disse, que um jornal faz uma notícia que foi uma encomenda.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Eu não falei em encomenda, o senhor é que falou!

O Orador: Eu vou ler-lhe o que aqui diz, Sr. Secretário.

“Para cada vez mais crianças, são as refeições que voluntários e instituições levam a casa”. Voluntários e instituições! Há fome, Sr. Secretário! Agora, se o senhor julga que eu, no exercício das minhas funções, serei um delator a identificar, caso a caso, quem passa fome, não, Sr. Secretário! Esse período já passou e o senhor parece querer ressuscitá-lo.

Esses tempos eram antes de 1974, Sr. Secretário!

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Oh, Sr. Deputado, tome tino!

O Orador: Eu não sou delator, nem nenhum de nós aqui é.

A sua obrigação é mandar as assistentes sociais, o senhor, irem às escolas identificar se há ou não e se isto corresponde à verdade, e se as denúncias que nos chegam são ou não verdadeiras. Essa é que é a sua obrigação, Sr. Secretário, estrita obrigação. A nossa é trazê-lo ao seu conhecimento, como a comunicação social também traz. A sua, tomar medidas e dizer e provar que isto afinal não existe. Compete-lhe a si, Sr. Secretário.

Deputado Francisco César (PS): O senhor é que tem que provar!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Agora, Sr. Secretário, uma coisa.

Eu ouvi-o falar que tínhamos boas escolas, menos alunos por turma, muito material didático, boa formação de professores, um sistema de ensino excelente, muito bom, com todas as condições.

Sr. Secretário, eu gostava só de lhe perguntar como é que compagina o que o senhor ali disse com isto? “Relatório dos testes intermédios de 2012”. Geografia do 3º ciclo: último lugar, nos Açores; língua portuguesa: Açores, último lugar; matemática, 3º ciclo: Açores, último lugar; Açores, último lugar, outra vez, em língua portuguesa e matemática, 9º ano de escolaridade. Último lugar! Filosofia, ensino secundário: último lugar; português, ensino secundário: último lugar; ciências: último lugar; ciências naturais: último lugar.

Oh, Sr. Secretário, que sucesso educativo é este? Quem o ouviu falar, e não era dos Açores e ouvia só o seu discurso, dizia: “Não! Aquilo é uma região de elevado sucesso escolar”. Pois, “não bate a bota com a perdigota” e, afinal de

contas, somos a região com maior insucesso escolar do país, para comparar com trinta regiões do continente. Somos a pior, Sr. Secretário!

“Não bate a bota com a perdigota” e o senhor acabou de passar um atestado de políticas erradas que os governos do Partido Socialista andaram aqui a fazer durante estes anos todos.

Muito obrigado.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É uma pena que falte alguém na sala!

Deputado Francisco César (PS): Falta a PIDE!

Deputado Luís Garcia (PSD): É verdade! Falta alguém na sala!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas entro neste debate com o objetivo claro de esclarecer o seguinte, com serenidade e pondo a razão acima da emoção.

Ontem, no decurso do debate sobre solidariedade social, o Sr. Deputado Paulo Estêvão, dirigindo-se à Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social, afirmou, e cito: “As nossas crianças têm os piores resultados escolares do país, atrás, até, da Madeira, por chegarem de barriga vazia às escolas”.

No decurso do debate legítimo e livre, e em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, entre outras afirmações, disse, e assumo, e cito: “Também acreditamos, Sr. Deputado, que não seja pela barriga vazia que possa haver ou não insucesso escolar”.

Para que não fiquem dúvidas nem mais bocas abertas e, sobretudo, para dar algum descanso àqueles que, no desempenho da sua cidadania ativa, mas, por vezes, também irresponsável, quero dizer e reafirmar ao Sr. Deputado Paulo Estêvão que não lhe reconheço capacidade para me considerar insensível à pobreza nem à fome.

Deputados Berto Messias e José Ávila (PS) e Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: Quero também dizer, e continuar a reafirmar, que, pela minha profissão, sei muito bem quais são as consequências que a fome e a pobreza implicam no desenvolvimento das crianças, sob o ponto de vista físico, sob o ponto de vista intelectual, sob o ponto de vista de rendimento das suas capacidades formativas e intelectuais. E, portanto, volto a afirmar que, apenas e só, o que quis dizer foi que não era exclusivamente por barriga vazia que ou faltam à escola ou têm pouco aproveitamento. Há outras razões. Não é só exclusivamente por razões de fome ou de pobreza.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e de alguns Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Defesa da honra.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Defesa da honra?!

(Risos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sim, sim!

Presidente: Srs. Deputados, Srs. Deputados!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sim! Ou para um protesto.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Mas afinal é uma defesa da honra ou um protesto?

Deputado Domingos Cunha (PS): Onde está a sua honra? Age como papagaios!

Deputada Berta Cabral (PSD): Agora tem motivos para um protesto!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para um protesto. Nem sequer estava a participar!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, eu agradeço que, quando a Presidente usa da palavra, me ouvirem, senão não é possível conduzir os trabalhos em condições.

Nós percebemos que os apartes são regimentais, mas eles, de facto, não podem interferir diretamente com o decorrer dos trabalhos.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, queria pedir a palavra para defesa da honra. Entendo que não houve nenhuma expressão ofensiva da honra.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Já houve! Já tem um motivo!

Presidente: O Sr. Deputado quer fazer um protesto?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, eu não estava a participar neste debate. O meu nome foi referenciado, em relação a esta questão, de uma forma ofensiva e, portanto, quero realizar um protesto, se me for democraticamente permitido, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Domingos Cunha, eu quero relembrar em que circunstâncias é que o Sr. Deputado acaba de produzir esta afirmação.

Eu não participo há horas no debate, a sua intervenção em relação à minha intervenção de ontem é completamente extemporânea e o senhor ficou com um problema mal resolvido.

Deputado Domingos Cunha (PS): Não fiquei! Ficou muito bem resolvido!

O Orador: Aquilo que o Sr. Deputado disse ontem chocou profundamente a sociedade açoriana.

Existe um grande número de referências que são feitas àquela que é a sua apreciação e a sua apreciação chocou as pessoas, porque as pessoas sabem que existe fome e que as nossas crianças estão a passar fome,...

Deputado Berto Messias (PS): O senhor é que insiste em descontextualizar!

O Orador: ... e que essa questão, e uma criança que vai com fome, que vai com a barriga vazia...

Deputado Domingos Cunha (PS): Ninguém disse o contrário!

O Orador: ... para a escola, vê o seu resultado escolar afetado.

A sua profissão é médico, a minha é professor. Eu trabalho, trabalhei diariamente com as crianças e eu sei que uma criança que não é devidamente alimentada, evidentemente, vê os seus resultados escolares afetados.

Deputado Domingos Cunha (PS): O senhor está a dar-me uma lição?

O Orador: Sr. Deputado, o que o senhor devia ter dito aqui não era reiterar aquilo que disse, o Sr. Deputado devia ter-se desculpado em relação à afirmação que realizou, porque disse aquilo que se calhar não queria dizer e porque se enganou na expressão. Agora, a sua expressão, torno a reiterar, Sr. Deputado, é lamentável! Está gravada,...

Deputado Domingos Cunha (PS): Está aqui escrito!

O Orador: ... eu não a inventei.

E isso é errado, Sr. Deputado. O senhor pensa de forma errada, o senhor pensa de forma errada.

Presidente: Sr. Deputado, Sr. Deputado, agradeço...

Deputado Domingos Cunha (PS): O senhor tenha calma! Tenha calma, Sr. Deputado! O senhor está nervoso!

Deputado José Contente (PS): A sua democracia é essa. Usar e abusar do Regimento!

Presidente: Srs. Deputados!

Sr. Deputado Domingos Cunha, vai usar da palavra para um contra protesto?

Deputado Domingos Cunha (PS): Não, não.

Presidente: Então, sendo assim, vamos fazer um intervalo de meia hora.

Regressamos às 17 horas e 45 minutos.

Eram 17 horas e 15 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 54 minutos.

Estava inscrita a Sra. Deputada Judite Parreira.

(*) **Deputada Judite Parreira (PSD)**: Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, o senhor iniciou a sua intervenção fazendo uma comparação entre o estado da educação na região e no continente, e pudemos constatar que temos mais creches e jardins-de-infância, melhores escolas, menos alunos por turma, agrupamentos menores e que até o investimento por aluno na região é superior ao do continente. Ou seja, estamos em tudo melhor na região do que no continente. Ficamos muito contentes com isso.

Contudo, houve uma coisa que o Sr. Secretário se esqueceu de comparar: foram os resultados!

Deputado Luís Garcia (PSD): Ora aí está!

A Oradora: Então, se estamos tão melhor na região do que no continente, por que é que continuamos a ter maus resultados nos PISA, maus resultados nos exames nacionais e por que é que os testes intermédios foram os piores do país? Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

(*) **Deputado Carlos Mendonça (PS)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, em relação à comparação que deu da Região Autónoma da Madeira, no âmbito daquilo que são as políticas do desporto, eu só gostava de acrescentar e questioná-lo sobre algumas questões.

No âmbito da comparação com a Região Autónoma da Madeira,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Os cortes, por exemplo! Grande rombo!

O Orador: ... importa também realçar que a taxa de participação absoluta da Região Autónoma dos Açores é de 9,63 e a taxa de participação absoluta da Região Autónoma da Madeira é de 6,61.

Podemos também comparar o seguinte (e acrescento àquilo que foi dito por si, Sr. Secretário).

Deputado Luís Garcia (PSD): Ora do Continente! Ora da Madeira! Falem dos Açores!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E da Islândia!

O Orador: Nos escalões de formação, ou seja, até aos 18 anos de idade, a Região Autónoma dos Açores apresenta, como federados, 17 439 atletas e a Madeira 10 761.

Acrescentava também, nas comparações que foram feitas aqui, as equipas participantes em campeonatos nacionais de regularidade, a Região Autónoma dos Açores com 51 equipas...

Deputado Luís Garcia (PSD): Ah! Reduziu!

O Orador: ... e a Região Autónoma da Madeira apenas com 40. Ou seja, é mais um dos exemplos em que podemos dizer que os Açores é, realmente, o exemplo de fazer mais e melhor com menos recursos.

Em relação ao Plano e Orçamento para 2013, Sr. Secretário, em termos globais, e atendendo àquilo que foi observado e comparado com 2012, podemos perceber que 2013 mantém exatamente o mesmo grau de importância para a área do desporto (e congratulamo-nos em relação a isso), ou seja, a sua proporção, em percentagem, é muito idêntica, até mesmo crescendo 0,1% em comparação com aquilo que foi 2012.

Em 2013, o investimento no desporto corresponde a 2,57% do total do Plano. Em 2012, correspondia a 2,47%.

No âmbito dos valores absolutos em instalações e equipamentos há um aumento de 18,47% de investimento para 2013. Naquilo que podemos dizer é que esse aumento de 18,47% demonstra claramente uma contínua aposta nas infraestruturas desportivas, propriedade do Governo.

Aqui salientamos que importa lembrar também que este investimento assegura por ano cerca de 1.7 milhões de utilizadores em toda a região, 1.7 milhões por ano, ou seja, promovendo, assim, claramente, hábitos de vida saudáveis e a prática desportiva federada e não federada ao longo de todo o ano, para todos os açorianos, independentemente das idades e sexos.

As instalações desportivas escolares, depois do horário escolar, também são disponibilizadas a toda a população de forma gratuita, exemplo único do país.

A minha primeira questão, Sr. Secretário, é se em 2013 é para continuar esta situação de manter as instalações desportivas disponíveis para toda a população de forma gratuita?

No que se refere aos projetos de atividades desportivas, promoção e formação, verifica-se aqui uma redução financeira de 17,10%, ou seja, menos 1.6 milhões de euros.

Aqui eu gostava de questionar, mesmo com esta redução, se os apoios vão-se manter em conformidade com a Resolução nº. 102/2012, de 29 de junho de 2012?

Também é certo que, nesta altura, Sr. Secretário (e a todos os açorianos que nos ouvem), nestes tempos de contenção, importa realmente lembrar, principalmente aos dirigentes desportivos, que estes devem continuar a ser os grandes parceiros da região, os grandes parceiros do Governo neste projeto daquilo que é o desporto açoriano.

Os sucessos políticos no âmbito das atividades desportivas açorianas, mesmo nesta altura de contenção, também devem ser considerados por estes os grandes parceiros e devem continuar com a mesma coragem, com a mesma dedicação, com a mesma paixão pela causa desportiva e, com isso, criando sempre uns Açores melhores.

É necessário que todos os diferentes agentes ligados ao desporto, desde os atletas aos treinadores, aos árbitros, aos dirigentes e até mesmo aos sócios anónimos de todos os nossos clubes e associações, em particular aos pais dos nossos jovens que ainda se apresentam em escalões de formação, percebam, nesta altura de conjuntura em que nos encontramos, e saibam quais são os

nossos limites e, com isso, continuem a criar cada vez mais sinergias, principalmente com aquelas autarquias que, neste momento, viram as costas à região, no âmbito daquilo que são os investimentos no desporto. Portanto, esta é a altura de criar essas mesmas sinergias, para criar e continuar a criar as mesmas políticas que temos na região, no âmbito do desporto, e com isso continuar a manter o mesmo reconhecimento a nível nacional e internacional daquilo que é o desporto açoriano.

Sr. Secretário, nos Açores, temos mais e melhor desporto, claramente; temos mais atletas mais qualificados; temos técnicos mais acreditados; temos mais e melhores instalações desportivas. Portanto, a meu ver, partimos claramente a largos passos para a consolidação do desporto açoriano rumo à excelência e aquilo que eu questiono, Sr. Secretário, é se concorda e acha que, mesmo nesta conjuntura em que nos encontramos, devemos ou não continuar a trabalhar rumo à excelência do nosso desporto açoriano?

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

(*) **Deputado Costa Pereira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário disse-me que a redução em 50% da verba destinada a apoiar a tripolaridade da Universidade dos Açores era uma forma de demonstrar que não era atirando dinheiro que se resolviam os problemas da Universidade dos Açores.

Sr. Secretário, em função dessa sua resposta, eu só posso tirar esta conclusão: os anteriores governos da Região Autónoma dos Açores, nomeadamente os anteriores governos do Partido Socialista, quando concederam, para apoiar a tripolaridade da Universidade dos Açores, o dobro da verba que este Plano consagra, na sua opinião, estavam a atirar dinheiro para o problema.

Registo, Sr. Secretário, esta sua opinião e permita-me, frontalmente, discordar. Neste particular, entendo que os anteriores governos, que concederam o dobro das verbas para apoio à tripolaridade da Universidade dos Açores daquelas que

estão neste Plano previstas, não estavam a atirar dinheiro para o problema, estavam a reconhecer um problema e a ajudar a resolver esse problema.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, encerramos o debate por aqui.

Deputado Jorge Macedo (PSD): O Sr. Secretário ficou sem palavras?!

Deputado Francisco César (PS): Não tem tempo!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não tem tempo? Vou perguntar à Mesa quanto tempo tem o Governo disponível!

Presidente: Passamos às intervenções de tribuna.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Sra. Presidente da ALRAA, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Educação para os próximos anos traz-me aqui como me tem trazido sempre, com Serenidade!

Com a Serenidade e com a Segurança de quem teve e de quem tem um rumo para tão importante sector da (e na) nossa sociedade.

Deputado Aníbal Pires (PCP): A senhora não, o Governo!

A Oradora: Podia falar-vos do caminho percorrido mas sinto dispensável porque a dinâmica social na educação, resultante dos investimentos e das políticas adotadas, fala mais alto do que tudo o que eu elencasse aqui hoje.

Permitam-me que cite Vergílio Ferreira quando este afirmou que “Uma verdade só o é quando sentida – não apenas quando entendida”. Assim é o sector da Educação nos Açores. Todos nós sentimos no nosso dia-a-dia a diferença que nos separa de há uma década atrás. E sentimos isso em inúmeras situações, em boas e más. Nas boas, quando amiúde é notícia que as crianças e jovens do nosso sistema educativo regional participam em concursos nacionais e internacionais, em projetos nacionais e internacionais e trazem prémios e se destacam e se classificam de modo a orgulharmo-nos da nossa juventude. Isto vale para o ensino regular e profissional, já sem os estigmas de há tempos atrás.

Mas também o sentimos no drama do desemprego, porque na maioria dos casos, quando nos deparamos com jovens à procura de emprego, o mais frequente é ouvirmos ou constatarmos que a sua formação já não se limita ao 1º ciclo, nem ao 2º ciclo nem ao 3º ciclo. Mas sim ao secundário concluído e ao superior. É dramático e por sê-lo deixamos de nos animar por terem uma escolaridade em muito diferente da realidade de há duas décadas atrás. Ou se preferirem falemos só da última década (para que ninguém se melindre).

De acordo com os Censos, no universo de população residente com mais de 15 anos, em 2001 tínhamos 9,2% com o secundário completo e em 2011 passamos a ter 12,3%; em 2001 no mesmo universo tínhamos 5,2% com o ensino superior, em 2011 a % era já de 9,9 - quase o dobro.

Ah...mas e os resultados? E o insucesso? Interrogamo-nos todos. E legitimamente. Porque queremos mais, porque sabemos que é importante fazer mais para reduzir as assimetrias para vencermos os novos desafios.

Mas esse querer não pode derrubar o património educativo construído. Esse querer é de todos nós, mas continua a caber ao Partido Socialista liderar o projeto que se pretende inclua todos os agentes educativos, todos os parceiros, todos os partidos que estiverem disponíveis para cooperarem.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Falemos então do que falta fazer, do que ainda falta atingir. Mas para que se entenda o que ainda temos de percorrer é preciso ter consciência do processo Educativo de uma Sociedade. Processo, enquanto percurso traçado, delineado previamente. E é exatamente este traçado que cabe hoje aqui apresentar, considerando o contexto global em que nos encontramos.

Toda a macro política educativa visa o sucesso educativo da população. Mas tal só pode ser conseguido com as condições básicas criadas. E essas, como é do conhecimento de todos os açorianos, foram sendo criadas ao longo da última década e meia.

O sucesso educativo de uma sociedade, que como a nossa partiu de patamares demasiado baixos, não se faz numa nem em duas gerações, faz-se com

planeamento e com visão a longo prazo. E se já fizemos, como indicam os mais recentes relatórios europeus, um longo caminho em bastante menos tempo que os demais países, ainda temos que ser capazes de alcançar mais em menos tempo.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Num recente artigo de opinião do antigo ministro da educação, Professor David Justino, intitulado «De quem são os resultados?», ele começava por dizer que “a publicitação de resultados escolares, quer os obtidos por estudos internacionais quer os resultantes de provas nacionais, levanta sempre a questão das “causas” e dos “responsáveis” que justificam a melhoria ou a degradação dos indicadores revelados.” E mais adiante pode ler-se que “em primeiro lugar os resultados são dos alunos. Da sua maior ou menor preparação dependem os resultados. E quem os prepara? A família e a escola, privilegiadamente, não sendo de menosprezar o papel dos próximos, da comunidade onde se integra, mas também da organização do sistema educativo e das políticas educativas.”

Tendo em conta e, seguindo o conselho do Professor David Justino, de fazer análise desapassionada dos resultados, podemos interrogar-nos em que ponto está o Sistema Educativo Regional...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: ... nestas várias variáveis. Ora bem, as políticas recentes criaram as condições infraestruturais, o corpo docente ficou estável e muito bem capacitado, as crianças estão dentro do sistema educativo desde os 3 anos de idade. Mas há uma variável onde ainda há muito a fazer, a formação das famílias de forma a encararem e valorizarem a Escola como “o melhor bem” para os seus filhos, a melhor “arma” para vencerem os desafios ao longo da vida.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Nos mesmos estudos recentes, sobre os resultados educativos, também fica demonstrado que os alunos provenientes de famílias com maior formação são os que obtêm melhores resultados. É, também por isso, que as

políticas recentes e aqui reiteradas pelo XI Governo da responsabilidade do Partido Socialista, para se qualificar os adultos, são essenciais que decorram paralelamente e continuem ao que a nível da formação inicial das nossas crianças e jovens é feito.

Cientes que perante a globalização, não podemos nem devemos blindar a sociedade estudantil açoriana ao mundo, pretende-se que cada vez mais cedo as nossas crianças e jovens estejam familiarizados com o que se revela cada vez mais importante a ter em conta: as dinâmicas da globalização, os novos equilíbrios económicos, a sustentabilidade ambiental e os seus desafios, as vantagens e as desvantagens do uso da internet, entre outros são alguns dos conteúdos que têm que estar presentes dentro das nossas escolas desde cedo, segundo uma publicação deste ano da OCDE, intitulada «As tendências moldam a Educação».

Perante isso, assume relevância extrema os objetivos do XI Governo no que à introdução de muitos destes conteúdos, os que são mais marcantes para uma sociedade com as características da açoriana, no nosso sistema educativo regional.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta introdução de conteúdos em paralelo com a remodelação e melhor adequação dos instrumentos legislativos que o governo pretende efetuar, com todos os agentes e parceiros educativos e forças políticas que se mostrem disponíveis, ainda este semestre, permitirá uma situação de estabilidade no sistema educativo regional para os próximos 4 anos.

A Educação foi e é uma prioridade nos Açores, ao contrário do que acontece noutras paragens do nosso país, aonde sob a ameaça da *Troika*, impera a instabilidade e a insegurança, não só na área da educação mas neste sector básico de formação de uma sociedade adquire maior destaque. A última variável introduzida, na equação de instabilidade nacional, prende-se com a intenção ou ensombramento de despedir 10 mil docentes no continente português,...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: ... como já não fosse suficiente o apregoado de 4 mil milhões de euros nas funções sociais, nas quais se inclui a educação.

Estamos, como de resto sempre estivemos, convictos de que a Educação nunca é uma despesa mas sim um investimento!

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: E é por isso que este plano continua a investir em todas as áreas que à Educação dizem respeito com renovado enlevo, renovada convicção de quem tem património educativo firmado e de que a **Via Açoriana na Educação** continuará a marcar a diferença, a nível nacional, no que às políticas de educação diz respeito.

Disse.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Não havendo, para uma intervenção, tem a palavra a Sra. Deputada Judite Parreira.

Deputada Judite Parreira (PSD): Senhora Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhora e Senhores membros do Governo:

Aquando do debate do Programa do Governo, dissemos que a Educação é um pilar do desenvolvimento das sociedades. Por seu lado o Governo, no seu programa, também dizia que: “a educação é um motor imprescindível para a coesão social, é a escola que verdadeiramente pode transformar a sociedade, esbatendo barreiras sociais e promovendo os indivíduos”, fim de citação.

Elogiamos, então, medidas previstas no programa, por considerarmos que eram promotoras de desenvolvimento e crescimento da sociedade açoriana. Porém, e passados que são apenas quatro meses, deparamo-nos com um Plano e

Orçamento onde, à semelhança do que acontece com quase todas as outras áreas da governação, a Educação sofre cortes significativos que poderão comprometer ou condicionar a aplicação das referidas medidas.

O corte nos Apoios Sociais com a alteração dos critérios de atribuição dos escalões de Ação Social Escolar é inquietante.

Numa altura em que a economia nos Açores travou de forma brusca; em que os níveis de desemprego nos Açores são os maiores de sempre; em que há pessoas com emprego mas com salários em atraso, ou em *lay off*, vivendo o drama da “pobreza envergonhada”; em que o número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção cresce a cada dia. Numa altura em que já há crianças a passar fome nos Açores!

Talvez esta não seja a melhor altura para fazer cortes nos Apoios Sociais, Senhor Secretário.

Compreendemos que a percentagem de alunos que beneficia de Apoios Sociais é grande, mais de 60%; compreendemos que talvez nem todos tivessem necessidade desses apoios na altura em que foram atribuídos, indiscriminadamente nalguns casos;...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... compreendemos até que, casos há em que, e citando o Senhor Secretário na Comissão dos Assuntos Sociais“...o insucesso escolar não está diretamente relacionado com condições socioeconómicas das famílias...”, fim de citação; mas, ainda assim, consideramos não ser esta a melhor altura para rever a política dos apoios com o objetivo de os restringir.

Já aqui manifestamos a nossa preocupação quanto ao facto de as escolas dos Açores não estarem bem classificadas no Ranking das Escolas, o que foi, prontamente, desvalorizado pela bancada do PS.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Infelizmente o tempo deu-nos uma razão que não gostaríamos de ter e hoje estamos perante outro facto, o de os alunos açorianos terem registado os piores resultados do país nos testes intermédios de 2012, na maioria das disciplinas. Porquê, Sr. Secretário?

É um problema estrutural que importa resolver, importa apurar as razões. E, sendo certo que nem todas serão de ordem socioeconómica, não será com certeza com cortes nos Apoios Sociais que se vai promover o sucesso escolar, corrigir assimetrias, esbater barreiras sociais e promover a igualdade de oportunidades a todos os indivíduos. Pelo contrário. Esta será, talvez, uma forma de acentuar, ainda mais, o problema.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhora e Senhores membros do Governo:

Estratégias de betão não têm sido solução para os problemas da educação, como se pode comprovar pela construção de mega escolas que implicam elevados custos de construção e manutenção (isto para não falar das derrapagens) e que passados poucos anos já necessitam de grandes reparações, (como está já acontecer na escola de Ponta Garça). Onde os resultados académicos não são diretamente proporcionais aos custos, onde não se combateu o abandono escolar precoce, (da ordem dos 47%), nem se promoveu o sucesso escolar. Estamos, pois, de acordo quanto à necessidade de requalificar edifícios já existentes, mas causa-nos alguma estranheza que escolas que já estiveram incluídas em Planos Anuais anteriores tenham sido retiradas sem qualquer justificação, muito embora seja público que a sua construção continua a ser prioritária para o governo! Estamo-nos a referir concretamente à escola dos Arrifes, a que o Sr. Secretário também já se referiu.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhora e Senhores membros do Governo:

Não é possível falar de Educação sem falar também de professores. A aposta na formação como forma de valorizar a profissão e as funções docentes assume crucial importância para se poder atingir uma educação com a qualidade que um mundo cada vez mais global e competitivo exige. Ao invés de apostar na formação e desenvolvimento profissional, o Governo opta por extinguir os Centros de Formação, até há pouco considerados essenciais no processo de formação e de creditação dos docentes.

Aliás, no âmbito da educação anunciou-se alterações várias que representam não só um corte com aquilo que vinha sendo feito, mas são mesmo uma orientação oposta aquela que era a política defendida como a melhor para os Açores.

Com a tranquilidade da nossa coerência, aguardamos a discussão dessas alterações, renovando disponibilidade para apoiar, a bem das nossas crianças e jovens, aquelas que entendemos ser as melhores respostas para os desafios do futuro da Educação nos Açores.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Borges para uma intervenção.

Deputado Paulo Borges (PS): Exma. Sra. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. deputados, Exmo. Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Ciência implica o estudo de questões que não possuem muitas vezes uma aplicação direta na vida prática dos cidadãos no momento em que são investigadas, enquanto a tecnologia consiste na aplicação prática do conhecimento científico. Presentemente, é reconhecido que a Ciência e a Tecnologia são consideradas os motores do desenvolvimento de um país ou de uma região.

Consequentemente, é da maior importância que a ciência desenvolvida na Região Autónoma dos Açores seja melhor conhecida pelos vários intervenientes e pelos cidadãos em geral. Nesse sentido, estamos a realizar um em que pretendemos fazer um relatório exaustivo do Estado da Ciência nos Açores e que possa ser um instrumento de apoio para o desenvolvimento estratégico e o financiamento adequado da região nos próximos anos.

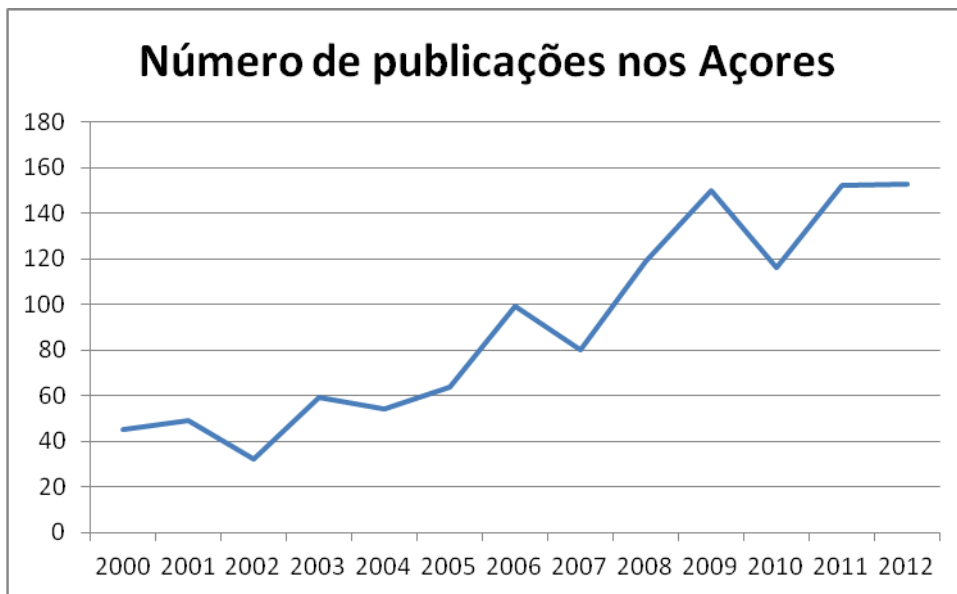
O Sistema Regional de Ciência e Tecnologia foi montado há cerca de oito anos, na lógica de que só seria possível o desenvolvimento da região com uma comunidade de investigadores organizados em Centros de Investigação e com um financiamento adequado para o desenvolvimento da sua criatividade e futura aplicação das suas descobertas com interesse tecnológico.

Nessa lógica os frutos do investimento na investigação rapidamente surgiram, com a maior atratividade das equipas açorianas que colaboraram e têm colaborado com equipas de muitos outros países, e um aumento significativo da produção científica na região.

Tenho aqui um gráfico que mostra claramente o aumento da produção da científica na região,...

(Neste momento, o Sr. Deputado mostra um gráfico à Câmara)

... nos últimos anos, e alguns indicadores interessantes.



Número de publicações em revistas internacionais especializadas dos Açores nos últimos 12 anos (Fonte: ISI Web of Knowledge).

Por exemplo, em 2006, apenas 119 investigadores estavam envolvidos em publicações científicas. Em 2012, já são cerca de 201, praticamente o dobro.

Também, entre 2006 e 2012 temos um aumento de 154% na produção científica na região ao que não será alheio, de certo modo, o apoio sustentado e constante dos Governos Socialistas nas últimas legislaturas. De facto, para os anos de 2010 a 2012 cerca de 30% da produção científica nos Açores menciona o apoio por parte do Fundo Regional para a Ciência e Tecnologia ou da antiga Direcção Regional da Ciência e Tecnologia e Comunicações.

Se adicionarmos aqui ainda os outros departamentos do Governo, essa percentagem subirá para 40%.

Mas estas publicações, com relevância internacional, também podem ser avaliadas de outra forma.

Eu tenho aqui a percentagem,...

(Neste momento, o Sr. Deputado mostra novamente o gráfico à Câmara)

... ao longo dos anos, do número de publicações em relação ao todo nacional e reparamos que nos últimos 7 anos a percentagem de artigos a nível nacional, em 5 desses 7 anos, é superior à média dos últimos 14 anos, que é de 1.28% e, em 5 desses 7 anos, a média chega a ser 1.4%.

Portanto, temos um aumento relativo da produção científica regional superior à taxa de aumento nacional.

Mas estas publicações com relevância internacional não são os únicos produtos científicos que temos na região. Em domínios como a história, literatura, a sociologia, a psicologia, muito trabalho está a ser feito e publicado noutros fóruns. Também nestes domínios a investigação é essencial para aumentar o conhecimento da região e para implementar medidas adequadas e justas de modo a promover a qualidade de vida de todos os açorianos.

Meus senhores:

Sabemos no entanto que os recursos disponíveis nunca são suficientes, particularmente nesta conjuntura adversa e difícil que atravessamos, o que exigirá de nós a capacidade e inteligência de fazer as opções corretas para o futuro.

Teremos de ter assim uma estratégia de inovação abrangente, investindo na inovação e no empreendedorismo.

Nesse sentido iremos abraçar a estratégia Europeia para o Horizonte 2020, designada como “Estratégia de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente”, aprovada em outubro de 2011 para o período de 2014-2020, de política de coesão europeia.

A grande questão que se coloca neste momento é a recuperação, da Europa e das suas regiões, da recessão económica, pretendendo-se identificar as características e os ativos exclusivos de cada país ou região, de forma a realçar as vantagens competitivas únicas, numa visão de futuro e orientada para a excelência.

Para que os investimentos em ciência possam ser eficazes terão de ser identificadas as prioridades na região, condição para ter acesso ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) para o período 2014-2020.

Eventualmente terão de ser concentrados os nossos recursos num conjunto de prioridades de investigação fortes e com garantias de sucesso.

Sabemos que as áreas de excelência na investigação nos Açores têm sido, por exemplo, a Biologia Marinha, Vulcanologia, Biotecnologia, Produção Animal, Biodiversidade, e refletem, de certo modo um relacionamento com o nosso contexto, com os nossos recursos naturais disponíveis e com as atividades económicas a eles associadas (pesca, agricultura, ambiente). No entanto, iremos investigar em detalhe quais são, de facto, as áreas de especialização mais promissoras tendo em consideração o potencial Humano e Tecnológico instalado na região.

O conhecimento acumulado pelos investigadores sediados nos vários Centros de Investigação da região irá permitir no futuro a obtenção das melhores respostas para a resolução de problemas práticos em sectores críticos como sejam a gestão dos recursos hídricos (que se tem falado recentemente pela forma mais negativa), a gestão dos stocks de pesca, a escolha de novas estratégias para a agricultura e produção animal, o ordenamento do território ou a conservação da natureza.

Os estudos sobre a biodiversidade da região são o alicerce para o desenvolvimento de projetos na área da biotecnologia com a procura de novas moléculas com interesse industrial e também como o garante de um turismo sustentável baseado nas condições naturais únicas da região.

A estratégia da região para os anos de 2014-2020 tem de assentar numa visão ambiciosa em que tentará colocar em prática a “Estratégia Regional para a Investigação & Desenvolvimento com impacto económico”.

O sucesso a médio prazo da nova empresa regional “Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores” (SDEA) só será possível com um alicerce forte da ciência nos Açores e em clara ligação com a tecnologia e o empreendedorismo.

A qualidade da investigação na região vai passar igualmente por um financiamento baseado na qualidade dos investigadores e dos seus Centros de Investigação que serão avaliados com base na sua produtividade científica, mérito científico, no sinal claro de que devemos premiar a excelência, o mérito individual e coletivo dos nossos investigadores.

Em ligação com a Tecnologia e com a “Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores” (SDEA), pretende-se promover incentivos para que as empresas invistam em projetos de Investigação aplicada.

As estratégias para o Horizonte 2020 exigem uma abordagem integrada e de base local da conceção e execução das políticas regionais e nacionais. Estas políticas têm de ser adaptadas ao contexto local, reconhecendo que existem vários caminhos possíveis para alcançar a inovação e o desenvolvimento regionais.

Gostaria de terminar salientando que, para o Plano, a médio prazo deveremos:

- Manter o financiamento aos Centros de Investigação que demonstrem elevada produtividade e capacidade para a inovação.
- Procurar financiar jovens investigadores com potencial para a criação de ideias inovadoras através de Bolsas de Doutoramento e de Bolsas avançadas de pós-Doutoramento.

Devo salientar que o número atual de bolseiros na região é um património único dos nossos dias. A nível nacional não existe nenhuma região com uma concentração *per capita* tão elevada de bolseiros, e isto deve ser realçado, e esses bolseiros devem ter este aspeto como uma responsabilidade individual do investimento que está a ser realizado na sua formação e na contribuição que poderão dar para a região.

-Financiar projetos inovadores com potencial gerador de novos produtos e de emprego.

-Reforçar as ligações entre as empresas e o sector público Universitário (uma área em que temos de melhorar nitidamente).

Hoje os Investigadores Doutorados sediados nos Açores e a Rede de colaborações criadas com Centros de Investigação nacionais e estrangeiros são o garante de um futuro promissor na investigação científica na região. A captação de verbas em Concursos Regionais, Nacionais e Internacionais é garantido pela excelência dos nossos investigadores, que conseguem estar em parcerias internacionais de grande importância.

O Governo Regional vai continuar a suportar a formação de Jovens Investigadores, com Bolsas de Doutoramento e Pós-Doutoramento, garantindo a formação dos nossos jovens mais qualificados e a dinâmica das equipas de investigação mais competentes.

Com estas medidas pensamos estar a contribuir para o avanço da ciência, o desenvolvimento tecnológico e o progresso da região.

Obrigado.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD): Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhora Senhores Membros do Governo:

Falar de Cultura, Comunicação e Comunidades num tempo de crise – em que o plano de investimentos deve estar especialmente orientado para a criação de emprego e o apoio social – pode parecer desadequado. Mas não é.

A produção e fruição cultural, a intervenção da comunicação social e a aposta estratégica nas comunidades emigradas contribuem para a nossa qualidade de vida e concorrem para o nosso desenvolvimento económico, designadamente ao serviço de um setor turístico tão debilitado como descaracterizado.

A cultura dignifica e dinamiza com retorno económico.

A informação aproxima as ilhas e promove a região.

A diáspora acrescenta mercado potencial.

São três áreas de importância própria e influência transversal que merecem ter uma atenção condigna, adequada e realista. Isto apesar da crise – ou até mesmo, como defendem alguns, por causa da crise.

A tal crise que o PS garantiu que não chegaria aos Açores por mérito do Governo Regional. E a tal crise que o PS reconhece agora que afinal chegou aos Açores... mas por culpa do Governo da República. Como se um governo regional apenas servisse para “sacudir a água do capote”!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Estamos, portanto, perante um Plano que é **filho da crise e neto do superavit**.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Lá como cá, quem gasta mais do que tem... paga mais do que quer.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: À **euforia de outubro** sucede-se a **agonia de março**.

Afinal, parece que não há dinheiro.

Deputado Berto Messias (PS): Quem anda agoniado é a sua bancada e o seu partido!

O Orador: Mesmo que não seja isso que transparece do **discurso cor-de-rosa** do **vice-presidente** do governo regional perante o órgão soberano e fiscalizador da governação açoriana que é o Parlamento dos Açores.

A verdade é que a conjuntura condiciona. Não é possível manter – e muito menos aumentar – todas as verbas em todos os setores.

Mas então que se atue, responsável e coerentemente, em conformidade. Não se pode proclamar um reforço de intenções e, ao mesmo tempo, apresentar uma redução de dotações. Não se deve falar como rico e agir como pobre.

Os compromissos eleitorais devem configurar o programa do governo e o programa do governo deve traduzir-se no plano e orçamento.

Infelizmente, este plano parece padecer de três tipos de incoerência:

- a incoerência entre o que se diz e o que se escreve
- a incoerência entre o que se escreve
- a incoerência entre o que se escreve e o que se faz

Mas vamos por partes.

A primeira incoerência regista-se **entre as palavras e os números** e constata-se, por exemplo, no âmbito das Comunidades Açorianas:

Em setembro de 2012, o programa eleitoral do PS prometia “**intensificar** a cooperação com as comunidades açorianas”.

Em novembro de 2012, o programa do Governo Regional garante que “**reforçará** a cooperação com as comunidades açorianas”.

Em março de 2013, o plano do Governo Regional do PS **reduz** para **menos de metade** a verba global das Comunidades Açorianas. Cai de 1 milhão e 150 mil no ano passado para apenas 500 mil este ano – um corte de 55%!

Outro exemplo desta mesma incoerência – “faz o que eu digo, não faças o que eu faço” – encontramos também na dependência da Presidência do Governo mas agora no âmbito da Comunicação Social:

O PS em campanha eleitoral muito criticou o Governo da República por **desconsideração** e **desinvestimento** da RTP nos Açores.

Mas o programa do XI Governo Regional – tal como a presente proposta de Orientações de Médio Prazo – **desconsiderou** a RTP/Açores, ignorando expressamente a sua importância estratégica. E o plano de 2013 **desinvestiu** no apoio regional ao serviço público de rádio e televisão, que passa de uma

dotação anterior de 342.000 euros para uma mera “janela” orçamental de 75.000 euros.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Até podemos adivinhar as motivações mas não podemos aceitar que se pratique o que se critica.

A segunda incoerência, **entre aquilo que se escreve**, consta-se nas dotações anuais do apoio à comunicação social privada inscritas no Orçamento da Região Autónoma dos Açores. Nos primeiros três anos da legislatura cresce de 600 para 700 e de 700 para 800.000 euros, mas no quarto ano aumenta de 800 para 1 milhão e 300 mil euros. Sem qualquer razão aparente, porque a explicação do governo em comissão resumiu-se ao princípio de que *os números são como são em virtude de serem assim mesmo...*

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Considerando a não justificação do governo e sabendo que os apoios públicos à comunicação social privada se devem confinar ao quadro previsível do PROMEDIA III, este misterioso aumento de 36% no final da legislatura só tem uma explicação possível: ou foi **engano** ou é **campanha**.

A terceira incoerência, **entre o que se escreve e o que se faz**, só será efetivamente comprovada no final da execução material. Mas um plano com “mais olhos que barriga” num tempo de “vacas magras” adivinha a mesma sorte do seu antecessor.

Por exemplo, o plano anterior garantia que – e cito – “*em 2012 entrará em funcionamento a nova Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo*”. Mas no final do ano passado, em vez da abertura da biblioteca, o governo procedeu à abertura... das propostas para adjudicar a empreitada da obra!

Isto já para não falar no aparente conflito de opiniões entre o anterior Professor Fagundes Duarte e o atual Secretário Regional da Cultura...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Outro exemplo: o Plano anterior garantia também que “**terão seguimento**” as obras de Santa Engrácia, perdão, as obras de Santo André –...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: ... o principal equipamento museológico da maior ilha dos Açores. Mas a sede conventual do Museu Carlos Machado está enclausurada há mais de 6 anos para obras de remodelação e ampliação. E depois de um primeiro concurso alterado, um segundo concurso anulado e um terceiro concurso inacabado, afinal não terá nem remodelação nem ampliação!

Isto já para não falar que o mesmo governo que mantém o museu encerrado há 2.270 dias chegou a anunciar a sua reabertura ao público no espaço de uma semana como reação a um requerimento do PSD em dezembro de 2012...

Um último exemplo, só aparentemente insignificante:

Através deste Plano, o Governo assume como objetivo cultural de 2013 comemorar os 20 anos da morte e os 90 anos do nascimento de Natália Correia. Mas deixa passar a efeméride nacional do 20º aniversário do seu falecimento, no último sábado 16 de março, sem uma única iniciativa regional que assinale o dia próprio!

Mesmo que o faça depois, como certamente fará,...

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): A biblioteca de Ponta Delgada fez!

O Orador: ... este não deixa de ser um pormenor sintomático de alguma desconformidade entre o dito e o feito...

Enfim, considerando o percurso precedente e a conjuntura presente, este Plano vale o que vale.

Umás vezes, o que o governo diz não se escreve.

Outras vezes, o que o governo escreve não se faz.

Mas o início de um novo mandato é sempre pretexto para renovar a esperança.

O povo decidiu e o governo dirá que agora é que é.

Aqui fica então, pelo menos e para já, o benefício da dúvida...

Só esperamos que daqui a um ano, a bem dos Açores e dos açorianos, Duarte Freitas não tenha que dizer de Vasco Cordeiro o que Carlos César já diz de António José Seguro: que “*faz um bom esforço, mas não tem bons resultados*”...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo inscrições, e para uma intervenção sobre esta matéria, tem a palavra a Sra. Deputada Marta Couto.

Deputada Marta Couto (PS): Exmos. Senhora Presidente da ALRAA, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Estes Plano, Orçamento e Orientações a Médio Prazo assentam sobre um projeto de governação para os Açores que contempla vários objetivos estratégicos iniciados com a Nova Autonomia e que, até hoje, tem vindo a merecer a confiança dos Açorianos.

Os governos do Partido Socialista sempre encararam as políticas de Juventude como um investimento para o futuro, respeitando as novas gerações como a base da sustentabilidade do crescimento social e económico da Região. Esta a que se referem como a geração mais qualificada de sempre da nossa Autonomia é verdadeira herança de um projeto governativo de cariz demarcadamente socialista.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mais desempregados!

A Oradora: Nestes documentos ora em apreço, verificamos de novo a transversalidade com que se entende a Juventude, percorrendo todas as áreas, mas colocando grande enfoque na sua educação e formação, no empreendedorismo, nos programas fomentadores de emprego ou mesmo no

apoio social. Eles acolhem, com toda a justiça, a Juventude no seu seio, tal como o próprio Governo que os apresentou.

Temos orgulho na obra feita para a Juventude dos Açores. Temos orgulho nos programas de inserção jovem na vida ativa, nos programas de mobilidade jovem, nos programas de incentivo à criatividade e empreendedorismo, na rede de pousadas, nos programas direcionados ao turismo e ao conhecimento da realidade europeia... No fundo, sentimos um profundo orgulho em todo um massivo investimento que até hoje foi realizado neste domínio.

Não podemos afirmar que já tudo fizemos, mas podemos afirmar que já muito fizemos.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

A Oradora: Contudo, o que está feito, feito está. É hora de olhar em frente. Devemos neste momento obedecer a uma profunda capacidade de análise da realidade em que vivemos e aceder à imperativa palavra de ordem que é o equilíbrio na aplicação racional dos meios disponíveis. Deste modo, há que aplicar bem o que temos e operacionalizá-lo ao máximo para tirarmos o maior e melhor proveito possível, numa perspetiva da mais necessária eficácia social e económica.

Não podemos considerar o orçamento para esta área como um conjunto de previsões especificamente delimitadas, mas sim como abrangendo os diversos organismos governamentais. A previsão orçamental para a Juventude é tão diversa quantas as Secretarias que compõem a orgânica do Governo Regional dos Açores. Desde logo, podemos exemplificar com os investimentos ao nível da Educação, Cultura e Formação, os investimentos ao nível do Desporto, da Ação Social, o Apoio à Infância e Juventude, os programas para a mobilidade jovem e para o Associativismo Jovem, os programas de Ocupação de Tempos Livres, as previsões para o Desporto, o investimento nas Pousadas de Juventude e as próprias políticas ambientais.

Relembramos aqui, e de forma veemente, o investimento nos planos de empregabilidade jovem previstos na Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial, sendo exemplos o reforço do

Empreende Jovem ou o Programa de incentivo à inserção do Estagiário L e T, que já nesta Câmara foram debatidos.

Este Governo não conjectura mas sabe que, efetivamente, a instrução de uma população é a sua maior arma em tempos de adversidade. Daí continuar-se a apostar nesse setor, como forma de aumentar a competitividade e a empregabilidade. A futura implementação de um sistema de formação de modelo dual é exemplo de uma visão inovadora e que se coaduna com a preocupação de termos profissionais cada vez melhores e mais bem preparados em termos profissionais para enfrentar os desafios do mercado de trabalho. Em articulação com políticas de incentivo ao empreendedorismo, temos uma simbiose que deve representar um excelente motor para a fixação dos jovens nos Açores e o desenvolvimento económico da nossa Região.

Vivemos tempos que requerem muita força de vontade, combatividade e capacidade de superação. Em momentos de crise a História diz-nos que existem diversas ameaças ao saudável desenvolvimento da Juventude com que nos deveremos preocupar. Para podermos evitá-las, há que convocar toda esta geração a dedicar-se a uma participação cívica ligada ao associativismo jovem e aos inúmeros programas que lhe são disponibilizados para que cresça e acrescente mais valor às suas já certas capacidades. A própria cultura de empreendedorismo que este Governo pretende continuar a implementar junto dos mais novos é verdadeira imagem desta linha de promoção do valor da Juventude que deve ser prosseguida sem quaisquer desvios económico-orientados.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Na passada semana, sob este mesmo teto, debateram-se no Parlamento Jovem os desafios a nível de emprego para aquela geração. As preocupações demonstradas pelos participantes mostraram ser comuns às demonstradas por este Governo: a preocupação pela futura empregabilidade, pela Formação, pela Educação, pela Participação Cívica através do Voluntariado e do Associativismo como formas de emancipação e preparação para o futuro... E,

curiosamente, a grande parte das propostas que esses mesmos jovens apresentaram naquela instância vão diretamente ao encontro das medidas que este Governo tem vindo a apresentar. Temos aqui um simples exemplo de como estamos em sintonia e numa direção comum no tratamento das políticas de Juventude com os seus principais visados.

Deste modo, o investimento açoriano em todas as áreas que implicam direta ou indiretamente os jovens revela o prosseguir da contínua batalha contra quem, de lá de fora, nos tenta impor políticas profundamente estigmatizantes e cujo único objetivo seria de impedir as nossas crianças, os nossos adolescentes, os nossos estudantes de crescer e de se tornarem autónomos. Não lutar pela nossa Juventude é passar um atestado de óbito à nossa Autonomia. Podem tentar, mas cá dentro, manda quem cá está.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não conhecem as ilhas da coesão!

A Oradora: Plenamente conscientes das atuais condições, as previsões orçamentais ora em análise deixam transparecer o sagaz entendimento de que é primando hoje por políticas de racionalidade que asseguraremos que, no futuro, poderemos continuar a manter o equilíbrio nas nossas finanças públicas e continuar a operar uma divisão equitativa dos recursos da Região pelas diversas áreas de governação. É pelo equilíbrio e pela justiça que podemos garantir o presente e o futuro respeito pelas famílias e empresas açorianas, não deixando ninguém para trás.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Não obstante não nos deixarmos cair na falácia de desconsiderarmos que este Orçamento para a área da Juventude é, de fato, mais humilde que em tempos idos, recusamo-nos a ceder a pessimismos e reconhecemos que, pese embora a conjuntura económica e financeira óbvia em que nos movemos, este Governo Regional reitera o respeito que continua a ter pelos jovens açorianos, incluindo nestes documentos previsões a eles especificamente dirigidas.

Não afirmamos que o caminho será fácil ou que não apresentará percalços. Tomar o leme quando o mar está calmo é coisa que qualquer um pode fazer.

Mas ter a coragem e a determinação de assumir responsabilidades no meio da tormenta é a verdadeira representação do espírito que move este Governo Regional. E fá-lo, nestes Plano e Orçamento, assumindo as adversidades e apresentando elevada ponderação entre o que deve e o que pode, ou não, ser feito.

Ao oposto de um Governo, em Portugal Continental, que claramente injuria a dignidade dos mais novos ao exortá-los a renunciar ao seu País, a emigrar e a conseqüentemente entregar a países estrangeiros, numa bandeja, todo o valor que as potencialidades dos nossos jovens poderiam ter se ao menos tentassem aproveitá-las,...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: ... ao oposto desse Governo, lá fora, que calca os projetos de vida dos jovens ao fundo e retira-lhes qualquer expectativa de construir uma vida na terra que os viu nascer, e a única coisa que lhes oferece é uma austeridade galopante que os sufoca, nós por cá agarramo-nos ao que temos de melhor: agarramo-nos à nossa juventude, à Juventude da nossa Autonomia e damos-lhe esperança, damos-lhe força para que lute, não baixe os braços e, acima de tudo, não abandone a sua terra.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Aqui trabalha-se diariamente pelos jovens açorianos, mesmo sob condições adversas. Não lhes pegamos nas mãos e esculpimos o seu futuro mas sim damos-lhes as ferramentas certas e dizemos-lhe: “nós acreditamos que o sabes fazer”.

Disse.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Berto Messias (PS): Vai dizer aquilo que não disse no fim do Congresso!

O Orador: Vou ser muito breve nas minhas palavras, até porque o tempo é pouco.

Primeiro, vem aqui a Sra. Deputada pintar um cenário cor-de-rosa do que a juventude tem nos Açores. São programas e mais programas. São programas de apoio às associações de juventude, são programas para as Pousadas de Juventude, são programas de mobilidade, são programas muito interessantes, podemos dizer assim, mas, na realidade, o grande problema que atinge a juventude açoriana é a questão do desemprego.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O desemprego nos Açores é elevadíssimo. Mais de 40% dos jovens estão desempregados.

Deputado Francisco César (PS): É o contrário!

O Orador: E a linha tem vindo a subir, a linha tem vindo a subir constantemente! Sempre a subir, sempre a subir, sempre a subir! Portanto, isso mostra que as prioridades que este Governo Regional elegeu, e os anteriores governos regionais elegeram ao longo dos últimos anos não foram suficientes para travar o desemprego jovem.

Portanto, é clara,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não há espaço para tantos emburlos!

O Orador: ... efetiva a realidade de que a tragédia que é o desemprego na nossa região é visível.

Portanto, essas prioridades que o Governo elegeu ao longo dos anos não foram as melhores e só peço, e só espero que nos próximos dois anos venha a diminuir, porque senão vamos atingir números elevadíssimos...

Deputado Francisco César (PS): Mas não mandamos ir para a Alemanha, para a França ou para a Espanha para resolver o problema deles!

O Orador: ... e aí a juventude açoriana para onde será que vai emigrar?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Umás brevíssimas palavras, tendo em conta a intervenção da Sra. Deputada Marta Couto, e também as referências feitas agora pelo Sr. Deputado Cláudio Almeida. Antes de mais, saudá-lo também e dar-lhe os parabéns pela sua reeleição recente para a liderança da Juventude Social-democrata e desejar-lhe as maiores felicidades no desempenho dessas funções.

Sr. Deputado Cláudio Almeida, de facto, aquilo que referiu e o problema do desemprego jovem é uma questão premente e com a qual todos nós temos que, naturalmente, estar preocupados, e todos nós temos de fazer aquilo que está ao nosso alcance para minimizar os danos da conjuntura atual também nos jovens e na procura dos jovens açorianos e portugueses de um emprego...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Empreendam!

O Orador: ... e conseguirem pôr em prática aquilo que a sua qualificação lhes permitiu.

Mas, Sr. Deputado Cláudio Almeida, esta é uma obrigação de todos e, portanto, nós esperamos também que a Juventude Social-democrata esteja disponível e preparada para dar contributos sérios para este debate e para esta questão. E eu percebo que o Sr. Deputado possa ter, neste momento, algumas dificuldades. Aliás, esperava-se também que do Congresso da Juventude Social-democrata pudessem sair algumas propostas e alguns contributos válidos. Também percebo que teve alguns problemas mediáticos, tendo em conta a deselegância que o líder do PSD-Açores fez à JSD-Açores e a si quando, em vez de ir ao encerramento de um congresso da sua juventude partidária discutir juventude e anunciar propostas e compromissos para a juventude, foi lá empurrar o candidato do PSD à Câmara de Ponta Delgada. Portanto, percebo as suas dificuldades,...

Deputada Berta Cabral (PSD): Um jovem!

O Orador: ... tendo em conta essa deselegância, mas digo-lhe com toda a sinceridade que esperamos com grande sinceridade que a Juventude Social-democrata possa também contribuir para este debate e para esta questão que é, de facto, um problema que devemos ter em conta, porque todos nós temos que fazer, no âmbito das nossas funções, aquilo que está ao nosso alcance para, por um lado, numa perspetiva mais conjuntural e imediatista, ajudar à manutenção de postos de trabalho e à minimização imediata dos danos da conjuntura atual e, por outro lado, numa perspetiva de médio prazo, aplicarmos e implementarmos, desde já, medidas que permitam, no médio prazo, criar mais emprego e promover mais emprego. Temos, de facto, já o disse aqui, um enorme desafio de fazer com que os jovens que estão hoje fora da região a estudar e a qualificar-se voltem para os Açores e aqui possam trabalhar e aqui possam contribuir para o bem comum.

Sobre essa matéria também não posso deixar de dizer que, já hoje, remeti, em nome da Juventude Socialista, uma carta a todas as juventudes partidárias dos Açores, convidando os líderes e coordenadores das juventudes partidárias dos Açores para um encontro sobre emprego jovem e para que possamos, todos juntos, discutir as temáticas no âmbito do emprego jovem, analisar e avaliar o trabalho que tem sido desenvolvido até hoje e também abordar e discutir propostas e ideias para o futuro.

Porque também não temos dúvida (cada um falará por si, com certeza, legitimamente) de que a Juventude Socialista, o Partido Socialista, o Governo dos Açores têm feito tudo para minimizar esses danos no imediato e, também, para, no médio prazo, conseguir promover e criar mais emprego jovem, prova disso é a operacionalização, já em marcha, da Agenda Açoriana para o Emprego e Competitividade Empresarial que, acreditamos, dará frutos significativos neste setor, no médio prazo, na nossa região.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Berto Messias, agradeço ter vindo ao debate. Esperava debater com a sua colega Deputada Marta, mas...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Está de bico fino!

(Risos da Deputada Marta Couto)

O Orador: No entanto, como tem sido habitual, Sr. Deputado, o senhor bem sabe, aliás, é prática, o PSD já, por diversas vezes, apresentou propostas nesta Casa no que toca a questão do desemprego jovem. No entanto, lamento que o Partido Socialista não tenha aceite as nossas propostas, talvez por serem do PSD,...

Deputados Berto Messias e Francisco César (PS): Mas quais propostas?

O Orador: ... não sei, mas, muitas das vezes, o Partido Socialista não aceita as nossas propostas nem as aprova.

Deputado Berto Messias (PS): Quais propostas?

Deputado Francisco César (PS): Quais propostas? Lembre aqui uma à gente!

O Orador: No entanto, durante este Plano e Orçamento, vamos apresentar, e já demos entrada de uma proposta para combate ao desemprego jovem. E, já agora, vamos esperar para ver qual é que vai ser a postura do Partido Socialista nesta matéria, já que há tanta boa vontade de fazer com que se diminua a questão do desemprego jovem, já que há tanta boa vontade por parte do Partido Socialista em acolher propostas e contributos para diminuir esse flagelo, que, de facto, é um flagelo e que é uma frustração que atinge inúmeros jovens que (muitos deles) terminam os seus cursos profissionais ou do ensino superior e não têm emprego. Vamos ver qual é que vai ser a postura do Partido Socialista no que toca a esse aspeto, se está, de facto, disposto ou não a acarinhar as nossas propostas e os nossos contributos no que toca a esta matéria.

Deputado Berto Messias (PS): Venham daí essas propostas!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Agora, sim, não havendo mais inscrições, damos por encerrado este ponto do debate e, para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes.

Secretário Regional do Turismo e Transportes (*Vitor Fraga*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As nossas propostas são sinónimo de determinação, de empenho e, sobretudo, de respeito pelas cidadãs e cidadãos dos Açores.

Obriga-nos a isso o serviço público que prestamos, exercendo a nossa função com rigor, transparência e gestão cuidadosa dos recursos públicos regionais.

É isso que nos compete, que nos faz pôr mais empenho em tudo o que fazemos diariamente.

Não podemos pensar que nunca nos enganamos, que não erramos ou que não somos humanos, mas devemos reconhecer os erros, reconduzir estratégias, redefini-las e reorientá-las.

Assim queiram as senhoras e os senhores deputados acompanhar-nos neste trabalho em prol do desenvolvimento da nossa Região.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É pois com este espírito que hoje vos falo desta tribuna, sobre as nossas políticas para os setores pelos quais sou responsável no Governo dos Açores.

Hoje, se podemos referir que o Turismo é um dos pilares fundamentais de desenvolvimento dos Açores, isso deve-se, como já tivemos ocasião de dizer, ao trabalho de todos os que nos antecederam.

Num passado não muito longínquo, o Turismo nos Açores era um setor que não existia, tendo sido desenvolvido pelo Governo dos Açores, um trabalho conjunto com a iniciativa privada, que colocou ao dispor do setor toda a sua criatividade e todo o seu dinamismo, e que hoje coloca o turismo como um dos vetores principais de desenvolvimento da Região.

Se não fosse assim, o Turismo era matéria de que não se falava, porque simplesmente não existia.

Deputado Francisco César (*PS*): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nem existe!

O Orador: Perante os grandes desafios que o futuro nos coloca, diante de um cenário de conjuntura económica, que todos sabemos desfavorável, é nosso entendimento que devemos acautelar novas e renovadas estratégias conjuntas, quer ao nível da afirmação do “Destino Açores”, quer ao nível da geração de receitas, de forma a desenvolver condições que nos garantam a sustentabilidade da indústria do Turismo na região.

Os Açores são, desde o início de março deste ano, “Destino Preferido” da Associação Portuguesa de Agências de Viagens e Turismo (APAVT).

Acordos como estes permitem-nos caminhar rumo ao sucesso e caminhar rumo àquilo que nós pretendemos, que é ter um setor sustentável nos Açores, intensificando a nossa estratégia de ações de promoção nos mercados emissores atuais e a conquista de mercados potenciais.

O foco no essencial e o controlo do retorno das ações promovidas, levam-nos a uma reforma funcional, concentrando a promoção do Destino Açores na ATA, sendo assim um trabalho conjunto entre as entidades públicas e privadas que a constituem.

Estamos, como já tive ocasião de anunciar, a promover uma nova estratégia de promoção da região no mercado nacional e o reforço da divulgação internacional, para responder à “quebra acentuada” de visitantes portugueses, que é, como todos nós sabemos, fruto das políticas recessivas e de austeridade do Governo da República.

Queremos atingir um segmento que está muito centrado nos turistas com poder de compra, que valorizam um turismo experiencial, ativo, capaz de captar e transmitir emoções fortes.

Recentemente e como consequência desta nova estratégia, lançámos uma nova aposta de promoção no continente, promovendo as ilhas como destino “family friendly” e tendo como alvo desta estratégia pessoas entre os 35 e os 45 anos, quadros médios superiores de empresas e com famílias.

Iremos dar continuidade à campanha “Açores em Família”, sendo que esta será reforçada com uma integração total da oferta e a disponibilização às unidades

hoteleiras aderentes de um pack denominado “Azorlândia”, que lhes permite o acesso a um conjunto de equipamentos, de forma a proporcionarem momentos agradáveis às crianças que visitem os Açores.

Nos mercados externos iremos reforçar várias operações turísticas que ligam os Açores aos principais mercados emissores e que potenciarão o aumento do número de turistas que visitam a Região, estando já programadas novas operações com origem no mercado escandinavo e o reforço de operações em curso no restante mercado europeu e norte-americano, que se traduzirão num acréscimo de mais de 80 rotações.

A promoção de um destino é uma ação contínua.

Neste sentido, em conjunto com os operadores que programam o Destino Açores, daremos continuidade a ações de marketing focadas e direcionadas para os segmentos de mercado que denotam apetência pelo nosso produto turístico.

Nos EUA e Canadá, o desafio passa por conseguirmos entrar no mercado não étnico, utilizando a mais-valia da nossa comunidade emigrante.

Assim, teremos equipas direcionadas para estes mercados, focadas na promoção e angariação de fluxos.

Trabalharemos para entrar nos grandes canais da Internet, usados pelos turistas que organizam a sua própria viagem, incrementando mais a matriz do destino, como de natureza, mas muito para além de uma natureza contemplativa.

Por outro lado, a evolução das escalas de navios de cruzeiros nos Açores é prova de que essa estratégia garante resultados positivos.

Criadas e promovidas as infraestruturas existentes, eis que os Açores veem resultados práticos da aposta feita.

Em 2012, a Região recebeu mais de 100 mil passageiros desembarcados no arquipélago, traduzindo o inequívoco esforço realizado na promoção dos portos dos Açores, que são cada vez mais uma referência nas rotas transatlânticas.

Este ano de 2013, estão já garantidas mais de 100 escalas nos portos açorianos, assegurando assim o desembarque de um número maior de turistas nos Açores.

Noutra vertente, a qualificação do produto turístico e dos recursos humanos que temos, será uma prioridade no sentido de valorizar a nossa oferta, promovendo assim a empregabilidade no setor.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se o imediato é importante, uma estratégia de médio/longo prazo não o é menos.

Por isso e no decorrer deste ano, iremos dar início à elaboração de um Plano Estratégico para o setor, com o horizonte temporal 2014-2020.

A elaboração deste documento deverá ter uma ampla participação da população, líderes de opinião, entidades públicas e privadas, dos turistas que nos visitam e dos potenciais, dos operadores nacionais e internacionais que já programam o destino e dos grandes operadores mundiais, entre outros.

A coordenação deste Plano Estratégico será efetuada por uma entidade externa, que se quer idónea e de qualidade reconhecida.

O caderno de encargos estará concluído até ao final do presente mês, dando-se seguimento imediato ao processo concursal.

Não podemos entender o turismo como sendo apenas benéfico para quem nos visita.

O turismo, como vetor de desenvolvimento da região, só será bom se for bom para quem cá vive.

Queremos trilhar um caminho de agenda aberta, ou seja, um caminho que permita que todos colaborem connosco na procura das melhores soluções para o Turismo nos Açores.

Mas tal não nos impede de lançarmos de imediato mãos ao trabalho, promovendo desde já uma série de medidas, nomeadamente:

- Revisão da legislação existente, referente aos diplomas da animação turística e da observação de cetáceos;
- Qualificação dos recursos humanos associados aos Postos de Turismo;
- Atuar no sentido de melhorar, ilha a ilha, a qualidade da oferta ao nível da animação turística;

- Incrementar as ações de fiscalização da IRT, com especial enfoque no combate à economia paralela.

Tal como consta do Programa do Governo, lançámos as Tarifas Last Minute, introduzimos no mercado uma nova tarifa para operadores, que combina a tarifa da SATA com a da Atlânticoline e Transmaçor, criando uma tarifa corrida, respondendo assim às exigências do mercado e reforçando a oferta disponível.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Temos sempre defendido que os transportes aéreos e marítimos são fundamentais para o vigor económico e comercial da Região, sendo, portanto, primordial melhorar as suas condições de fiabilidade, regularidade e segurança, mantendo simultaneamente a sua competitividade, a fim de preservar e promover estes meios e a confiança que neles depositam os operadores e os utentes em geral.

Estamos hoje em condições de poder afirmar que a proposta de revisão das Obrigações de Serviço Público entregue pelo Governo dos Açores ao Governo da República já foi remetida ao Instituto Nacional da Aviação Civil.

Como sempre dissemos, o *timing* não é controlado pelo Governo dos Açores, sendo que a pretensão da Região é que este processo seja concluído com a maior brevidade possível.

Para nós, o que se pretende é que todos os açorianos, de qualquer ilha, tenham acesso à conectividade com o continente português e com a Madeira a um preço competitivo e igual para todos, possibilitando a entrada de novos operadores que, por via da concorrência, tragam mais-valias ao nível da qualidade de serviço e redução do custo da acessibilidade.

Ao contrário de outros, o Governo dos Açores não “embarcou em desvarios” e apresentou uma proposta que não se traduz numa pura liberalização do espaço aéreo.

Para nós, os Açores e os Açorianos estão sempre em primeiro lugar.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso mesmo! Mas diga isso com mais convicção!

O Orador: Nesta, como noutras matérias, convém lembrar que, até aqui, na casa-mãe da Autonomia, chegaram a ser elogiados o “pioneirismo” ou a “mais-valia” de iniciativas, que, por exemplo e neste caso, levaram à liberalização do espaço aéreo da Madeira.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é o que os senhores querem agora!

O Orador: Só que este “pioneirismo” ou a “mais-valia” levou a um incremento de 2008 para 2012 de 16,6% para reservas a 15 dias e de 46,1% para reservas de última hora, como é reconhecido na resolução aprovada na Assembleia Legislativa da Madeira, que agora pede à República que pague as opções erradas do seu Governo.

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Deputado Jorge Macedo vai esclarecer!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Dinamizaremos o setor do transporte de carga aérea, apostando no fomento do transporte de perecíveis e produtos frescos, através das condições excecionais já existentes para o transporte deste tipo de carga.

A esse propósito, relembramos, a iniciativa já lançada de redução em 50% da tarifa de transporte aéreo de produtos frescos de e para as ilhas de coesão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Depois de terem aumentado 40%!

O Orador: Ao nível dos transportes marítimos é intenção do Governo dos Açores continuar a desenvolver todos os esforços para integrar os portos dos Açores numa rede transeuropeia...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Finalmente!

O Orador: ... de transportes e a criação de um 'hub' atlântico no Porto da Praia da Vitória...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Vamos ver se cumprem!

O Orador: ... que sirva como plataforma de distribuição de carga de e para o continente europeu.

Queremos também...

Deputada Zuraida Soares (BE): “Compromisso assumido é compromisso cumprido!”, não se esqueça!

O Orador: ... dinamizar o setor da reparação naval, através da reativação dos estaleiros navais da Madalena do Pico.

Estima-se assim um considerável aumento de ocupação de mão-de-obra local e a obtenção de novos negócios.

Por outro lado, iremos implementar a Escola de Formação de Marítimos dos Açores.

A celeridade na chegada aos mercados é hoje determinante para o sucesso das empresas.

Por isso, trabalharemos também para conseguir a diminuição dos tempos de entrega nos mercados exportadores, promovendo, junto dos armadores privados da cabotagem, a adequação das rotas de entradas e saídas diretas dos principais portos da Região.

Ainda no decorrer deste ano iniciaremos os procedimentos necessários com vista à fusão das duas empresas públicas,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Até que enfim!

O Orador: ... Transmaçor e Atlânticoline,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem!

O Orador: ... e conclusão do processo de construção dos dois navios de transporte misto de passageiros e viaturas, o que permitirá ganhos de escala e sinergias, bem como maior flexibilidade e eficiência operacional.

Será, por outro lado, estabelecido um regime de obrigações de serviço público e promovida a criação do Tráfego Regional, no intuito de dinamizar os operadores inter-ilhas e permitir maior liberdade de circulação em todo o arquipélago.

Iremos implementar um circuito regular de passageiros e mercadorias, pela empresa da Região, em sistema de carga rodada, entre as ilhas do Grupo Central e com um tarifário equilibrado que sirva de regulador do mercado.

Tal como foi anunciado no Programa do Governo, a ilha do Corvo será integrada no sistema, sendo que a concessão do transporte marítimo de carga das Flores para o Corvo foi já assegurada através do recente concurso realizado e estou em condições de anunciar que obteve ontem o visto do Tribunal de Contas, enquanto o transporte de passageiros continuará a ser assegurado pela Atlânticoline.

Concluiremos as diversas obras nos portos da Madalena, São Roque e da Praia, na Graciosa, bem como executaremos os estudos necessários para ampliação do Porto da Casa, na ilha do Corvo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas esse estudo já não foi apresentado?!

O Orador: Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os tempos que vivemos exigem de nós uma reorientação no que concerne ao investimento em obras públicas.

Nesse sentido, o Governo dos Açores está a preparar um conjunto de iniciativas legislativas cujo objetivo é adaptar os custos de construção à realidade climática do arquipélago e aumentar assim a rentabilidade da fileira da construção.

Estamos, em simultâneo, a desenvolver a Carta das Obras Públicas e a elaborar o catálogo...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o cais de cruzeiros de Angra?

O Orador: ... de materiais endógenos da Região, onde se incluem os materiais transformados e produzidos nos Açores, de forma a criar valor na mesma fileira.

Implementaremos o sistema de ensaios de calibração de instrumentos de pesagem e de paquímetros, o que vai permitir às empresas poupanças significativas neste tipo de despesa obrigatória, na ordem dos 30%.

Será ainda criado o Gabinete de Apoio à Qualidade e Marcação CE, que prestará um serviço de consultadoria e apoio às empresas regionais, permitindo uma redução de custos das empresas, na ordem dos 20%.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Vai dar para aumentar o salário mínimo regional! Com tanta poupança!

O Orador: Pretende-se ainda implementar já em maio o Pack Marcação CE, dando maior facilidade e celeridade na execução dos ensaios desta marcação, o que poderá gerar uma poupança de cerca de 30%.

Não descurando os compromissos assumidos, estamos claramente num tempo em que o ciclo das grandes obras dificilmente se repetirá.

Contudo, assistiremos, no presente ano, a um aumento do grau de planeamento das nossas intenções.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queremos transformar os Açores numa região tecnologicamente avançada e tecnologicamente integrada.

Deste modo, temos a decorrer a construção do primeiro edifício do parque tecnológico de São Miguel, com conclusão prevista para o final deste ano.

Por outro lado, avançaremos este ano com a definição do plano de desenvolvimento do parque tecnológico da Terceira, vocacionado para as biotecnologias e orientado para a captação de empresas externas à Região.

Este processo, que se iniciará em breve, terá a capacidade de envolver todos os interessados na matéria, desde o setor empresarial, passando pela universidade e abrindo portas para outras entidades interessadas externas aos Açores.

Contudo, temos consciência de que a criação de um ecossistema favorável às tecnologias implica também assegurar que existe coesão territorial nesta matéria.

Com o desígnio de sermos digitalmente coesos, teremos finalizada este ano a ligação às Flores e ao Corvo do cabo de fibra ótica; garantiremos a manutenção descentralizada dos Espaços TIC e promoveremos uma melhor acessibilidade às TIC.

No setor energético, a aposta do Governo dos Açores passa pelo incremento da utilização das energias alternativas e pela eficiência energética,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Geotermia da Ilha Terceira!

O Orador: ... contribuindo assim, não só para uma política ambiental sustentável, como também para a redução da importação de combustíveis fósseis.

Assim, iremos implementar em conjunto com a iniciativa privada um ambicioso projeto, que visa a implementação em edifícios públicos de todas as ilhas de painéis fotovoltaicos, permitindo uma poupança significativa dos custos energéticos e permitindo ainda a venda de energia à elétrica açoriana.

Este investimento permitirá que se evite a emissão de 2.196 toneladas de CO₂, equivalentes a cerca de 944 mil litros de gasolina não consumidos.

Com uma tarifa que se caracteriza por ser estável e de certo modo competitiva, reconhecida através da ERSE, é nossa intenção manter esta discriminação positiva.

Posso assim também anunciar que já iniciamos as diligências necessárias para que seja possível aplicar na Região a tarifa de ciclo semanal, que permitirá aos consumidores, nos fins de semana e feriados, terem acesso a preços mais acessíveis e correspondentes ao período de vazio, beneficiando assim o todo regional.

É nossa intenção igualmente aumentar a eficiência energética, promovendo as auditorias próprias para tal fim, de modo a permitir que os gastos baixem, quer em edifícios e vias públicas, quer nos setores empresarial e das famílias.

Continuaremos a apostar no programa PROENERGIA, que tem permitido poupanças para a Região em termos de não aquisição de gás, diminuição dos impactes ambientais e maior enquadramento com as orientações comunitárias no que respeita à utilização de energias de tipo renovável.

No que respeita aos combustíveis, consolidaremos a capacidade de armazenamento; fomentaremos o aumento da concorrência no setor e procuraremos a diminuição dos custos de transporte e das importações de combustíveis líquidos e gasosos.

Para tanto, vamos rever e clarificar o quadro normativo; redesenhar o sistema logístico de abastecimento; incentivar a utilização progressiva de veículos

elétricos, de que já temos uma primeira versão do Plano de Mobilidade Elétrica a nível regional, e a substituição de aparelhos a gaz por equipamentos elétricos.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os requisitos para continuar o trabalho que iniciámos em novembro são a força da nossa ambição para sair do lugar onde estamos e levar os Açores ao mundo, trazendo o mundo aos Açores.

Por esta terra, pela nossa terra, corremos todos os riscos, ultrapassamos todas as dificuldades, porque temos orgulho em ser daqui, em fazer mais e melhor por estas 9 ilha.

Um dia “não muito longe, não muito perto”, como escreveu Ruy Belo, chegaremos onde queremos que cheguem todos os Açorianos, do Corvo a Santa Maria:

Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP): A Açorlandia!

O Orador: Ao sucesso maior que é a prática das vitórias do nosso Povo.

Precisamos de todos para isso. E para essa tarefa: não dispensamos ninguém!

Disse.

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado José San-Bento, pede a palavra para?

Deputado José San-Bento (PS): Queria solicitar um intervalo, Sra. Presidente, de meia hora.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quero ver agora como é?

Presidente: Pois, é regimental e são 19 horas e 30 minutos. Vamos dar por encerrados os nossos trabalhos. No entanto,...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Mas hoje já não é como ontem?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não! Voltamos às dez para as oito!

Deputado Aníbal Pires (PCP): E regimental! Tem de ser concedido!

Deputada Berta Cabral (PSD): Chame aí os líderes, como fez ontem!

Presidente: São 19h30m. Eu peço desculpa. No meu relógio tenho 19h30. Faltam três minutos para as 19h30.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, o intervalo é regimental, está concedido!

Presidente: Faltam sete minutos?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Ontem foi precisamente a mesma coisa!

Deputada Zuraida Soares (BE): Tem de ser cumprido!

Presidente: Srs. Deputados, parece-me que não há necessidade de fazermos um problema por causa de uma questão...

(Apartes inaudíveis das bancadas)

Presidente: Eu agradecia, então, aos líderes e ao Sr. Vice-presidente que se aproximassem da Mesa.

(Pausa)

Peço ao Sr. Secretário da Mesa que dê os tempos para os trabalhos de amanhã.

Secretário: Governo Regional, tem 73 minutos e 40 segundos; Partido Socialista, 39 minutos; PSD, 61 minutos; CDS-PP, 20 minutos e 59 segundos; Bloco de Esquerda, 1 minuto e 40 segundos; PCP, 1 minuto e 35 segundos; PPM, 1 minuto e 20 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pedia também aos líderes e ao Sr. Vice-presidente que, depois do encerramento dos trabalhos, me acompanhassem à sala da Mesa para uma breve reunião.

Dou, assim, por encerrados os trabalhos.

Uma boa noite a todos e até amanhã às 10 horas.

(Eram 19 horas e 30 minutos)

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Humberto Trindade Borges de Melo

(*) Texto não revisto pelo/a orador/a

A redatora: *Sónia Isabel Maciel Nunes*